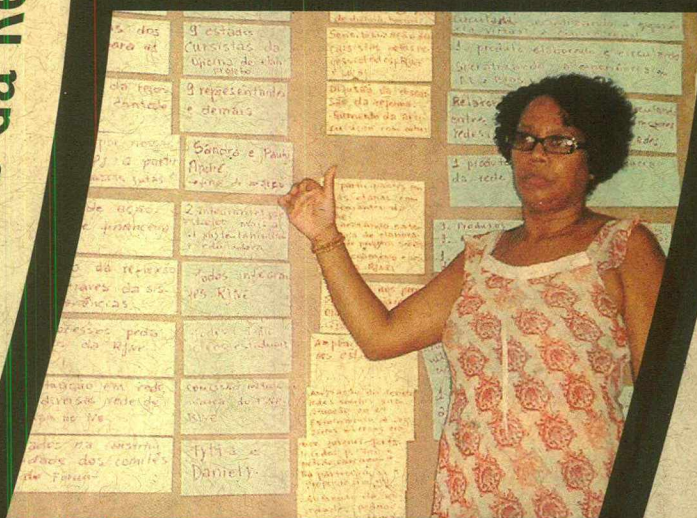


Vivi e Conteí: Experiências da Rede de Jovens do Nordeste



série
sistematização e
metodologia do
trabalho
juvenil - I

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	3
REDE DE JOVENS - UMA EXPERIÊNCIA DE PROTAGONISMO JUVENIL NO NORDESTE.....	7
ARTICULAÇÃO EM REDE E CONSTRUÇÃO DO SUJEITO POLÍTICO.....	12
ORGANIZAÇÃO EM REDES SOCIAIS.....	16
JOVENS ORGANIZADOS: SUJEITOS SOCIAIS CONSTRUINDO ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.....	21
JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO: NOTAS DE UMA EXPERIÊNCIA PECULIAR DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	24
JUVENTUDE EM CENA POR POLÍTICAS DE /PARA /COM AS JUVENTUDES.....	29
JUVENTUDE PROTAGONISTA COMBATE A CORRUPÇÃO.....	35
GÊNERO E JUVENTUDE: CONCEITOS E VIVÊNCIAS NA REDE DE JOVENS DO NORDESTE.....	41
JUVENTUDE, ETNIA E PARTICIPAÇÃO.....	45
JUVENTUDE E DIVERSIDADE SEXUAL.....	49
MUNDO DO TRABALHO: EXPECTATIVAS E AÇÕES DA JUVENTUDE NORDESTINA.....	54
INSTIGAR UM DESEJO - RESGATAR A INOVAÇÃO.....	61

METAL CONTRA AS NUVENS

Renato Russo

Não sou escravo de ninguém
Ninguém senhor do meu domínio
Sei o que devo defender
E por valor eu tenho
E temo o que agora se desfaz.

Viajamos sete léguas
Por entre abismos e florestas
Por Deus nunca me vi tão só
É a própria fé o que destrói
Estes são dias desleais.

Eu sou metal - raio, relâmpago e trovão
Eu sou metal,
eu sou o ouro em seu brasão
Eu sou metal:
sabe-me o sopro do dragão.

Reconheço o meu pesar:
Quando tudo é traição
O que venho encontrar
É a virtude em outras mãos.

Minha terra
É a terra que é minha
E sempre será

Minha terra
Tem a lua, tem estrelas e sempre terá

Quase acreditei na sua promessa
E o que vejo é fome e destruição
Perdi a minha sela e a minha espada
Perdi o meu castelo e minha princesa

Quase acreditei, quase acreditei
E, por honra, se existir verdade
Existem os tolos e existe o ladrão
E há quem se alimente do que é roubo.
Mas vou aguardar o meu tesouro
Caso você esteja mentindo

Olha o sopro do dragão.

É a verdade o que assombra,



O descaso o que condena,
A estupidez o que destrói.

Eu vejo tudo que se foi
E o que não existe mais.
Tenho os sentidos já dormentes,
O corpo quer, a alma entende.

Esta é a terra de ninguém
E sei que devo resistir
Eu quero a espada em minhas mãos

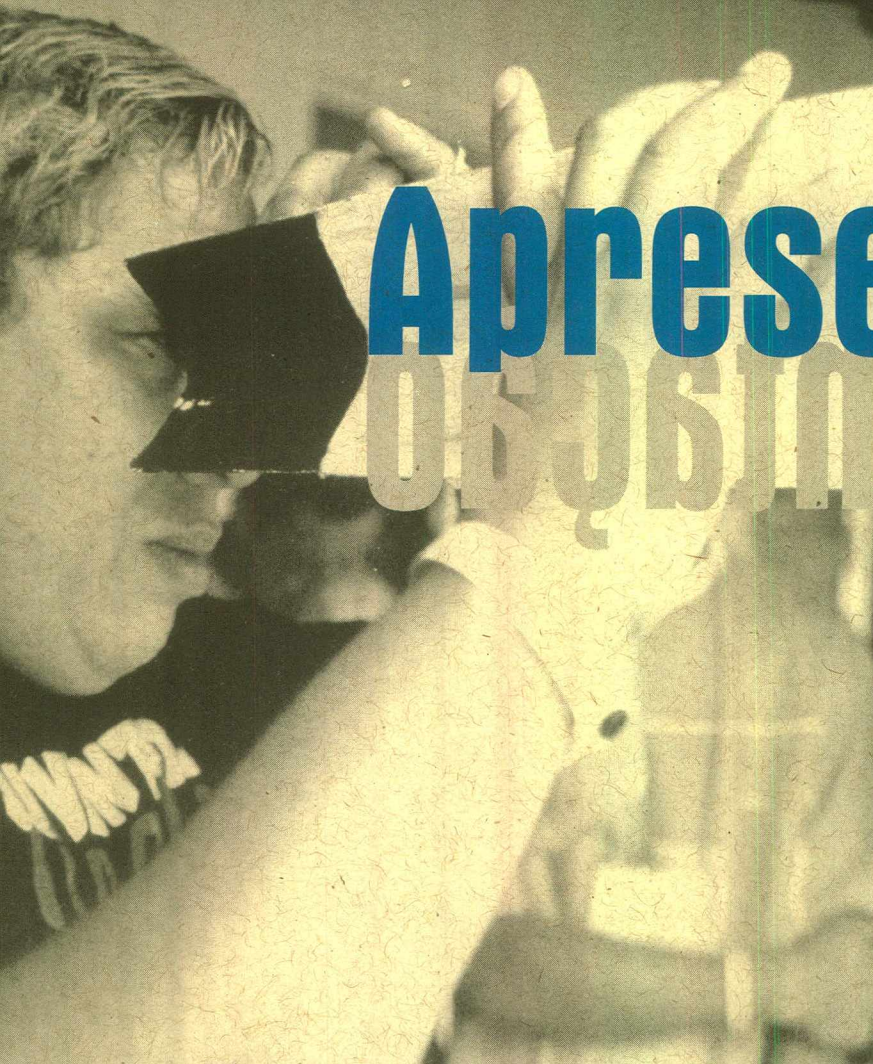
Eu sou metal - raio, relâmpago e trovão
Eu sou metal, eu sou o ouro em seu brasão
Eu sou metal: me sabe o sopro do dragão.

Não me entrego sem lutar
Tenho ainda coração
Não aprendi a me render
Que caia o inimigo então.

Tudo passa, tudo passará
E nossa estória, não estará
Pelo avesso assim
Sem final feliz.
Teremos coisas bonitas prá contar.

E até lá vamos viver
Temos muito ainda por fazer.
Não olhe para trás
Apenas começamos
O mundo começa agora, ah!
Apenas começamos.





Apresentação

qual estabelece parceria com grupos juvenis e organizações ligadas a Rede e que estão interessadas em fortalecer as metodologias de participação e organização entre os jovens sujeitos e na qualificação de sua intervenção na sociedade nordestina e brasileira.

O conjunto de experiências vivenciadas na primeira etapa do projeto resultou na produção de um caderno eletrônico “Juventude: Participação Social e Intervenção Política”, publicado em 2006, com uma coletânea de depoimentos e algumas experiências metodológicas, o qual foi

Este caderno de experiências é de alguma maneira a forma concreta de demonstrar as memórias coletivas dos/as jovens que fazem a Rede de Jovens do Nordeste - RJNE. Nele são partilhadas as práticas, idéias, sonhos e os dilemas nas diversas formas de participação juvenil no Nordeste brasileiro. O Caderno dá início à série “Sistematização e metodologia do trabalho juvenil”, por considerar que tais práticas e reflexões estão produzindo um conhecimento novo, que deve ser socializado com todos e todas interessados no trabalho de organização e luta juvenil no nosso tempo.

Os espaços coletivos da Rede de Jovens do Nordeste, principalmente o seu Coletivo Regional, têm sido palcos importantes para revelação da necessidade de sistematizar e ampliar a visibilidade de suas práticas. Em 2005, estimulados também pelas elaborações realizadas pela primeira geração da Rede (1998 — 2002), revela-se a necessidade de uma linha de publicação mais consistente, a partir da ação daqueles e daquelas que então tecem e balançam a Rede, partindo dos instrumentos e registros das próprias realizações.

Assim é que a Rede de Jovens do Nordeste em parceria com a Escola de Formação Quilombo dos Palmares - EQUIP, apoiada pela Fundação Kellogg, desenvolve no período de 2005 a 2008, o projeto. “JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO” o

construído pela comissão de comunicação e acompanhado pela educadora da EQUIP, que coordena o Programa Juventude e Participação.

Simultaneamente, buscamos aprofundar o diálogo nas diversas questões que envolvem a juventude integrante da RJNE, bem como suas experiências, numa publicação realizada pelos próprios sujeitos. No entanto, a fim de balizar o significado e o sentido da sistematização foram realizadas três oficinas educativas nos anos de 2005, 2006 e 2007.

Cada oficina transformou-se num espaço educativo cumulativo de conhecimentos e (re)descobertas: a primeira oficina foi a aproximação dos/as participantes na construção do sentido da sistematização para a Rede, percebendo os elementos que vivenciam na prática que deveriam constar da sistematização, as escolhas coletivas desde a metodologia, temas de interesses e as tarefas que os jovens com intervenção e organização na Rede desenvolveriam na coleta, na pesquisa, nos relatórios mensais. A segunda oficina favoreceu a aproximação entre a teoria e prática, através das fontes inspiradoras que orgulham o ser jovem: os livros, os filmes, as pessoas, a natureza. Partindo de alguns instrumentos foram buscar o que seria inspirador na sistematização da experiência. Nos momentos de conversa e diálogo definiram os eixos

temáticos mediante o lugar que ocupava sua experiência, com um plano indicando as pistas metodológicas para a terceira oficina, que desenvolveria a socialização dos textos em uma primeira versão dos produtos. No diálogo entre os autores instalou-se a reflexão sobre a coerência dos textos com as práticas, os dados, e se a experiência influenciaria como novo conhecimento.

Estes espaços proporcionaram uma fantástica aprendizagem, numa negociação cultural e ética todos/as contribuíram para a melhoria dos textos, além de ter sido feita a escolha de uma comissão editorial para conduzir o processo final da publicação, os procedimentos e prazos. Esse processo construtivo animou os jovens a decidirem que este caderno deveria inaugurar uma série sobre experiências na metodologia de trabalho com jovens, com o título: “Vivi e Conte: Experiências da Rede de Jovens do Nordeste”. Ele traz no bojo da discussão os elementos da Educação Popular com a afirmação dos sujeitos, a construção coletiva nas experiências das organizações que compõem a Rede.

Várias experiências e temáticas começaram a ser registradas pelos seus principais protagonistas no interior da Rede, como parte deste processo de sistematização, sendo que doze textos foram selecionados pela Comissão Editorial para ser difundidos através da publicação deste número da série. Tais textos abrangem algumas das principais questões que têm entusiasmado a grande maioria dos e das militantes da Rede espalhados em todos os Estados da Região Nordeste, para uma organização coerente do Caderno, dividimos os textos em quatro partes, assim distribuídas:

- Primeira Parte: Textos ligados ao processo de construção e consolidação da rede, enfocando alguns aspectos organizativos, conceituais e às peculiaridades regionais da juventude nordestina. Nesta parte encontram-se os textos de Pedro Soares - “Rede de Jovens: uma experiência de protagonismo juvenil no Nordeste”; de Hélio Silva - “Articulação em Rede e construção do sujeito político”; de Taise Chates - “Organização em Redes Sociais”.
- Segunda Parte: Textos ligados às problemáticas centrais da Rede desde sua criação, mais concretamente, à relação do protagonismo juvenil com a proposição e realização de políticas públicas de/ com/ para juventude, onde se registra o histórico debate entre protagonismo juvenil, jovens como sujeitos de direitos, jovens como sujeitos políticos, incluindo a participação da Rede no Conselho Nacional de Juventude. Nesta parte encontram-se os textos de: Daniely Barros - “Jovens Organizados: sujeitos sociais construindo espaços de participação política”; Tytta Ferreira - “Juventude e participação: Notas de uma experiência peculiar em políticas públicas”; Cíntia Nascimento - “Juventude em cena por políticas de/ com/ para as juventudes”; Tatiana Ferreira - “Juventude protagonista combate a corrupção”.
- Terceira parte: Textos ligados a alguns temas que, embora estejam presentes desde a origem da rede, consta-se crescente interesse nos últimos anos, como os textos de: Alexsandra Bezerra - “Gênero e Juventude: conceitos e vivências na Rede de Jovens do Nordeste”; Edilene da Silva - “Juventude etnia e participação”; Rildo Veras - “Juventude e diversidade sexual”; David Barros - “Mundo do trabalho: expectativas e ações da juventude nordestina”.



- Finalmente, o texto de Graça Elenice, educadora da Escola de Formação Quilombo dos Palmares (EQUIP) - “Instigar um desejo - Resgatar a inovação”, onde relaciona os traços metodológicos do presente processo de sistematização vivenciado por esta geração da Rede de Jovens do Nordeste, com os princípios da concepção metodológica dialética da educação popular.

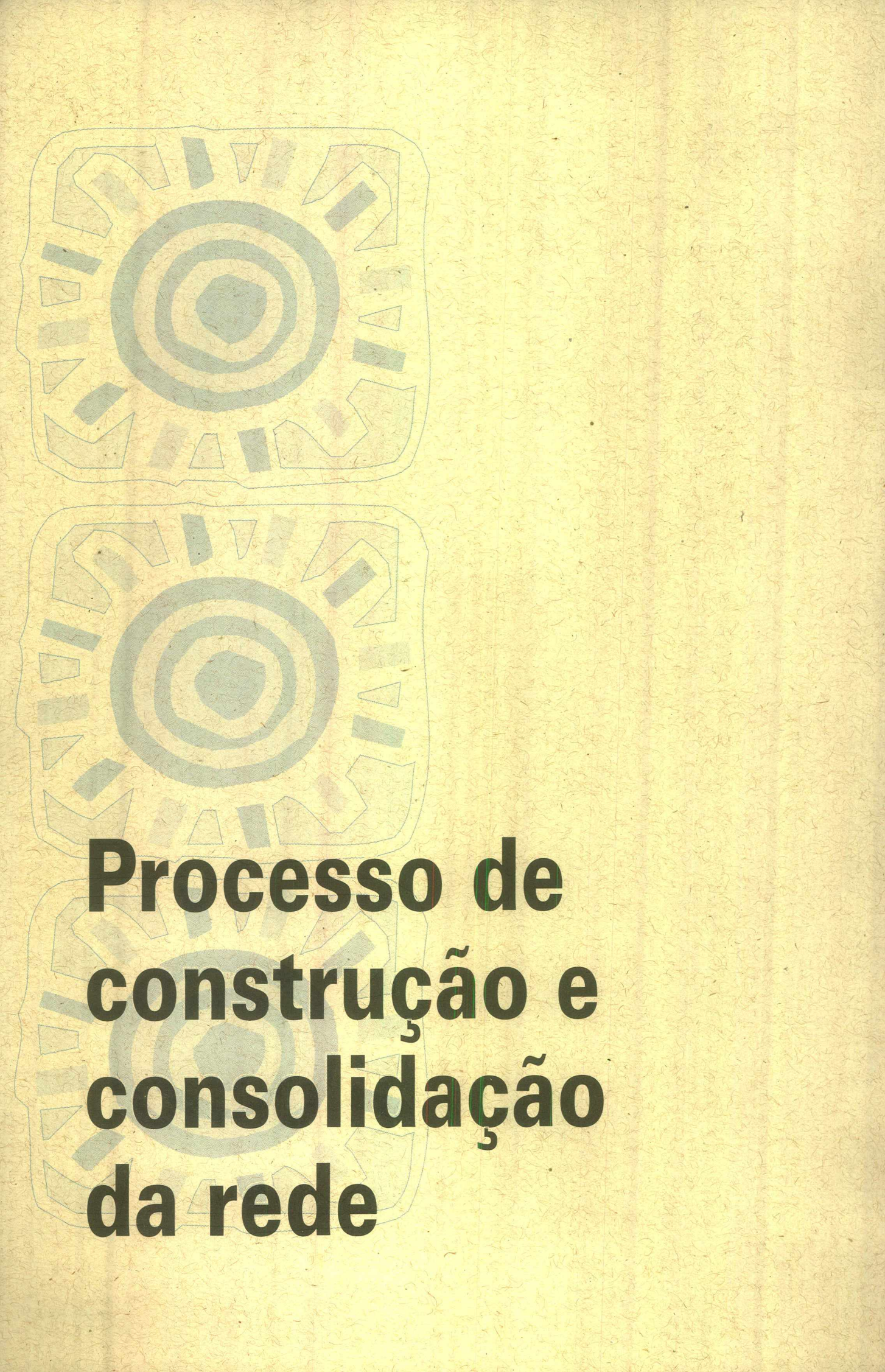
Assim, um conjunto de organizações e entidades juvenis que tem como atuação demonstrar as potencialidades dos jovens nordestinos e, nas ações coletivas, a efetivação dos direitos da juventude, não poderia rejeitar a produção de conhecimentos e experiências dos integrantes. Não apenas

como testemunho, mas como contribuição para as diversas organizações, tendo em vista não apenas a descrição dos dilemas e satisfações, mas, sobretudo, a reflexão desta prática visando melhorar sua intervenção.

Desse modo, o processo de sistematização na educação popular foi um percurso educativo singular devido ao caráter de aprender fazendo. E, com este grupo, que no início participaram vários jovens dos nove estados do Nordeste, fez-se necessário o processo formativo para compartilhar o sentido da sistematização, as justificativas e motivações, construindo a partir das trajetórias dos sujeitos, incluindo eventualmente, as contribuições vindas dos outros educadores, jovens e adultos, numa aproximação coletiva a respeito da sistematização na educação popular.

Assim, a sistematização não é uma ação educativa que envolve os sujeitos da ação. “E mexemos nos registros e vimos como é importante registrar e revistar o que fizemos. Não repetir erros. Foi preciso exercitar e guardar o que registramos”. (Cíntia Nascimento-CE, 2005). A sistematização focaliza nas práticas sociais a sabedoria popular, a experiência vivida, um saber muitas vezes negado ou ignorado pelas formulações hegemônicas em que apenas alguns exerciam a especialidade de tal ação. Portanto, a opção da presente sistematização assume um caráter emancipatório, ao valorizar as elaborações produzidas por seus próprios protagonistas, tal qual assumido pelo grupo envolvido no processo: 'Vivi e Conte: Experiências da Rede de Jovens do Nordeste’.

Comissão editorial do caderno
Edilene da Silva - RJNE-PB e BAMIDELÊ
Pedro Soares - RJNE-PE e TABIRAH
Graça Elenice Braga - Educadora da EQUIP
Paulo Afonso de Brito - Educador da EQUIP

The background is a textured, yellowish paper. Overlaid on this are three faint, circular geometric patterns arranged vertically. Each pattern consists of concentric circles and a ring of small, irregular shapes around the perimeter, resembling a stylized sun or a traditional indigenous motif. The patterns are rendered in a light, muted color, blending into the background.

Processo de construção e consolidação da rede



REDE DE JOVENS UMA EXPERIÊNCIA DE PROTAGONISMO JUVENIL NO NORDESTE¹

Pedro Souza Junior

Introdução:

Este trabalho é a sistematização da experiência da Rede de Jovens do Nordeste — RJNE, a partir da reconstrução de sua história, das vivências de jovens, com ênfase na organização em rede como exercício do protagonismo juvenil. Visa produzir um subsídio para conhecer a experiência de organização em rede. Não temos grandes pretensões de esgotar neste breve e recente relato, mas já bastante consiste, a história da rede.

Apontamos ainda alguns entendimentos sobre a relação com a educação popular, reforçando o papel do protagonista social como sujeito político capaz de multiplicar suas ações e contribuir para a construção de uma nova ordem social.

Sabemos que as lacunas existentes, os problemas encontrados não se resumem a este texto, mas a nossa prática cotidiana. Ainda somos jovens e temos o nosso próprio tempo para lutar, sonhar e amar.

Histórico da RJNE:

Iniciamos um pouco da história contada por um de nós. Na verdade é dizer que através da história de vida dos/as jovens protagonistas desde a Rede, pelo Nordeste afora, podemos dar conta de como se afirma esta expressão da juventude, mas é apenas uma tentativa de vivenciar e contemplar o imaginário juvenil existente em um passado recente para nós resgatarmos um pouco essa caminhada:

“Em 1997, A Escola de Formação Quilombo dos Palmares — EQUIP abriu processo seletivo entre diversos jovens que participavam de lutas sociais. Selecionou dois jovens para participar da 1ª Escola Latino-americana de Liderança Juvenil, que aconteceria em novembro de 1997, no México. O resultado final da seleção indicou a mim e a Rildo Veras, que na época representava o Movimento de Juventude Rural Cristã. Os primeiros quinze dias no México foram momentos muito agradáveis. Eu e Rildo passamos a ser referência um para o outro nas terras mexicanas, o seu bom

1. A primeira iniciativa de elaboração deste texto foi realizada em parceria com Divaneide Basílio, estudante de sociologia e membro da primeira geração da Rede de Jovens do Nordeste, como requisito à conclusão do Curso de Aprofundamento em Educação Popular, realizado pela Escola de Formação Quilombo dos Palmares — EQUIP.

humor e criatividade nos aproximavam bastante”.

O período que passamos no México foi palco de muitas situações, o contato com uma nova língua, as ricas experiências, os conflitos, a saudade de casa, as paixões, as amizades, os zapatistas. O desafio começa na volta: é hora de assumir os compromissos e fazer o repasse da experiência, que foi logo em dezembro, na Casa do Professor, em Natal, e apesar de estarem presentes apenas os nossos movimentos, dali já surgiu uma série de idéias.

Então aquela velha pergunta: quem nasceu primeiro, o ovo ou a galinha? Ou melhor, a EQUIP criou a Rede ou a Rede independe da EQUIP? É de fato uma relação íntima, a EQUIP era a entidade parceira na Escola Latino-americana e acompanhou a trajetória de organização da Rede mantendo o apoio pedagógico.

Mas acredito que é no potencial dos jovens que reside esse desejo de organização, senão certamente a Rede não seria rede. Na primeira reunião já se falava em Articulação de entidades e movimentos de Juventude do Nordeste, surgia ali a idéia de um boletim eletrônico (hoje o Parábola), de um curso por correspondência (hoje o Curso de Formação à Distância para Jovens – EQUIP), bem como as idéias de incentivo ao voto aos 16 anos (tal Campanha de Participação Política que tem crescido a cada ano).

Enfim, daí por diante foi muito trabalho, éramos três estados e três jovens (Divaneide – RN, Rildo – PE e Rodrigo Soares – PB) que não cansavam de visitar grupos e organizar reuniões, regando sementes, alimentando sonhos. Para não ser diferente, nessas horas me aflora a subjetividade e a vontade de gritar como sempre a REDE É LINDA!!!!” (Divaneide, 2002).

A necessidade de articular a juventude do Nordeste de forma organizada e sistemática, numa estrutura de rede, nasce em dezembro de 1997. Então surge o primeiro e grande desafio da RJNE: chegar aos outros seis estados do Nordeste e interiorizar suas ações formativas das capitais para as outras territorialidades, como Zona da Mata, Agreste e Sertão.

Na RJNE também participaram jovens de movimentos sociais, não especificamente juvenis, como o Movimento Nacional de Meninos de Rua, o Movimento de Luta por Moradia, o movimento de mulheres, movimento de saúde, movimento sindical, de trabalhadores e trabalhadoras rurais, homossexuais, de defesa ambiental, igrejas, comunidades, movimento de pessoas com deficiências e partidos políticos do campo democrático. Sendo que atualmente, após a I Tecelagem Regional - Aracati-CE, em 2006, muitas discussões apontam para que haja um posicionamento sobre a participação dos partidos.

Tecendo os fios da RJNE:

Deparamo-nos a cada instante com um complexo sistema de redes de informação e com os perigos sugeridos pela substituição do trabalho humano por robôs, a presença dos elementos transgênicos.

E a Rede de Jovens do Nordeste? Denominação já assumida pela espontaneidade de um jovem se enquadrar nesta tentativa de alternativa política aos problemas sociais existentes? Acredita-se que sim, mais que isso, as articulações de entidades, fóruns, redes, todos esses espaços de cooperação trazem em seu interior uma nova proposta de organização. É notável a eclosão das redes nos últimos tempos, fato que demonstra uma preocupação com um novo jeito de pensar e ver o mundo.



As redes podem ter vários formatos, representações, jeitos, a exemplo das redes que se articulam com a EQUIP: Rede de Educadores Populares (formada por pessoas), Articulação de Rurais (formada através de experiências com trabalhos rurais), Articulação de parceiros de Políticas Públicas (formada por entidades) e Rede de Jovens do Nordeste (formada por jovens e entidades).

No entanto, o fundamental é que essas formas de organização cultivem e agreguem a perspectiva da coletividade, descentralização de poder e de informações, alcancem os objetivos esperados através da divisão de responsabilidades e acordos, bem como despertem valores de colaboração, transparência, reciprocidade, co-responsabilidade, democracia, tolerância e respeito. São esses os valores propostos pela Rede de Jovens do Nordeste, que vêm se afirmando através de suas ações e do fortalecimento do sujeito social e coletivo.

A Rede de Jovens do Nordeste não se propõe a modificar as estruturas das entidades, cujos representantes estão nela envolvidos diretamente, uma vez que esta sem

dúvida alguma não é a melhor alternativa para que os trabalhos fluam e seus objetivos sejam alcançados. Ademais, muitas entidades, instituições e movimentos têm formas mistas de organização e, muitas vezes, conscientes ou não, envolvem em sua estrutura redes internas que oxigenam a tomada de decisões e são indispensáveis ao bom funcionamento de tal espaço.

“Uma articulação de jovens que não quer ficar limitada ao bairro, à própria cidade, ao estado ou a um movimento. Queremos sair do isolamento, queremos estabelecer relações, trocar idéias e experiências, partilhar valores, alimentar esperanças, celebrar utopias, sonhos, conquistas” (Carta de Intenções da RJNE).

Por outro lado, a RJNE também não deseja as formas verticalizadas, tradicionais, hierarquizadas, que



permeiam o centro das decisões de muitas entidades, pois se assim o fosse, não prevaleceria a idéia de um trabalho coletivo, em que todos possuam o mesmo poder de decisão, sem favorecer a personificação de ninguém, tampouco de nenhuma entidade.

A organização em rede supõe flexibilidade, mas de toda forma é necessário que se tenha regras, princípios que norteiem tal articulação. Atualmente, a Rede possui um coletivo regional, que se reúne por volta de três vezes ao ano, com representantes de cada estado. Entretanto, com o passar do tempo, a Rede vai ganhando forma e é preciso definir melhor quais são os pontos que se ligam. Nos estados, apesar de termos que levar em conta as especificidades, há uma idéia geral de funcionamento: os núcleos estaduais. Alguns estados, em função da localização geográfica, possuem dois núcleos, outros ainda caminham lentamente, mas o que é importante ressaltar neste aspecto é que a RJNE, de uma forma ou de outra, já se fez presente nos nove estados nordestinos.

Pelo protagonismo juvenil, entendemos que o

“ator” aqui não é individual, mas se trata de uma ação coletiva de afirmação da identidade juvenil, baseada nos princípios do respeito à diversidade, da valorização das várias expressões juvenis, da busca pela cidadania, uma ação que quer mudanças sociais e culturais.

Quando falamos em protagonismo juvenil, estamos abrindo mão da existência de uma juventude evitando comparações com maio de 1968. Não acreditamos que hoje tenhamos a juventude estudantil como sendo a vanguarda das conquistas, pois estamos falando de várias organizações, sonhos, valores e mentes.

De tal modo, estamos deixando de lado a figura de grandes líderes e passando a valorizar o sujeito social coletivo, a importância que cada um/a possui, não com os valores individualistas pregados pela sociedade contemporânea, mas com o sentimento de pertencimento, de cidadãos/ãs responsáveis e com poder de decisão capaz de construir junto e não apenas ser espectador de sua própria realidade.

Essa ação coletiva de afirmação de identidade juvenil, baseada na multiplicação de formas de ver/ser, e nos princípios citados, é de fato protagonismo juvenil. O protagonista juvenil é uma pessoa consciente de seu papel como cidadão do mundo, na posição de autor, realizador e criador, fortalecendo o exercício da cidadania juvenil como parte integrante e participativa da sociedade.

Experiência de Protagonismo Juvenil na RJNE:

A RJNE não impõe uma idade limite para a participação, mas dialogada com a interação dos conceitos sobre juventude. A juventude é uma condição social, parametrizada por uma faixa etária, que no Brasil congrega cidadãos e cidadãs com a idade compreendida entre 15 e 29 anos.

Como uma grande parte da juventude de hoje, os jovens da RJNE também sonham com um mundo e um Brasil em que as desigualdades sejam diminuídas, que os jovens tenham acesso ao básico - saúde, educação, lazer, segurança e trabalho para todos.

Sabendo que é através da luta e organização social que se pode investir e recriar/reconstruir a vida cotidiana, partilhando valores, alimentando esperanças, celebrando utopias, sonhos, conquistas e lutas, temos hoje várias

juventudes inseridas em diferentes espaços sociais, apesar de a sociedade ver essa participação e atuação por parâmetros definidos décadas atrás. O papel da juventude é a desconstrução desses velhos estereótipos, a partir do exercício de sua cidadania ativa e seu protagonismo juvenil, (re)conquistar o seu espaço.

Tem sido assim na história da Rede, um exercício de muita luta, mas também de muita conquista. A RJNE possui três eixos de atuação: articulação, formação e mobilização. Que foram reafirmados e atualizados no espaço da Tecelagem², com mais dois eixos: Intervenção e organização.

Em 1999, aconteceu o primeiro Seminário Regional da Rede com a temática Protagonismo Juvenil nas Políticas Públicas: Mudanças e Esperanças, em Camaragibe-PE, coordenado pela EQUIP.

Ainda em 2000, a Rede afirma a dimensão com os outros países da América Latina, através da II Escola Latino-americana de Liderança Juvenil, e ainda neste ano o primeiro evento de grande porte é realizado, no Sesc de Iparana-CE: o I Acampamento da Juventude, “Acampando seus sonhos, idéias, esperanças e lutas”.

Não podemos esquecer ainda as campanhas de mobilização em torno do primeiro emprego, primeiro voto e voto consciente, que vêm sendo fortalecidas desde 2002, com a Campanha de Participação Política da EQUIP — “Seu voto pode mudar o Brasil”.

É em 2001 que a Rede se consolida realmente, ganhando uma maior visibilidade. Foram realizados festivais da juventude entre os meses de setembro e novembro, descentralizados em seis estados da Região: Rio Grande do Norte, Piauí, Sergipe, Paraíba, Ceará e Pernambuco, que tiveram vários formatos (passeatas, oficinas, exposições, salas temáticas, dança, música), onde a juventude se expressou de diversas maneiras, de fato ampliando a participação da RJNE e trazendo consigo a afirmação do protagonismo juvenil no tema “Protagonismo Juvenil nas Políticas Públicas: mudanças e esperanças”.

Já em 2002 realizamos o Festival da Juventude do Nordeste Brasileiro³ — “Protagonismo Juvenil — Um outro mundo é possível”. Em caráter regional, em Recife-PE, de 30 de agosto a 01 de setembro. Com delegações dos 9 estados

brasileiros, aproximadamente 3.500 jovens participaram efetivamente das oficinas, seminários, shows culturais e da caminhada, além da conferência sobre “Protagonismo Juvenil na América Latina”. Estiveram presentes jovens do Nordeste Brasileiro, de São Paulo e de outros países como: México, Argentina, Peru, Equador e Colômbia.

Temos protagonizado a vivência concreta da autonomia e gestão financeira-pedagógica em parceria com a EQUIP, a Fundação Kellogg, a CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviço) e outros Movimentos Sociais Populares do Nordeste brasileiro. Reafirmando o protagonismo juvenil também como uma ação em parceria de sujeitos políticos, com entidades e educadores. Sistematizando nossas experiências na coordenação de festivais, seminários, acampamentos de juventude e intercâmbio locais, regionais e internacionais, através da produção de textos, cartilhas pedagógicas, produção de vídeo, dentre outras.

Temos como expressar conquistas nas ações que materializam uma metodologia singular de organização, formação, mobilizações e intervenções, pois são estas ações que se tornam mais um importante registro da caminhada de várias juventudes que se juntam e demonstram as novas formas de expressão dos seus ideais.

Os novos fios que desafiam a unidade da RJNE

Também temos desafios a cada etapa, que de acordo com o contexto configuram elementos fortes nas exigências dos sujeitos em atuar, viver e ser RJNE. Seja nas relações mais saudáveis, o respeito à convivência entre os diferentes e pensar numa luta pela inserção juvenil na sociedade moderna.

Num horizonte social onde as PPJ's (Políticas Públicas de Juventude) constituem o pano de fundo da discussão, luta e implementação de direitos, a RJNE encara como desafio e dialoga com os/as diversos/as autores/as para a proposição e efetivação de momentos formativos e informativos das juventudes.

2. Espaço político educativo fazendo a Rede refletir sobre seus princípios com os sujeitos, suas ações desenvolvidas durante o ano. Em 2006 foram Tecelagens estaduais e em 2007 aconteceu a Tecelagem Regional, reunindo 53 jovens de todo o Nordeste com o tema “**Juventude intervindo nos espaços de participação popular**”, que trouxe nas discussões os reflexos da conjuntura nacional e principalmente nordestina para a RJNE.

3. Sobre os Festivais da Juventude, ver caderno específico publicado em parceria entre a EQUIP e a Rede de Jovens do Nordeste: “Festival da Juventude: Protagonismo Juvenil nas Políticas Públicas - mudanças e esperanças”, com artigos de diversos jovens e educadores que estiveram na preparação e coordenação dos festivais.

Desse modo espaços de articulações com outras redes e fóruns, a exemplo do Fórum Social Nordestino, Fórum Social Brasileiro, Fórum Social Mundial etc., exigem da Rede uma participação qualificada no diálogo intergeracional, regional e global.

Ainda como desafio contribuir na ação/representação/participação no CONJUVE (Conselho Nacional de Juventude), no Orçamento Participativo da Juventude, nas Conferências Estaduais de Juventude para a construção de conselho/secretaria/diretoria de juventude, da Conferência de Igualdade Racial, Gênero, Direitos Humanos, entre outros.

Um outro desafio são as definições de papéis no Coletivo Regional e comissões onde as responsabilidades individuais são os fios de manutenção da RJNE e a comunicação o fio condutor das ações/articulações internas e externas.

A criação e manutenção do site e do Curso de Formação de Agentes de Comunicação (para os representantes estaduais de comunicação) visam garantir o fluxo de informações. Ou seja, a formação eixo da Rede em todos esses espaços, o sentido da aprendizagem, da formação na ação, são elementos estruturantes da educação popular.

Estes são alguns dos fios da história que construímos nesta teia/RJNE. São fios de tamanhos, nós, que se diversificam com coisas em comum, porém com peculiaridades que tornam simples e mais complexo lidar com gente especial, com uma nova condição juvenil. Então, agora é com você. Pegue o fio e continue a sua história, a nossa história.

BIBLIOGRAFIA:

- ABRAMO, H. W., FREITAS, M.V. Juventude em Debate. Ed. Cortez. Ação Educativa. 2000.
- Cartilha Dito e Feito — Sociedade e Cultura: Juventudes. Gab. Ver. Fernando Mineiro. 2001.
- Carta dos Direitos dos/as Jovens. Festivais da Juventude. 2001.
- SANTOS, Joana. Rede de Jovens do Nordeste Brasileiro: subsídio produzido para o Coletivo Regional da Rede de Jovens do Nordeste. 2001.
- Relatório da Tecelagem “Juventude intervindo nos espaços de participação popular”. RJNE. 2006.
- Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas. Conselho Nacional de Juventude. 2006.

Pedro Soares - Educador de apoio da Escola Pública Profª Carlota Breckenfeld e militante do TABIRA H-Associação de Homossexuais, Lésbicas Travestis e Transexuais de Tabira.

“Cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é”(Cora Coralina)

“É uma delícia ser e estar na RJNE desde seu princípio até os dias de hoje - nos prazeres, dores que a cada dia se renovam no ser rede e faz com que apaixonado acredite no sonho de um Nordeste mais justo e igualitário. Então sou /estou educador popular, afro-descendente, homossexual, sertanejo, que ampliei a minha visão de mundo através da janela da RJNE, que dava numas outras tantas janela. Da Argentina ao Maranhão; de Porto Alegre a Tabira e de Tabira para o mundo.”



**REDE de JOVENS
Do NORDESTE**

Tecendo um mundo novo



Articulação em rede e construção do sujeito político

Hélio Silva Barbosa

A vivência na Rede de Jovens do Nordeste — RJNE

A Rede de Jovens do Nordeste — RJNE é um espaço de articulação que reúne os mais variados tipos de grupos juvenis e jovens integrantes de diferentes organizações sociais desde 1998, nela se encontram articulados jovens de diferentes entidades espalhadas pelos estados nordestinos. As entidades trabalham e atuam nas diversas temáticas, como diversidade sexual, cultura, cidadania, religiosidade, artes plásticas, etnia, políticas públicas, participação política, dentre outras. A prática destas organizações favorece o processo de aprendizagem, marcado pela troca de experiência, haja visto que cada indivíduo que compõe a Rede traz consigo a experiência de vida, sua história, uma forma de pensar e agir enquanto sujeito, bem como a forma de organização e organicidade proposta por sua entidade. Isto é um fator importante, já que, se consideramos as diferenças trazidas para este espaço, temos o grande potencial informativo e formativo que tece a Rede de Jovens do Nordeste, diante dessas diferenças acontece o favorecimento da construção do sujeito.

É importante percebermos que os integrantes da RJNE atuam na região Nordeste, marcada pela seca, concentração de riqueza, latifúndios, coronelismo, monocultura, oligarquias, também é a mais pobre do país, uma região com um dos maiores índices de desemprego, um dos mais altos percentuais de violência contra a mulher, de abuso sexual, prostituição, porém, um Nordeste de uma história de resistência e de fortes lutas sociais, a exemplo das Ligas Camponesas, Canudos, Palmares, Balaiada, e outras da atualidade, que se fôssemos citar daria um lista imensa. Uma região que concentra grandes manifestações culturais referentes a música, dança, teatro, artes cênicas, literatura, entre outras. Nordeste de um povo que traz consigo o desejo de mudança, a esperança da liberdade deixada pelos grande mártires que deram sua vida no sonho de um Nordeste liberto das mazelas que o cercam.

A Rede de Jovens do Nordeste afirma sua identidade e sua missão frente a este contexto. Ou seja, nossa identidade se apresenta com múltiplas faces, entre as quais, destacamos: a condição juvenil, que se define não só pela faixa etária, mas também por um estilo de vida (considerando aqui também as diversidades, como as de jovens entre 15 e 17 anos, jovens entre 26 e 29 anos); nossa condição de pertencimento geográfico-cultural-político de sermos nordestinos; nossa condição de classe social, como jovens das classes populares e das classes médias; nossa condição de lutadores sociais, em que nos definimos como protagonistas juvenis.

Juventude que se afirma nas lutas sociais

Atualmente, a juventude vem se afirmando cada vez mais como sujeito de suas ações políticas, isso faz com que ela se defina enquanto protagonista, na luta pelos seus direitos, por ser um grupo social com grande potencial e acessibilidade ao novo, se fazendo atuante nas mais variadas formas e diferentes espaços políticos e sociais. Durante a história recente do país, a juventude esteve e está envolvida no processo de transformação social na luta por democracia, igualdade, liberdade, enfim, numa grande diversidade de formas de luta. Assim, a cada instante percebemos ações políticas de jovens como um ser atuante e transformador, ocupando espaços que, se não fosse a atuação da juventude, estariam vazios.

A formação do sujeito juvenil da e na RJNE

É diante desta realidade que o sujeito da RJNE se forma e dá forma a Rede, trazendo consigo as experiências de sua caminhada e os valores construídos durante toda a história nordestina, bem como o carisma, a acolhida, a diversidade, o calor humano, o desejo e a esperança de mudar a realidade do Nordeste. Desta forma, a juventude que se afirma enquanto sujeito político nos estados, se faz e se constrói segundo os interesses e necessidades daquele estado, município, bairro, comunidade, se entrelaçando, tendo em vista a afirmação da juventude como sujeito, pensando e articulando políticas que levem em consideração sua condição jovem, haja visto que os jovens são tratados como problema social da nação e não como solução desta. Assim, acredita-se que juntos podem construir um entendimento de jovens enquanto solução: o ser que está e é, e não o que vai ser.

O fato dos jovens estarem sintonizados com diversos grupos juvenis do Nordeste brasileiro e estarem articulados nas mais variadas formas, com desafios e perspectivas diferentes, faz com que possuam características essenciais que os une. Uma destas é o desejo de transformar a realidade na qual estão inseridos(as). São jovens, falam e sentem o desejo de transformar sua região, na perspectiva de construir um país que possa enxergar sua juventude como solução, para isso os/as jovens seguem pautando a juventude nordestina, demarcando território político, social e filosófico, onde vão construindo valores de ser juventude nordestina e defendendo seus interesses políticos, econômicos, culturais, subjetivos, como algo norteador de sua ação política.

É neste processo que o sujeito da RJNE se constrói continuamente, durante as ações da Rede, um grande potencial articulador, uma força onde se faz presente a busca pela autonomia do sujeito político como um ser capaz de tomar decisões, definir politicamente suas atividades, atuar nas mais variadas formas e diferentes espaços: conselhos nacional, estaduais e municipais de juventude, orçamentos participativos, fóruns de juventude, conferências e, o mais importante, atuar dentro da organização da qual faz parte, que é caracterizada pelo perfil de juventude organizada, que defende as mesmas bandeiras, mesmo estando em lugares diferentes, assim demarcando seu território com uma grande teia.



Nessa teia de cores, texturas dos nós e tamanhos diversificados também estão unidos/as pela identidade de ser jovem, nordestino/as que ao mesmo tempo revelam nas singularidades do regional ao local a autonomia diante das realidades vivenciadas em cada estado e movimentos. O tecer dos fios faz valer o respeito na vida dos sujeitos e na vida da Rede.

Um sujeito forjado na prática

O próprio processo de vivência e convivência na RJNE é de construção, de aprendizagem, é o fazendo que se aprende, é aprendendo que se ensina, haja visto que diante de tantos movimentos sociais juvenis há um grande acúmulo de experiências, com tudo e a todo momento se aprende. Por isso, temos uma progressiva ação educadora que leva em consideração a participação de diversos atores, como mulheres, homens, negros, homossexuais, brancos que vivenciam e aprendem num processo de cidadania ativa.

Esta ação cidadã, que na Rede de Jovens temos afirmado como “protagonismo juvenil”, realiza-se através de diversas iniciativas assumidas pelos núcleos estaduais ou locais da Rede, mas principalmente naquelas ações de caráter regional que dão visibilidade ao conjunto da Rede. Entre estas, destacamos as campanhas pelo alistamento eleitoral de jovens, entre 16 e 18 anos, como forma de estimular a vontade dos jovens pelo exercício da cidadania; e na sequência, as campanhas “meu primeiro voto é consciente”, como forma de chamar a atenção para a responsabilidade do voto, bem como de estimular os jovens a se incorporarem em processos participativos. As atividades destas campanhas se fazem onde os jovens se encontram: colégios, igrejas, shopping-centers. Realizamos também atividades organizativas, como acampamentos, seminários, bem como atividades que buscam entusiasmar e animar, articulando a dimensão festiva com a formativa, como têm sido os festivais da juventude.

Por isso, comungamos com alguns teóricos que afirmam, os sujeitos se fazem na prática, assim temos que: “Este fazer deve ser entendido como um resultado de lutas, experiências, vivências, valores e tradições culturais, em sua vida cotidiana, em seu trabalho, na forma como enfrenta os padrões e o Estado. Enfim, sobre um conjunto de fatores que sofre e ao mesmo tempo produz”. (Loner — 2000)

Percebemos o sujeito que compõe a Rede, quando notamos sua prática nos espaços políticos e sociais, sem medo de intervir, ciente do que quer e deseja, de suas capacidades e quase sempre de seus limites, das suas aspirações. O ser que está sintonizado, sabe o que e porque representa, mesmo consciente de que está inserido/a em uma sociedade marcada com os traços fortes do neoliberalismo, a globalização, individualismo, consumismo, sabe que é difícil estar enquanto jovem pensando no coletivo.

Sabemos que os valores disseminados pelas classes dominantes, também contaminam a juventude, que muitas vezes trata de vivenciá-los e reproduzi-los. O espaço criado pela Rede de Jovens visa justamente estimular outros valores, como a cooperação, a solidariedade, a amizade, a esperança em “um outro mundo possível”.

Por isso, mesmo diante da realidade política e da falta de credibilidade no poder, não perde a esperança no processo democrático. Faz e acredita na política, ciente de que é um agente transformador, pode e dá sua contribuição para aperfeiçoamento da democracia brasileira, veste a camisa na luta pelos direitos da juventude, porque sabe dos desafios enfrentados. É jovem, por isso tem propriedade no que fala, pois sente na pele as angústias e desafios de ser jovem no Nordeste brasileiro.

Na RJNE existe um entendimento por parte dos jovens de que ele(a) não está ali para defender seus interesses e sim o da juventude brasileira, em especial a do Nordeste. Quando um jovem, membro da RJNE ocupa um acento no conselho municipal, estadual ou nacional de juventude, está lá para defender não apenas o interesse de seu movimento. Quando contribui na construção e execução de um Fórum Social Brasileiro ou Nordestino é porque ele sabe que se não estiver ali, pode



ser que não tenha um espaço para discutir juventude, um momento ou atividade que seja a cara da juventude, pois ninguém pensa melhor sobre juventude do que ela própria. É neste sentido que na RJNE expressa sua compreensão, que onde for necessário e possível e politicamente correto, de interesse da RJNE, deve ou se propõe que um jovem esteja nestes espaços, fazendo com que o espaço seja também da juventude.

Quando afirmamos a juventude em prol da construção da identidade, buscando nas diversas formas de participação, não rejeitamos o diálogo intergeracional que se faz necessário construir, ao mesmo tempo, nas relações entre os sujeitos jovens com jovens, mas, sobretudo, o diálogo intergeracional na importância de refletir a convivência com os diferentes, não apenas entre os jovens, como também de evitar codificar por rótulos ou estereótipos que tipificam pejorativamente a juventude.

O sujeito que se forma também dá forma a RJNE

Percebemos que o sujeito da RJNE ao mesmo tempo em que é sujeito transformador também é objeto de transformação, pois são jovens que organizam suas ações, que propõem, que se colocam, mas que ao mesmo tempo escutam e se percebem neste processo democrático vivenciado na Rede, que ajuda a formar o sujeito e este dá forma à Rede. Assim, a Rede de Jovens do Nordeste é resultado da ação dos(as) jovens que a compõem e, ao mesmo tempo, este sujeito é fruto das ações vivenciadas na e pela Rede.

O sujeito social e político que definimos como Rede de Jovens do Nordeste, que estamos construindo e vivenciando, se caracteriza por: uma identidade (já nos referimos anteriormente — juvenil, nordestina, popular, lutadora); vivência de valores — solidariedade, amizade, afeto e cuidado com as pessoas, respeito, defesa da dignidade, da união, do amor — e combate às discriminações, opressões, machismo, racismo, homofobia, patriarcalismo; práticas sociais e políticas pela transformação da realidade objetiva e subjetiva; vivências de utopias realistas; compromissos de transformação.

Não se trata de uma identidade e uma missão pronta e acabada, vivemos e enfrentamos dilemas, às vezes ocorrem distâncias entre o que queremos e o que fazemos, mas, sobretudo, somos capazes de registrar avanços significativos na celebração e vivência de nossa proposta, bem como, na construção permanente de novas perspectivas para o avanço no rumo de nosso projeto.

Dessa forma, política pública de juventude (PPJ) é o conjunto de princípios e ações que contempla as diversidades dos/das jovens, estabelece seus direitos, bem como suas responsabilidades, afirmando suas identidades e destacando suas potencialidades.

Helio Silva Barbosa - Representante da RJNE, atua em Campina Grande-PB.

“Moro no sítio Campo de Angola, distrito de São José da Mata, tenho 25 anos de idade, participo da (Pastoral da Juventude do Meio Popular - PJMP) desde os 16, sou participante e um dos fundadores da (Associação de juventude pelo Resgate da Cultura e Cidadania - AJURCC), participo da RJNE desde 2001, estudante de geografia pela UEPB, e Ciências Agrárias pela —UFPB, filho de trabalhadores rurais e forjado na força popular dos movimentos juvenis, já citados. Trago comigo o desejo de mudar a realidade da juventude brasileira, e isto está dentro de mim, de maneira que não sei viver sem estar em “movimento”.

Organização em redes sociais

Táise Chates

“Na verdade, seria incompreensível se a consciência de minha presença no mundo não significasse já a impossibilidade de minha ausência na construção da própria presença. Como presença consciente no mundo não posso escapar à responsabilidade ética no meu mover-me no mundo. Se sou puro produto da determinação genética ou cultural ou de classe, sou irresponsável pelo que faço no mover-me no mundo e se careço de responsabilidade não posso falar em ética. Isto não significa negar os condicionamentos genéticos, culturais, sociais a que estamos submetidos. Significa reconhecer que somos seres condicionados mas não determinados. Reconhecer que a História é tempo de possibilidade e não de determinismo, que o futuro, permita-se-me reiterar, é problemático e não inexorável.” (Paulo Freire)



Esse texto tem como objetivo fazer uma relação entre a atuação e organização da Rede de Jovens do Nordeste - RJNE - e a função política “geral” do trabalho em Rede.

Pode parecer clichê colocar a desigualdade social como ponto principal fomentador do surgimento do Movimento Social, porém, a continuidade dessa realidade cruel e sórdida faz com que seja um ponto ainda a ser colocado no início do debate. Quando se fala ainda de Nordeste e de Juventudes, essa questão é posta ainda de maneira significativa.

Por que Rede de Jovens? E por que do Nordeste?

Com a consideração e a valorização da diversidade, permitindo assim a existência de um espaço aberto e ampliado, a construção em rede pede a existência de um ou mais pontos comuns, que provoquem o sentimento de pertencimento aos seus e às suas integrantes. A Rede de Jovens do Nordeste - RJNE - tem como foco o trabalho com as juventudes nordestinas. É significativo ressaltar que, ao longo dos seus nove anos de existência, a RJNE conseguiu implantar núcleos em todos os estados nordestinos. A partir disso, podem ser destrinchados dois elementos em questão:

- 1) as juventudes, que têm uma extensa demanda no que diz respeito às políticas públicas nos diversos setores;
 - 2) o Nordeste: que se configura como uma das regiões brasileiras mais excluídas historicamente.
- Então, surge a pergunta: é possível trabalhar com as juventudes nordestinas, intervindo também nas discussões

de políticas públicas, sem ser “bairrista”? E o ensaio da resposta: é possível exercer tal trabalho a partir do momento em que a concepção de políticas públicas é traçada a partir das necessidades e especificidades da população, e não de uma hierarquia de idéias que venha impor políticas destoantes.

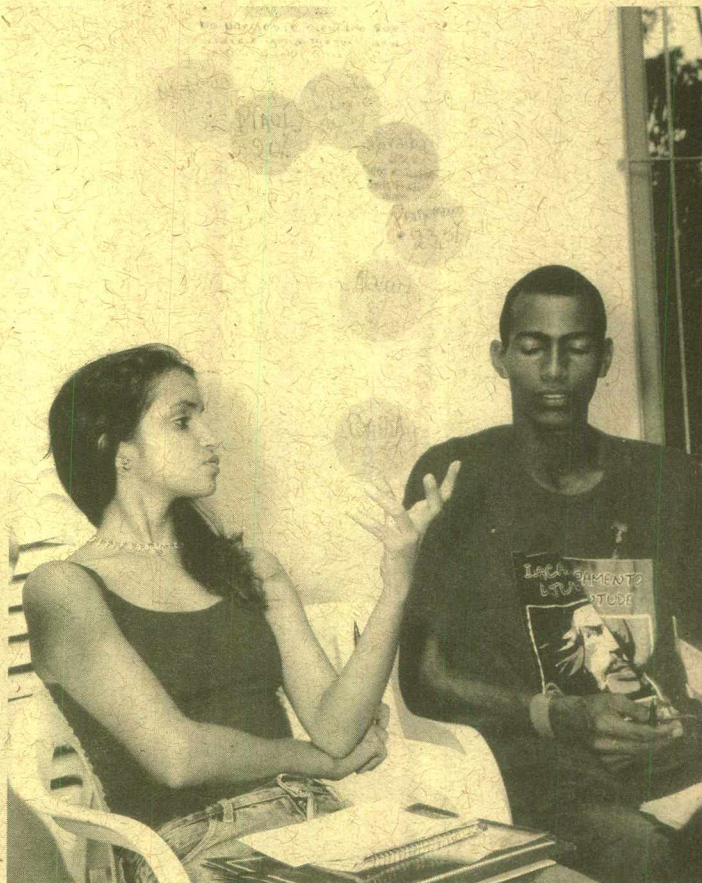
RJNE e a Educação Popular: da formação à deliberação

É com essa concepção de priorizar as realidades com as especificidades dos sujeitos sociais que a RJNE tem como princípio a Educação Popular, presente desde a proposição de formação de seus e de suas participantes até a adoção do modelo de discussão política e das deliberações a partir desses espaços de discussão. Esse princípio é de grande importância para a efetivação do trabalho dessa Rede, pois imprime uma maior facilidade de disseminação das discussões políticas e descentralização de decisões, devido a toda concepção política presente na Educação Popular.

A formação política é fundamental para, além de provocar debates políticos fundamentados e consequentemente intervenções mais qualificadas, permitir uma horizontalidade maior no que diz respeito às deliberações e diálogos, pois, no âmbito “objetivo”, existem na Rede de Jovens do Nordeste sistemas que buscam a garantia de um nível cada vez maior de horizontalidade nas decisões, já no âmbito “subjetivo”, a formação política garante que essa horizontalidade possa ser cada vez maior, fazendo com que todos e todas possam discutir num nível de equidade, para Cássio Martinho: “A rede é também uma espécie de pacto de insubordinação, cuja função é a diluição do poder e sua distribuição equitativa pelos nós que compõem a rede”², ou seja, essa insubordinação existente de cada movimento ou organização integrante faz com que a autonomia de cada um garanta a participação de todos e todas no processo construtivo. A comunicação é um elemento fundamental, pois, ela é o mecanismo direto de socializar as discussões e deliberações para permitir a interlocução política de maneira otimizada. Tanto em relação à formação quanto à comunicação, a adoção da Educação Popular se faz presente como elemento essencial tanto na busca dos consensos (sem, evidentemente, desconsiderar os dissensos) quanto na concepção de que as interlocutoras políticas e os interlocutores políticos têm o papel de repassar os debates e de mediar a construção de consensos regionais e não de reproduzir a característica falha da democracia representativa de impor à “base” decisões de seus e suas representantes. Essa questão está intimamente ligada à relação presente na RJNE entre a necessidade de que os sujeitos e sujeitas sociais devem buscar sua autonomia e de que as construções sociais devem ser coletivizadas buscando construir as pautas se baseando nas realidades vividas por essas sujeitas e esses sujeitos sociais.

O fortalecimento dos “elos”:

O objetivo de fortalecer os elos da rede, ou seja, as entidades e movimentos que a compõem a, faz com que a discussão política e as ações em conjunto signifiquem uma intervenção política mais forte, evitando a “estratificação” de discussões e ações muito importantes para a luta juvenil, ou seja, as lutas sociais na construção em rede diminuem a



possibilidade de se tornarem “sedimentadas” e aumentam a probabilidade de atingir um maior grau de capilaridade nos segmentos.

“Desorganizando para organizar”:

Para os que vêem a existência das redes sociais como uma “anarquia” no sentido pejorativo da palavra, demonstra-se que tal concepção não passa de um equívoco político, pois, a operacionalização da organização das Redes Sociais demonstra que tal modelo pode muito bem ser utilizado em diversos contextos, tanto em momentos de reivindicação de direitos sociais em manifestações de rua quanto para levar as pautas dos Movimentos Sociais inseridos nessas Redes para o Parlamento e o governo. Prova disso foi a realização do Festival da Rede de Jovens do Nordeste, que aconteceu em 2002 e contou com a participação de milhares de jovens que no fazer educativo e lúdico dos jovens participantes pautou questões de interesse

2. MARTINHO, Cássio. O projeto das redes: horizontalidade e insubordinação. Disponível em:

< <http://www.abdl.org.br/filemanager/download/377/0%20Projeto%20das%20Redes%20-%20horizontalidade%20e%20insubordina%C3%A7%C3%A3o.doc> >. Acesso em: 14 maio, 2007.

da sociedade e das juventudes, como por exemplo: o Voto consciente, o não ao livre comércio e o exercício da autonomia na intervenção social. Outro exemplo tem sido a intervenção da RJNE no CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude, com assento enquanto RJNE, pautando as políticas de juventude como algo a ser materializada a partir das discussões, do diagnóstico e da realidade das juventudes nos estados brasileiros, que, no âmbito da rede tem articulado organizações nordestinas.

O surgimento da articulação “Inter-redes”:

Em 2006, com a realização de discussões estaduais sobre o Plano Nacional de Juventude, ocorreu o encontro de alguns componentes de diferentes Redes Juvenis. Tal fato ocorreu no estado da Bahia e logo tomou dimensão maior. Daí, essa articulação garantiu, além da qualificação da discussão acerca do Projeto de Lei, a ida de 40 jovens delegados e delegadas para a discussão nacional, que aconteceu em Brasília, no mês de abril. Daí surgiu a ideia de um encontro “Inter-redes”, que permitisse o encontro entre

quatro diferentes Redes voltadas para a temática de Juventude dando um recorte para a atuação no Nordeste: Rede de Jovens do Nordeste (RJNE), Rede de Juventude pelo Meio Ambiente (REJUMA), Rede Sou de Atitude e o Redes & Juventudes, além do Projeto Juventudes e Ação Política (JAP), que executa um trabalho na área de Comunicação com o objetivo de focar a intervenção juvenil em espaços de participação política da sociedade civil. O território escolhido pela articulação para dar seu enfoque foi a região Nordeste, embora algumas delas não estejam presentes nos nove estados do NE e algumas existam em estados do Brasil que não fazem parte do NE. Nesse contexto, o encontro inicial entre mais integrantes dessas redes definiu questões gerais para que fosse possível a realização desse grande encontro, a partir daí, foram realizadas várias reuniões de trabalho, com comissões específicas, pensando e realizando as condições necessárias para que o encontro acontecesse.

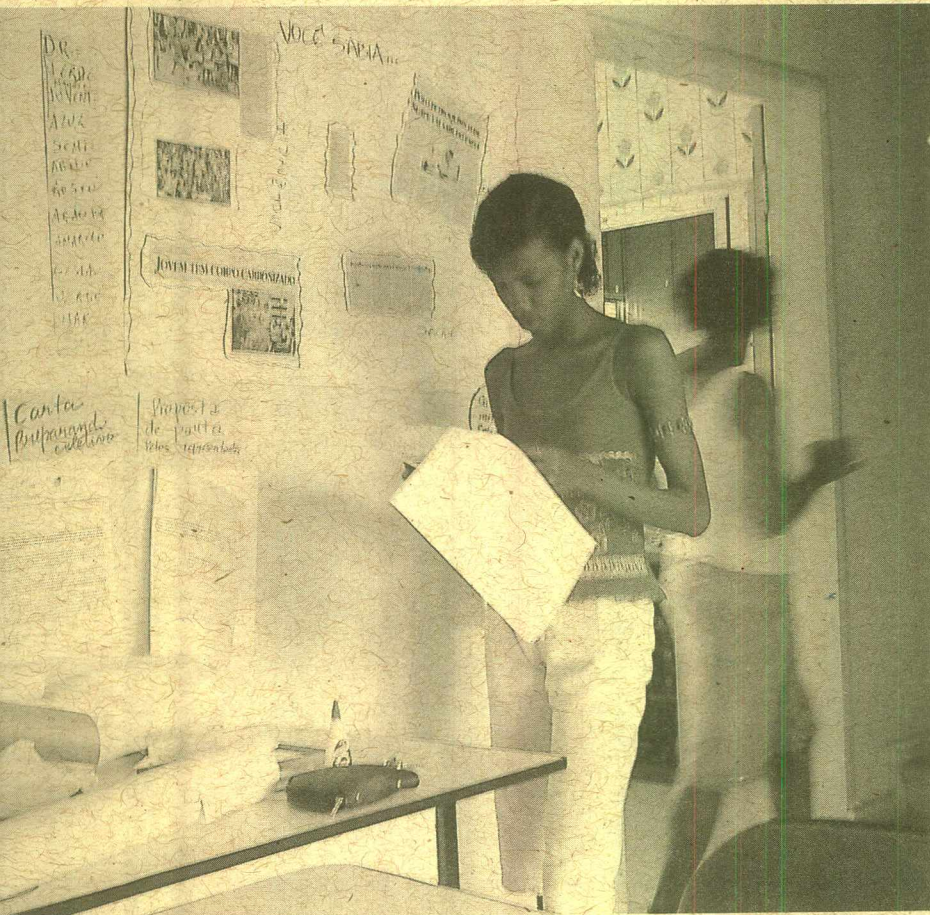
A metodologia do encontro tinha basicamente como objetivo dois pontos principais: o intercâmbio entre as Redes, ou seja, a percepção do que cada rede participante poderia oferecer às outras e o que poderia ganhar no processo de troca de experiências, assim pontuando as especificidades de cada Rede, e o “diagnóstico” de possíveis

atuações e intervenções em conjunto, seja com as quatro redes ou com algumas delas.

Como coloca o integrante da comissão de infra-estrutura da atividade e membro da RJNE, Tytta Ferreira:

“a Rede de Jovens do Nordeste novamente se viu num contexto ‘inter-redes’, pois, no início da sua caminhada, suas reuniões presenciais se davam juntamente com outras três redes em nível de Nordeste, a Rede de Educadores, a Articulação de Políticas Públicas e a Rede de Rurais”.

Isso mostra que o histórico da RJNE possui momentos de interlocução política com outras Redes, assim permitindo o amadurecimento de questões que talvez só sejam possíveis através do contato com outros movimentos e organizações.



Perspectivas de continuidade e mobilização da “rede das redes”:

Destacando os primeiros desdobramentos do primeiro encontro Inter-redes entre essas quatro redes, as articulações pretendem ser em âmbito estadual, assim encampando as lutas locais, sem perder de vista o caráter regional. É delineada então a possibilidade de articulação em Conselhos e Fóruns de Juventude estaduais e a mobilização da

juventude nordestina para o II Fórum Social Nordestino — FSNE, sem contar o interesse de algumas dessas redes em encampar a luta contra a redução da maioridade penal no Brasil.

Pensar no futuro da articulação Inter-redes é pensar diretamente numa forte característica da atuação em Rede: a fluidez. Elemento esse que faz com que a Juventude elabore, discuta e proponha transformação social mostrando a sua cara e seu jeito próprio de dialogar: com irreverência e seriedade!



Taise Chates — Graduada do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia e diretora administrativa-financeira do Centro de Educação e Cultura Popular (CECUP).

“Entre na Rede de Jovens do Nordeste aos 16 anos e estou com 21 anos de idade. Para mim se torna complicado pontuar quando começou o meu contato com o Movimento Social, pois, embora o contato inicial com uma intervenção ligada às ONGs tenha acontecido aos meus 14 anos, antes disso participei do grêmio estudantil e do colegiado escolar, entre outras atividades. Tento atuar com as realidades que me encantam mais enquanto possibilidade de transformações sociais reais e não como cumprimento de obrigações.”

**PROBLEMÁTICAS
CENTRAIS DA
REDE DESDE
SUA CRIAÇÃO**



JOVENS ORGANIZADOS: SUJEITOS SOCIAIS CONSTRUINDO ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Danieli de Barros Barbosa

“Liberdade... Paz, força e coração... vida, amor, libertação... um desejo incontido nas cabeças do terceiro mundo. Tudo isso virá se pudermos perceber que amar, viver, cantar, não será em vão”. (“Proprietários do 3º Mundo” — Dead Fish)

Participação política e juventudes

A participação política movimenta e dá sentido à democracia. É ela que possibilita que a sociedade cobre, decida, invente, exija seus direitos, proponha novos direitos, dê movimento à vida política de uma nação. Para que se torne possível a sensibilização para a cidadania ativa é preciso utilizar recursos.

As juventudes têm possibilidade de encontrar diversas formas para atuar na sociedade. Acredito que a forma de participação mais próxima é a ação comunitária e voluntária, seja ela apoiada por instituições, associações, movimentos ou ONG's, seja ela de caráter espontâneo.

Mas por que participação? A participação política torna possível a mudança de uma forma de cidadania “passiva”, baseada na espera de que os poderosos ajam e resolvam os nossos problemas enquanto sociedade, para pensar numa sociedade de fato “ativa” e propositiva, que busca soluções e pressiona os poderes competentes.

É importante ressaltar que não devemos pensar em participação política apenas em momentos eleitorais. Jovens, adultos, adolescentes e até mesmo as crianças devem ser sensibilizados para pensar a política de forma orgânica e constante. Pois, para que o exercício da cidadania ativa aconteça de forma efetiva, é necessário preparo e informação.

E ainda ousar dizer mais: nós, jovens, somos os sujeitos principais das transformações sociais em todos os níveis, pela nossa capacidade questionadora e por sermos a fatia da sociedade mais distante das estruturas de poder!

PPJ's – Que bicho é esse?

A política pública é resultado de um demorado processo que abrange interesses divergentes, confrontos e negociações entre os vários lados envolvidos. A literatura define política pública como: Um conjunto de ações e omissões que manifestam uma modalidade de intervenção do Estado em relação a uma questão que chama a atenção, o interesse e a mobilização de outros atores da sociedade civil. Desta intervenção, pode-se inferir uma determinada direção, uma

determinada orientação normativa, que, presumivelmente, afetará o futuro curso do processo social desenvolvido, até então, em torno do tema. (Oszlak e O'Donnell, 1976:21).

Dessa forma, política pública de juventude (PPJ) é o conjunto de princípios e ações que contempla as diversidades dos/as jovens, estabelece seus direitos, bem como suas responsabilidades, afirmando suas identidades e destacando suas potencialidades.

Como estamos hoje?

A busca de respostas a processos sociais como, por exemplo, a má qualidade da educação no país, a desigualdade social e a violência que envolve os/as jovens faz com que, atualmente, se discuta mais amplamente sobre políticas públicas de/para/com as juventudes. Além disso, podemos considerar, a partir da segunda metade dos anos 90, a movimentação dos

próprios sujeitos jovens que vêm buscando inserir no espaço político suas demandas por direitos. Podemos exemplificar tal inserção através de diversas lutas próprias das juventudes como um todo, entre elas, a luta dos/as jovens negros e de baixa renda por vagas nas Universidades Públicas e ainda a luta travada pelo passe livre e a meia passagem para os estudantes nos transportes urbanos.

No que diz respeito à recente história das políticas de juventude no Brasil, os/as jovens têm participado sempre numa dualidade de condição: como clientela de projetos sócio-educativos de conselheiros ou ainda enquanto sujeitos políticos, a exemplo de conselheiros ou de representantes em espaços públicos controlados por lógicas institucionais de governos, organizações e adultos.

Observamos hoje um cenário político bastante contraditório, cheio de desafios e potencialidades para os sujeitos que buscam a construção dos diversos espaços de participação. Observa-se uma minúscula mobilização popular num país onde os Governos caminham em passos lentos na resolução dos mais graves problemas que comprometem os interesses das juventudes no país. As juventudes brasileiras enfrentam o desafio de se reconhecer como esses sujeitos políticos e de se reafirmarem enquanto protagonistas da história, fazendo intervenções e criando participações que possam fazer a diferença dentro do contexto social em que vivemos.

Apesar disso, crescem no Brasil e na região nordestina iniciativas inovadoras dos governos e dos/as jovens organizados, na perspectiva da democratização do Estado e descentralização do poder, não obstante os avanços decorrentes de todo o processo de mobilização e organização social - garantidos na Constituição de 1988 - e dos vários instrumentos e espaços de participação popular. Tais potencialidades revelam os movimentos sociais na capacidade dos diversos sujeitos na construção da democracia, mas nem tudo se consolida concretamente ao longo da luta.

A força da (re)organização

“A juventude unida, clamando noite e dia / Com gritos de esperança e de paz, de paz. / Estamos pelas praças e somos milhões, / Nos campos e favelas somos multidões. / Felizes nós buscamos o caminho, / Ninguém vai ser feliz se andar sozinho!” (Zé Vicente).

A Rede de Jovens do Nordeste vem experimentando esse processo ao longo dos anos e percebendo as limitações que nos são impostas dentro dos espaços institucionalizados e vem percebendo também a diferença entre o lutar sozinho (cada movimento buscando seus interesses próprios) e a luta em conjunto proporcionada pela organização em rede, onde as mais variadas classes e especificidades somam forças na construção de uma participação que abre caminhos para a mudança.

As juventudes, no geral, detêm um papel estratégico no desenvolvimento do país. Compreendemos que nós, os jovens, não podemos ser encarados como “o futuro”, mas como um grupo populacional que tem necessidades e demandas urgentes para o presente.

A RJNE entende que para quê os jovens se tornem sujeitos na construção e na implementação de políticas

públicas é necessário antes se empoderar das questões próprias das juventudes. Um fator muito importante para esse empoderamento e para uma intervenção política mais madura e qualificada é o diálogo intergeracional. Os adultos não podem ser vistos enquanto “inimigos das juventudes” nem deve-se adotar a prática de querer atropelá-los nos espaços de construção dessas políticas. Nas vivências da RJNE aprendemos a dialogar com os adultos e a trocar conhecimentos, absorvendo o que é importante para a abordagem das PPJ's (as perspectivas dos jovens, contemplando a diversidade) e tomando-os como parceiros nessa luta. Mas, sobretudo temos um espaço para dialogar entre nós, jovens, compartilhando nossos sonhos, desejos, amores, paixões, inquietações e reivindicações.

Dessa forma, ao longo de sua existência, a RJNE vêm se constituindo num instrumento pelo qual os/as jovens esboçam a necessidade de criar os seus caminhos de participação com autonomia, independência e direcionamento próprio, e se esforçam para que esses caminhos sejam reconhecidos e validados pela sociedade.

Um novo jeito de fazer política e participação

Espalhar aos quatro ventos a Campanha de Participação Política centrada no tema “Voto não tem preço, tem consequências” sensibilizando a sociedade como um todo da importância do instrumento do voto e estimulando o voto aos 16 anos; O acompanhamento do Comitê Anticorrupção Eleitoral no Maranhão, onde ele funciona a todo gás; A inserção nos Fóruns

Sociais (Mundial, Brasileiro, Nordestino e ainda local, como é o caso do Rio Grande do Norte no Fórum Social Potiguar) propondo atividades específicas, mobilizando as juventudes; E a participação e intervenção qualificada no Conselho Nacional de Juventude (CONJUE) coordenando as atividades e produções de uma Câmara Temática e um Grupo de Trabalho são apenas algumas das ações da RJNE que exemplificam o que a juventude organizada é capaz de fazer! Essas são ações que legitimam a constituição da identidade juvenil que se dá no exercício de ser jovem com os jovens.

A Campanha de Participação Política, vivência que pude acompanhar mais de perto, é um retrato fiel da capacidade da força de mobilização das juventudes dessa Rede, mesmo sendo um “trabalho de formiguinha”. Multiplicou idéias, somou forças com o poder público, ultrapassou os limites do Nordeste, divulgou, inquietou, incomodou: no contato direto com a sociedade, abrindo os olhos das pessoas para o verdadeiro valor do voto, para as consequências de não pensar bem antes de escolher nossos representantes, criando espaços, rodas de diálogos sobre o assunto, indo às ruas, panfletando, incluindo chamadas em rádios comunitárias, aparecendo na TV, distribuindo adesivos e muito mais. São diversas demonstrações de cidadania ativa e criatividade, espalhadas por esses nove estados do Nordeste, repetidas e/ou recriadas a cada nova campanha.

Infelizmente, nem tudo é perfeito e limitações também existem. O espaço cedido na mídia para as mobilizações juvenis é quase zero. Só é possível divulgar nos meios de comunicação alternativos, como é o caso das rádios comunitárias. Ainda são poucas as instituições que aderem a essa luta e estão dispostas a colaborar com a reprodução dos materiais de campanha para que ela seja divulgada mais amplamente. Talvez, ainda seja necessário “engrossar o cordão” do contingente de nossa própria juventude envolvido nessa batalha para que uma ação mais direta e eficaz se realize escola à escola, de bairro em bairro, fazendo com que um maior número de jovens seja mobilizado em prol dessa causa. As distâncias geográficas somadas à falta de recursos também se constituem em grandes empecilhos na jornada.

Mas o trabalho não pode parar por aí! Além de reivindicar e sugerir políticas efetivas e democráticas nós temos o papel de monitorá-las durante e após sua implementação. Não podemos descuidar do que é nosso! E para que essa caminhada não se perca pelo tempo, é necessário continuar sensibilizando outros jovens, abrir os olhos daqueles que ainda não despertaram para sua importância enquanto sujeitos de direitos e puxá-los para a perpetuação dessa luta, buscando novos espaços de participação, aumentando a mobilização, crescendo em qualidade de intervenção e etc. Essa busca por “novos adeptos” conscientes e com ânimo para a batalha é, para nós, um desafio constante que precisa ser superado e renovado todos os dias para que seja possível, um dia, o tão sonhado “Novo Mundo”!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. **Abramo**, Helena Wendel. Quais Direitos? Consulta em 30 de janeiro de 2007. In: http://ondajovem.terra.com.br/plano_de_aula.asp?ID_Materia=643
2. **Scherer-Warren**, Ilse. Redes e sociedade civil global. In: ONGs e Universidades: desafios para a cooperação na América Latina. São Paulo: ABONG; Peirópolis, 2002.
3. **Carrano**, Paulo. Jovens Brasileiros. Consulta em 30 de janeiro de 2007. In: <http://www.fazendomedia.com/novas/politica/29/09/06.htm>.
4. **Rabat**, Márcio Nuno. A participação da Juventude em Movimentos Sociais no Brasil. Publicação da Câmara dos Deputados. Brasília — DF, Agosto 2002.
5. **Mineiro**, Gabinete Vereador Fernando. Cartilha Dito e Feito - Sociedade e Cultura: Juventudes. Natal — RN, 2001.

Daniely de Barros Barbosa (Dany) é mestranda em Engenharia Elétrica pela UFRN, integrante da PJMP-RN e RJNE, atua pelo Núcleo Estadual do Rio Grande do Norte.

“Sou uma jovem que acredita numa sociedade mais justa e igualitária para tod@s e procuro dar a minha contribuição para a construção da mesma. Aprendi muito militando na Pastoral da Juventude do Meio Popular desde meus 15 anos e tive oportunidade de amadurecer também, em vários aspectos, dentro da Rede de Jovens do Nordeste. A RJNE encanta... Ame-a ou deixe-a! Conheci a RJNE no ano de 2001 e, desde então, mesmo distanciada em alguns momentos, não consegui mais deixar de ser parte dessa engrenagem, colaborando até hoje, vendo outros jovens chegando e se tornando parte da história, assim como eu. É uma participação que gratifica, que emociona, que realiza, que faz crescer e que se destaca por ser diferenciada, por ser “em rede”. Faz parte de mim, me sinto bem dividindo minhas experiências e aprendendo cada vez mais com a diversidade das experiências das juventudes”.

Hoje, com 23 anos, continuo militando na RJNE, faço parte da Coordenação Estadual do RN.”

JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO: NOTAS DE UMA EXPERIÊNCIA PECULIAR DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Erisvaldo — Tytta Ferreira

Pra início da conversa

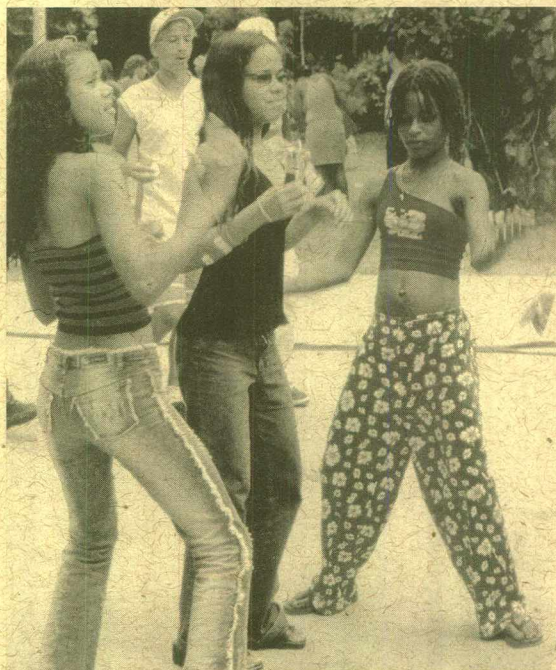
Atualmente, no Nordeste as diferentes formas como os/as jovens se organizam mostram o grau de diversidade existente nas intervenções políticas, todavia esse exercício não basta para ser jovem, pois o debate da participação direta tem fundamental importância para a construção de uma sociedade justa e igualitária, considerada que a luta pela garantia de direitos não deve ser uma discussão meramente geracional, e que os/as jovens participem efetivamente da formulação de políticas de/com/para juventude no diálogo com outros setores sociais e políticos.

Recentemente, o debate geracional juvenil deu avanços significativos, com o processo de constituição do marco legal da juventude, do qual a Rede de Jovens do Nordeste foi um dos protagonistas principais no país, devido à experiência vivida por quase uma década, relacionando o trabalho de base com os jovens, com a proposição de políticas públicas de/com/para juventude.

Peculiaridades da juventude do Nordeste

O retrato do Nordeste ilustra uma realidade de dificuldade ainda maior que as outras regiões brasileiras. Destacamos um dos indicadores de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Censo-2000. Somavam-se 34 milhões de jovens entre 15 e 24 anos, sendo aproximadamente 17 milhões de mulheres e 17 milhões de homens. Constata-se ainda que a região Nordeste é mais pobre, visto que havia mais de 18 milhões de jovens fora da escola, dentre os quais, quase dois milhões eram analfabetos, 91,9% viviam em famílias com renda per capita de até um salário mínimo e 70% habitavam nesta região.

Boa parte desses/as jovens que se encontram no



Nordeste brasileiro não são contemplados com políticas específicas, todavia, as políticas universais existentes são de total desigualdade. Essas pessoas em sua grande parte estão fora do mercado formal de trabalho, na educação, ou seja, excluídos de oportunidades básicas. Assim, se visualizarmos outros indicadores com relação aos recortes de gênero, raça, etnia, ainda predominam enormes desigualdades, o que leva a um quadro bastante agravante do/da jovem no Nordestino sua inserção social.

Mas também o Nordeste demonstra peculiaridades na tradição dos movimentos sociais de resistência e lutas específicas, dentre os quais ressaltamos as diversas formas de participação das diferentes organizações e grupos juvenis, o pulsar de ser Rede proporcionando a participação do/da jovem nordestino, tendo em vista os recortes de gênero, raça, etnia numa dimensão crescente, com a inclusão através das organizações das diferentes juventudes.

“... Não é igual, não é igual
O importante é ser você
Mesmo que seja estranho, seja você
Mesmo que seja bizarro, bizarro, bizarro...”
(Máscara, Pitty)

JOVEM ENQUANTO PROTAGONISTAS

Ser jovem na atualidade é sinal de auto-afirmação, pois no atual quadro sócio-político, nada mais é do que resistir ao que nos é proposto por pessoas que utilizam uma espécie de política pública de “guela abaixo”, como se o fato de ser jovem fosse simplesmente sair da adolescência e entrar na fase adulta, fosse apenas uma simples etapa da vida denominada juventude.

Na nossa realidade esse fato não é muito diferente, podemos visualizá-lo claramente no nosso dia a dia. Se afirmar jovem sem ser chefe de família em nossa região é uma grande utopia, pois as oportunidades requerem uma suposta indicação, que nem sempre condiz com o perfil do/a jovem, que acabam sendo “rifados” por pessoas que os utilizam como massa de manobra, por causa de pequenos favores, a exemplo de exames médicos, material de construção, emprego, dentre uma série de outras ações que servem para cooptar os/as jovens através da deficiência do Estado.

O que chama de fato a atenção é como esses jovens se contrapõem diante da imposição de uma minoria, representada por figuras tradicionais de uma burguesia elitista sem nenhum compromisso com a comunidade nordestina e principalmente com esse público, ou seja, com os/as jovens. Daí surge uma questão: como se contrapor a tudo isso? Uma importante ação é a intervenção, a participação nos espaços políticos e a busca incessante pela garantia de direitos, fazendo com que os/as jovens nas diversas formas de organização reunidos expressem seus desejos, linguagens e necessidades, destacamos como a reivindicação de ser jovens seus direitos de sonhar, curtir a vida, estudar, enfim, amar.

Isto se traduz numa política de direitos e garantias, que não pode de forma alguma ser intitulada como política geracional, mas reconhecida nesse segmento da sociedade que luta pelo povo brasileiro desde os anos 60, com a contraposição à ditadura militar, no movimento hippie, o Fora Collor, os caras pintadas e a Revolta do Buzú, que se iniciou na Bahia e se espalhou por vários cantos desse país.

Esse protagonismo revelado pela reivindicação da identidade jovem passa a pautar a cidadania negada, como o exercício de brincar, de se divertir, de reinventar linguagens próprias e de informar-se e formar-se culturalmente. Ainda que o reconhecimento das diversas identidades na juventude perpassa por gênero, por raça, por territorialidade.

RJNE e o pioneirismo na elaboração de propostas de políticas públicas de/ com/para juventude

A Rede de Jovens do Nordeste — RJNE é uma experiência pioneira na discussão de redes de juventudes no Brasil. Organizada em 1998, por intermédio de alguns jovens e com o apoio da EQUIP — Escola de Formação Quilombo os Palmares, agrega hoje uma série de organizações nos nove estados do Nordeste¹.

Esse pioneirismo da Rede na identidade juvenil e na proposição das políticas públicas se desenvolve através de vários exemplos concretos, podendo citar as bandeiras de lutas: “Protagonismo juvenil”, “primeiro emprego”, “voto consciente”, através das diversas ações educativas como os Festivais da Juventude e a Campanha de Participação Política.

Destaco a campanha, que na realidade não é somente vivida, mas compartilhada com os/as companheiros/as que lutam nos diversos cantos desse Nordeste, podendo usar como exemplo uma atividade realizada no ano de 2004, onde no dia 04 de abril, às três horas da tarde, representantes da RJNE, nos diferentes estados e municípios do Nordeste, pararam e disseram: “Vamos as Urnas, por um Voto Consciente”. Esse foi o primeiro momento da Campanha de Participação Política, que tinha o seguinte slogan: “Meu primeiro voto não tem preço!”.

Na luta coletiva, a Rede de Jovens do Nordeste em sua forma autônoma e diferenciada de se organizar, nos diferentes estados e núcleos onde atua, garante a individualidade de cada membro, a unidade na autonomia que se materializa nas prioridades respeitadas, nas especificidades de cada local, vislumbrando ser encarado/a enquanto pessoa e não enquanto indivíduo, ou seja, como meros dados que serão expostos perante a sociedade.

1. Maiores informações sobre o histórico da RJNE no texto Rede de Jovens: Uma experiência de protagonismo juvenil no Nordeste, de Pedro Soares de Souza, nesta mesma publicação.

Entretanto, não podemos perder de vista uma situação que é fundamental para a consolidação desse grupo: as divergências são um fator importante para o amadurecimento do debate. Em tais espaços a juventude participa diretamente de discussões de fundamental importância para pautar desejos, reivindicações e desse modo segue formulando políticas de/para/com a juventude do Nordeste.

A RJNE, através das várias entidade e grupos que a compõem atua em espaços de suma importância em nível local, estadual, regional, nacional e internacional, assim como no Plano Nacional e na Conferência Nacional da Juventude, LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), LOA (Lei Orçamentária Anual), PPA (Plano Plurianual), além dos conselhos de direito, a exemplo do CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE, e conselhos municipais de juventude, a exemplo de Fortaleza, São Domingos e Valente.

Essa participação deve ser analisada tanto do ponto de vista das possibilidades, como também dos desafios de se ocupar esses espaços. A seguir destaco um das experiências de nossa intervenção em políticas públicas, mas antes dialogo sobre o sujeito da ação comentada.

**“... Eu sou negão / Eu sou negão
Meu coração é a liberdade / É a
liberdade...”
(Eu sou negão – Gerônimo)**



Sujeito da Experiência

A partir da Rede de Jovens do Nordeste — RJNE, Núcleo Bahia, na região do Sisal muitos e muitas jovens - assim como eu - puderam crescer na sua comunidade e se fortalecer enquanto jovem protagonista, enquanto sujeito/a

de direito. Quem imaginava que um jovem negro, recém saído de gangue de rua, em uma pequena cidade do interior da Bahia, chamada Valente, participando do grupo juvenil... no desejo de liberdade, fosse representar uma REDE, como a RJNE, e ainda representar em um espaço político de definição de políticas como o Conselho Nacional de Juventude — CONJUVE. Pois bem, assim aconteceu, o filho de um agricultor chamado Antônio Juvenal Evangelista de Jesus, conhecido como Juju e de dona Maria Lúcia Ferreira de Jesus, conhecida como Lucinha, na exigência de representar as diversas organizações e, sobretudo os jovens que estão excluídos da participação, no desafio de aproximar a discussão de política nacional de/para/com a juventude.

Experiência significativa da nossa intervenção em políticas públicas - o Conselho Nacional de Juventude

A experiência é interessante e inusitada em nossas vidas. Em vários momentos dentro do CONJUVE tive a impressão de que seria devorado, pela necessidade de propor pautas que contemplassem a juventude nordestina. Contudo, a boa vontade de muitas e muitos que fazem parte daquele Conselho fazia com que as coisas se tornassem mais instigantes e prazerosas, e o desejo de que a gente se tornasse um “fato social” dentro do CONJUVE e até mesmo dentro da RJNE, como em qualquer outro grupo, havia resistência de uma minoria.

Essa necessidade de reafirmar a origem, em nenhum momento visa mostrar-me enquanto coitado, mas sim enquanto um lutador e educador que busca não para si, mas para um conjunto, a necessidade de implantação de políticas públicas adequadas para a sociedade nordestina, com oportunidade de trabalho, saúde e educação, dando a cada uma e a cada um o direito de “viver”, não o de “sobreviver”, pois, não sei como farei, muito menos quando será, contudo, creio que a garra e a força que cada um/uma nordestino/a traz consigo, revigora e fortalece a nossa participação nesse Conselho e em diversos outros espaços de participação política.

Portanto, uma minoria negada de direitos básicos à vida chega a espaços definidores de políticas, com dois grandes desafios: reafirmar a juventude nordestina em suas peculiaridades, a necessidade de políticas específicas na

dimensão intersetorial. Desse modo é significativa a concepção do exemplo concreto da presença dos 17 ministérios que possuem programas e ações

voltadas para a juventude como poder público e poder legislativo, através da Frente Parlamentar de Políticas Públicas de Juventude.



DIFICULDADES

Os caminhos nem sempre foram prazerosos, enfrentamos dilemas tanto enquanto sujeito pessoal e como enquanto a rede. Em muitos momentos nasceram questionamentos, que creio já se fizeram presentes em muitos/as de nós, o que estamos fazendo aqui (no movimento social)? As respostas são as mais diversas possíveis e cada um/a poderá fabricar a sua... Contudo devemos tomar cuidado, pois se não se tornam oportunas, se escutadas algumas das respostas nem sempre nos fortalecerão enquanto ação coletiva, porém algumas das respostas de que posso, de que sou capaz e de que acredito, que muitas vezes me levantei dos momentos mais adversos de minha vida.

No início da participação no CONJUE, pude, por exemplo, avaliar que a maior dificuldade era de incluir na pauta do Conselho, pautas referentes ao Nordeste e a sua juventude, onde por várias vezes o termo “BARRISTA” fora utilizado para justificar a ausência dessas pautas e as cobranças feitas não só por mim, mas pela maioria dos representantes nordestinos/as no Conselho. Entretanto o fato de coordenar o Grupo de Trabalho de Estrutura do Conselho (GT 01), fez com que vários/as representantes pudessem observar a forma e a metodologia de trabalho que estávamos propondo para o Brasil como um todo e não para a centralização que existe na política nacional no eixo Rio-São Paulo (pelos governantes).

Outras dificuldades no campo interno vão desde a exigência para que apropriassem de novos conteúdos pautados, como também o grande número de informações que chegavam numa rapidez para responder. Enquanto rede na dimensão geográfica demonstrou a dificuldade da comunicação virtual, pois nem sempre existiu uma não escutatória sistemática da nossa Rede dificultando informações e posições legitimada pela grande base.

Acredito que reconhecer as dificuldades seja um dos grandes méritos que tenha, por isso a busca de estratégias de atuação, articulação, mobilização e o companheirismo que por muitas vezes foram fundamentais para o desenvolvimento das discussões e encaminhamentos. Mas sem dúvida que a maior dificuldade foi a ausência de uma política consolidada de juventude no Brasil, além do fato dos/as conselheiros/as serem pioneiros/as, sem sombra de dúvida, fora uma dificuldade relatada pela maior parte dos/as representantes do CONJUE, a ausência de dados específicos, programas, mapeamentos dificultaram e dificultam os trabalhos até o presente momento, afinal um novo Conselho Nacional de Políticas Públicas de Juventude passa por uma série de construção.

AVANÇOS

Acreditar em um novo Brasil é também acreditar em um novo modelo de desenvolvimento e no novo Nordeste, onde não haja impunidade, uma saúde precária, uma educação de má qualidade. Esses conteúdos surgiram nas diversas discussões no CONJUE, o que refletiu as diversas concepções da democracia com a forma de funcionamento do Conselho, as brigas e

conquistas foram notáveis, pois a inclusão de várias pautas da juventude nordestina, a exemplo da vinda do Conselho ao Nordeste, à cidade de Fortaleza-CE, para discutir a temática dos “Direitos Humanos”, contando diretamente com representantes de vários estados brasileiros e com representantes de quase todo o Nordeste. Esse acontecimento fortaleceu o diálogo com os movimentos juvenis e organizações que trabalham com jovens, conselheiros e alguns gestores públicos acrescentando à juventude do Nordeste, como de outras regiões brasileiras, no cenário nacional na formulação do diagnóstico da diversidade e o respeito aos direitos humanos.

Então, os avanços têm que ser avaliados criticamente, na perspectiva de avançar diante das dificuldades existentes, entretanto, avanços como o diálogo entre os diferentes, seja não apenas sociedade civil nos 40 que tem assento no CONJUVE seja com os gestores públicos, demonstra a experiência do diálogo na adversidade entre especialistas, representantes de organizações e integrantes da Rede, que no caso da RJNE com dois representantes na titularidade na suplência, porém nas lições da Rede não existe titularidade, mas ocupar de fato tal espaço fortalecendo ambos e as instâncias de base da rede.

Ainda como avanço, a agenda comum para os movimentos, a coordenação de câmara temática e de Grupos de Trabalho que os integrantes da Rede contribuíram para ampliar a participação dos demais representantes da Rede e do Nordeste. Desse modo, o CONJUVE é significativo pelo seu caráter supra-partidário e inter-geracional, é uma instância nova, porém privilegiada para a interlocução e cooperação entre Estado e sociedade civil. Sem dúvida, as lições de aprendizagem no fazer da Rede contribuíram para pautar nestes espaços a comunicação e a metodologia participativa, levando a importância dos sujeitos afirmarem suas identidades, a sinceridade e a transparência, estabelecendo nas relações fraternas os laços ora de respeito, ora carinho e amizade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

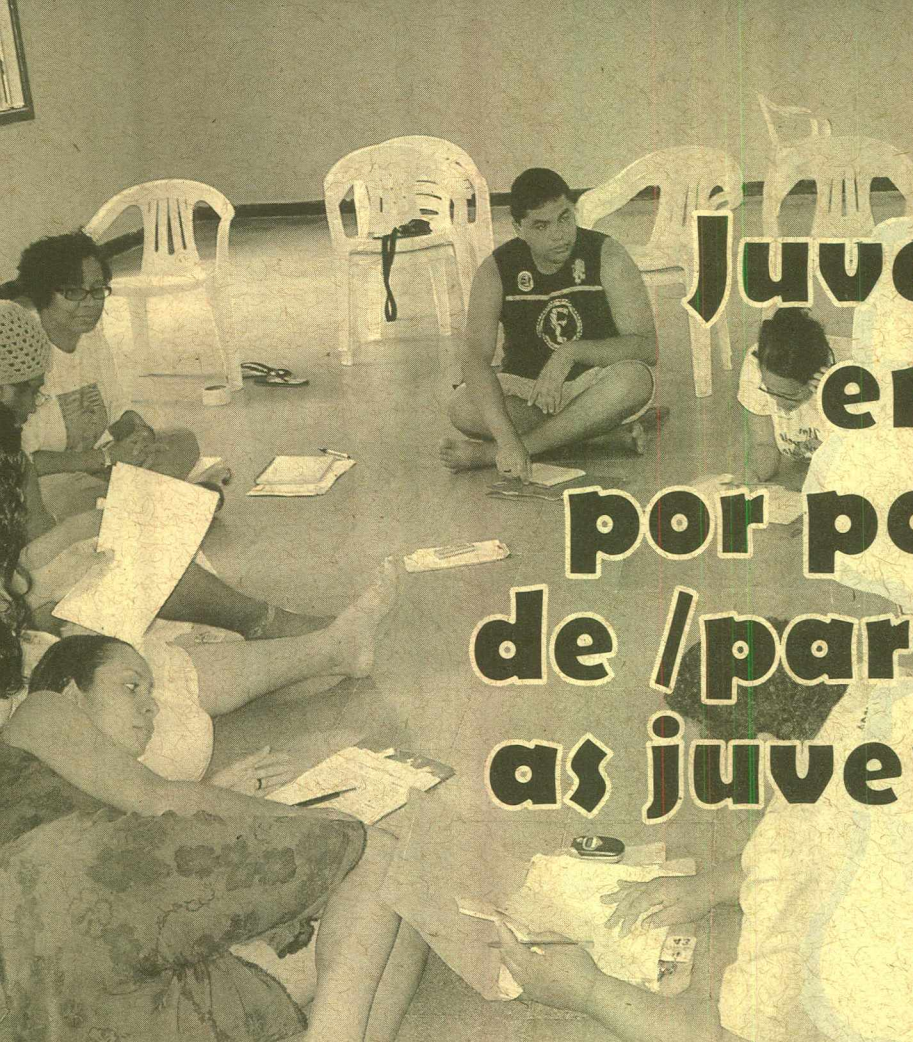
SANTOS, Maria Cristina Moura, Pedagoga, Educadora Popular, Texto: **A PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PODER**, produzido na cidade de Valente, Bahia.

Senso do IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2.000.

FERREIRA, Erisvaldo de Jesus, Sistematização de vivências na Rede de Jovens do Nordeste: **PROTAGONISMO JUVENIL E PARTICIPAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS**.

Erisvaldo Ferreira de Jesus, o Tytta, é natural da cidade de Valente, estado da Bahia, estudante de Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia — UNEB. É educador do CECUP - Centro de Educação e Cultura Popular, membro da Rede de Jovens do Nordeste, Diretor Executivo do Instituto de Comunicação e Juventude Diário Nordestino - ICOJUDE e membro do Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE.

“Estou na Rede de Jovens do Nordeste desde 2001 e muitas conquistas e derrotas foram compartilhadas por mim e pela Rede, estou e vivo constantemente apaixonado por essa gigantesca rede que tanto amo e acredito, até mesmo pelos grandes feitos perante a juventude do Nordeste. Ainda não penso em sair e sim em contribuir, mas acredito que esse dia será de grande reflexão, pois cada um e cada uma vai perceber o tamanho da diferença em sua vida. A Rede vai continuar e a gente não pode parar. Saudações de um negro, brasileiro, baiano, sertanejo da cidade de Valente e muito obrigado a todos e todas que fazem, ou fizeram parte da REDE DE JOVENS DO NORDESTE.”



Juventude em cena por políticas de /para /com as juventudes

Cíntia Nascimento

“Um país que crianças elimina...
e não ouve o clamor dos esquecidos...
pode ser o país de quem quiser,
mas não é com certeza o meu país...”
(Flávio José)

Contexto nacional e regional

Vivemos numa sociedade fortemente marcada por mediações que nos afetam diretamente. Os direitos humanos são considerados essenciais a todas as pessoas, sem quaisquer distinções de sexo, nacionalidade, local de moradia, etnia, cor de pele, faixa etária, classe social, ter ou não algum tipo de deficiência, profissão, opinião política, religião, orientação sexual, nível de instrução ou julgamento moral. São direitos decorrentes de um processo histórico que foram consagrados na Declaração dos Direitos Humanos, proclamada em 1948.

No entanto, diante de um cenário global ao nos depararmos com os/as jovens brasileiros/as encontramos uma realidade que denuncia a dificuldade de fazer com que esses princípios e diretrizes reconhecidos como direitos humanos sejam vivenciados e experimentados pelo conjunto dessa população de maneira satisfatória. A juventude brasileira com idade entre 15 e 29 anos, representa 28,2% da população brasileira, ou seja, 49 milhões de pessoas (dados IBGE 2000), onde é marcada pelo quadro de desigualdades sociais, as estatísticas comprovam que os/as jovens são os mais atingidos pela violência, com maioria nos registros de homicídio e nas prisões.

A mortalidade de jovens é um sinal dramático da condição juvenil. O Brasil de hoje produz o extermínio de seus jovens pela violência. De acordo com o “Mapa da violência: os jovens do Brasil IV(2004)”, entre os anos de 1993 e 2002, o número total de homicídios registrados pelo SIM (subsistema de informações de mortalidade), no país, passou de 30.586 para 49.640, o que representa um aumento de 62,3% e que 70% das mortes de jovens é decorrente de causas externas, destacando-se entre elas os homicídios, acidentes de trânsito e suicídio.

A região Nordeste que é conhecido por suas belas praias e cultura, também é o local de maior índice de analfabetismo do país, exploração e abuso sexual, tráfico de pessoas para fins sexuais. Nós jovens contamos com imensas dificuldades de inserção, que invariavelmente acabam por conduzir a drásticas transformações sociais. Assim, o contexto sócio, político, econômico e cultural nordestino, marcado por profundas desigualdades, e todos os indicadores sociais e econômicos dos diversos institutos de pesquisa, apontam os indicadores na Região como os piores do país.

Políticas de juventude: que nóia é essa?¹

“Vem vamos embora que
esperar não é saber,
Quem sabe faz a hora
não espera acontecer.”
(Caminhando - Geraldo Vandré)

No Brasil, o debate sobre Políticas Públicas de Juventude-PPJ ganhou força entre o final da década de 1990 e primeiros anos de 2000, observamos uma profusão bastante grande de institucionalidades — coordenadorias, assessorias, secretarias — municipais que passam a se encarregar da criação de políticas destinadas à juventude e também da criação de mecanismos de diálogo entre gestão pública e setores organizados da juventude.

A partir de suas próprias comunidades, tribos e grupos. Os/as jovens, por definição, não estão pura e simplesmente à espera de sua realização pessoal e coletiva, reivindicam e exigem o direito de participar ativamente da história nacional e mundial, partindo das necessidades apresentam propostas de melhorias ou melhor de políticas.

Portanto, uma política de juventude precisa se diferenciar de todas as outras formas de política de atendimento a um grupo populacional, pois, enquanto orienta um poder social específico face ao presente e ao futuro, não exerce meramente o papel de proteger e conceder direitos, mas baliza um projeto de nação.

Uma política, em consequência, deve ser:

1. **Integral:** no sentido de integrar a todos e todas os/as jovens, por meio de uma visão de conjunto e como parte das estratégias de desenvolvimento social e econômico;
2. **Incisiva:** apresenta, com a devida precisão, respostas às múltiplas dimensões das problemáticas juvenis, de forma específica e objetiva;
3. **Participativa:** favorecendo o protagonismo juvenil, possibilitando a construção de projetos de vida para os/as jovens, e estabelece pontos de referência - nos quais lideranças locais sejam formadas;
4. **Seletiva:** como toda política pública de natureza social, e este é um ponto de polêmica, a política de juventude deve ser universalista, humanista e adequada ao contexto; mas deve ter também, um caráter pragmático, proporcionando aos jovens de baixa renda, do meio rural e urbano, e às "mulheres jovens", em particular, serviços emergenciais de atenção;
5. **Descentralizada:** entendendo o papel dos atores locais na solução dos problemas, a política deve promover a desburocratização dos serviços proporcionando capacidade operacional, eficiência no atendimento, resolutividade nos problemas que afetam a pluralidade da juventude no país e garantir a participação dos/das jovens na construção de políticas públicas.

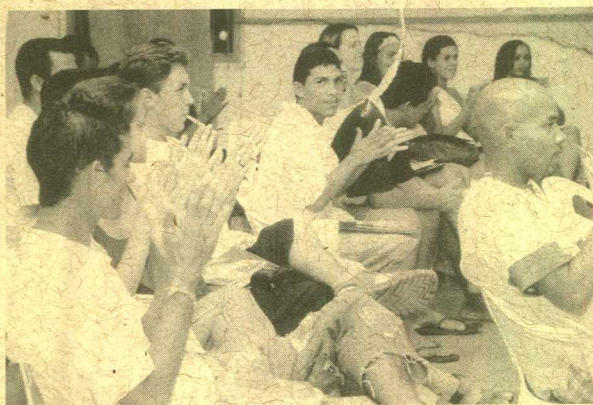
Sem esquecer que os temas centrais de uma política de juventude devem ser aqueles que compõem a própria agenda de desenvolvimento do país, ou seja, um modelo intersetorial exemplificando se a Secretaria anti drogas tem uma ação na política nacional de drogas logo as demais secretarias serão envolvidas num trabalho transversal seja na saúde na prevenção seja na educação com a formação e qualificação dos jovens e nos demais aspectos.

Assim a juventude é encarada como sujeito de direito e não mais como problema numa perspectiva conservadora. Numa política de/ para / com a juventude envolverá notadamente: meio ambiente, saúde, educação, cultura, justiça, trabalho,

1. Expressão utilizada pela juventude, também denominação de uma cartilha produzida pelo Instituto Juventude Contemporânea - IJC - “Participação Política: que nóia é essa?”.

esporte, turismo e lazer; uma Política de Juventude deve ter como eixo norteador o estímulo à capacidade do /da jovem em lidar com seus problemas, fornecendo mecanismos para que ele/ ela se afirme socialmente e tenha pontos de referência. Deve estabelecer valores e princípios que comprometam os/as jovens com as outras gerações, pois, somente desta forma, a juventude responderá positivamente às expectativas sociais a seu respeito, sendo uma efetiva protagonista social no pacto de desenvolvimento humano.

A caminhada na construção das políticas de juventude



“ Só quero saber
O que pode dar certo
Não tenho tempo a perder”
(Go back - Sergio Britto)

Nessa caminhada várias iniciativas, tanto do aspecto da sociedade civil como do campo governamental, influenciaram o tema da juventude na construção das políticas de juventude. Desde muito tempo, existiu o processo de mobilização social em todo Brasil, a exemplo

no Nordeste, onde há mais ou menos uma década nascia a Rede de Jovens que com suas manifestações e expressões culturais passava a demonstrar a inserção da juventude na sociedade no seu jeito, os sonhos, desejos e reivindicações, através das experiências como os festivais, a campanha de participação política, as oficinas de mecanismos de participação política entre outras.

Ainda como ação da sociedade civil ano de 2003 destacou-se o Projeto Juventude, realizado pelo Instituto Cidadania, que realizou uma ampla pesquisa nacional que promoveu interlocuções com movimentos juvenis, especialistas e organizações não governamentais e realizou vários seminários regionais e um de âmbito internacional.

Concomitantemente, no poder Legislativo, em 2003, constituiu-se uma inédita Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude. Esta Comissão fez audiências públicas por todo o Brasil, merecendo destaque às audiências públicas estaduais e municipais com o objetivo de formular propostas de políticas para juventude, entre anos 2004, 2005 e 2006.

Vale ressaltar, que dos nove estados nordestinos em que ocorreu audiências públicas, a RJNE coordenou pelo menos cinco estados : Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe e Bahia. E ainda a significativa participação dos diversos movimentos juvenis em todo Brasil, construindo variados espaços de discussão, canais de diálogo institucionais nas questões de gênero, étnicas, mundo rural, mundo do trabalho, mostrando-se propositiva em relação às políticas públicas.

Então a relação do Estado e sociedade civil vêm sendo demonstrada, que mesmo com dificuldade, um novo modelo de políticas públicas tem sido percebida. Somando ainda as experiências no campo institucional a Comissão que realizou uma Conferência Nacional em Brasília, também promoveu visitas a experiências internacionais. Neste percurso elaborou-se uma proposta de emenda Constitucional, um Plano Nacional de Juventude e uma proposta de Estatuto da Juventude. Também simultaneamente, junto ao poder executivo, no ano de 2004, acontece a criação pelo presidente Lula, do Grupo Interministerial para examinar as políticas dirigidas à juventude, a Secretaria Nacional da Juventude, do Conselho Nacional de Juventude.

Todo esse processo em andamento interligando a sociedade civil e poder executivo, legislativo marca um novo tempo para todos os jovens brasileiros, de 15 a 29 anos, expresso por lei sancionada. Eles são potencialmente beneficiários da Política Nacional de Juventude. A lei vigente cria: a) a Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República, cuja tarefa principal é articular e supervisionar os Programas e Ações voltadas para os/as jovens ; b) o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE).

O Conselho Nacional de Juventude

O Conselho Nacional de Juventude foi criado, a partir do Decreto 5.490/2005, com a finalidade de formular e propor diretrizes da ação governamental, voltadas à promoção de políticas públicas de juventude.

No seu primeiro ano de funcionamento, conselheiros/as, debruçaram-se sobre diagnósticos e experiências de políticas públicas voltadas para o segmento juvenil. Dividiram-se em três câmaras temáticas, cada uma responsável pela produção de diretrizes e recomendações para a construção de uma Política Nacional de Juventude, que se estruturaram a partir dos seguintes eixos: desenvolvimento integral — educação, trabalho, cultura e

tecnologias de informação; qualidade de vida — meio ambiente, saúde, esporte e lazer; e vida segura — valorização da diversidade e respeito aos Direitos Humanos. Assim incorporaram reivindicações históricas dos movimentos sociais juvenis.)

Esse trabalho resultou na publicação “Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas”. Publicado no final de 2006, esse documento reúne a síntese dos três grupos constituídos pelos conselheiros e conselheiras e apresenta as principais proposições destes e destas para a implementação de ações capazes de ofertar melhores condições de vida para moças e rapazes com idade entre 15 e 29 anos.

Além disso, um terceiro grupo foi constituído com a responsabilidade de produzir um diagnóstico e proposições para a continuidade do funcionamento do CONJUBE. Esse grupo realizou algumas reuniões e nos dias 17 e 18 de outubro, em São Paulo, produziu um seminário, com a participação de outros conselheiros e conselheiras com o intuito de fazer um debate sobre os caminhos que deveriam ser trilhados a partir de agora pelo órgão.

Os Conselhos não são formas recentes de diálogo entre sociedade civil e Estado, mas foi após a promulgação da Constituição de 1988 que eles tornaram-se parte do arranjo institucional da democracia brasileira. Há hoje centenas de conselhos espalhados pelo País, com diferentes formatos e estruturas de funcionamento, que resultam de uma demanda da sociedade civil e dos movimentos sociais, que reivindicaram maior participação e controle das tomadas de decisão do Estado. Não há um único modelo de conselho. Ao contrário, eles se diferem em relação à composição, à forma de seleção de seus membros, às suas competências e atribuições, entre outros.

A reivindicação de instâncias de participação nas tomadas de decisão do Estado, Assim, referem-se à premissa de que é necessária a existência de uma esfera de controle social das decisões do poder público, por meio da participação de sujeitos políticos capazes de influir sobre a definição e rumos das políticas públicas, dos recursos orçamentários, das prioridades de ações, entre outros. A existência dos conselhos, nesse sentido, é fruto de um projeto de participação que foi se desenhando aos poucos, no decorrer da história e ao longo de uma série de processos de luta e disputa do Estado.

Observa-se que os conselhos criados mais recentes se configuram como sendo de caráter consultivo e não deliberativo. As funções deliberativas abrem aos conselheiros a possibilidade de participar da discussão e da decisão sobre questões, no sentido de transformar o orçamento em políticas, programas e ações concretas para a comunidade, dentro dos limites estabelecidos por lei. É importante lembrar que, em certos casos, essa definição já está presente na legislação federal, como no caso dos Conselhos de Saúde, Assistência Social e Criança e Adolescentes. De outro lado, os conselhos podem se configurar como consultivos, ou seja, oferecem recomendações e sugestões de quais devem ser as diretrizes e perspectivas das políticas ou o trato que deve ser dado para o orçamento. A questão é saber sobre quais temas os conselhos deverão ser ouvidos e se há receptividade por parte dos governos em relação às suas sugestões.

Por fim, uma discussão bastante emergente no debate sobre a composição dos conselhos diz respeito sobre o tamanho/dimensão da diversidade de composição do conselho. E, sobre isso, é preciso ser bastante pragmático e reconhecer que a sociedade civil, na contemporaneidade, se pluralizou e os processos de conferências nacionais abriram espaços para um



número bastante expressivo de atores, que antes não se apresentavam na cena pública. Entretanto, um conselho é sempre um órgão com um número limitado de participantes. Ele deve ter uma composição plural, capaz de expressar as principais forças e interesses presentes em determinada política, mas é pouco factível que cada minoria, ou maioria, tenha uma representação no conselho.

Os impactos enquanto representantes da RJNE que conseguiram pautar



“Ninguém é autônomo primeiro para depois decidir, a autonomia vai se construindo na experiência das várias decisões que vão sendo tomadas”
(Paulo Freire)

Em grande medida, a visibilidade ampliada e diversificada da juventude que faz parte da RJNE assim como aos diversos grupos juvenis, principalmente dos setores populares que, com atuações e linguagens variadas no plano da cultura, do lazer, da vida e das necessidades locais, dos bairros e das comunidades e da nossa grande bandeira que um outro Nordeste é possível vieram a público colocar as questões que os afetam e os preocupam.

Isso a RJNE tem de novo independente da situação por que afinal somos nordestinos, enfrentamento a ausência de equipamentos de lazer, trabalho, educação, saúde e a necessidade de constituição de identidades que não sejam homogeneizadas, entre outros. São questões referentes à condição juvenil que não estavam sendo apresentadas por nenhum outro ator político ou social e que foram postas pela RJNE.

Além de pautar a juventude nordestina no cenário nacional, a experiência da metodologia no agrupamento das diversas organizações juvenis sendo foco da ação a educação popular no sentido de expressar a realidade nas inquietações, nos valores na diversidade cultural.

Quais os desafios para a RJNE?

Avaliar qual a força que os partidos, movimentos e grupos organizados possuem para se relacionar com as pautas que estão sendo formuladas e, por outro lado, perceber se o tema da juventude traz novas pautas e se abrem possibilidades para novas formulações de políticas públicas. Além disso, é preciso avaliar a capacidade de que os membros dos conselhos se apresentem como propositores de questionamentos, propostas, temas, indagações e não se ponham no conselho apenas como representantes de entidades.

Para isso o desafio da rede como demais integrantes do conselho em assumir uma visão crítica e auto-crítica a todo momento no sentido de refletir o fazer seus impactos para a sociedade, pois há questões que estão sendo identificadas para as quais ainda não foram produzidas respostas.

Outro desafio maior considerando que a juventude é um processo, ou seja transito, deve partir do projeto político da rede estar atuando no presente e no futuro é pensar relacionando numa transformação na inserção juvenil não apenas geracional mas numa questão de direito questão para toda nação.

As lições de aprendizagens para a vida pessoal e para os movimentos juvenis

Fruto das lições a publicação no final de 2006, esse documento reúne a síntese dos três grupos constituídos pelos conselheiros e conselheiras e apresenta as principais proposições destes e destas para a implementações de ações capazes de ofertar melhores condições de vida para moças e rapazes com idade entre 15 e 29 anos.

Além disso, um terceiro grupo foi constituído com a responsabilidade de produzir um diagnóstico e proposições para a continuidade do funcionamento do CONJUVE. Esse grupo realizou algumas reuniões e nos dias 17 e 18 de outubro, em São Paulo, produziu um seminário, com a participação de outros conselheiros e conselheiras com o intuito de fazer um debate sobre os caminhos que deveriam ser trilhados a partir de agora pelo órgão.

Um primeiro aprendizado foi, com base no primeiro levantamento dos conselhos no Brasil, é perceber qual é a singularidade do tema juventude e a sua emergência na atualidade. Nos últimos anos, o debate sobre a juventude e sobre as políticas públicas destinadas a esse segmento ganhou visibilidade pública. Essa emergência apresentou e reuniu uma série de atores: ONGs, fundações empresariais, organismos internacionais,

Enfim, o significativo nesse caminho trilhado das políticas de juventude é reafirmar que foram e são inúmeros sujeitos que numa dinâmica coletiva, partindo das diversas questões que mais tocam os/as jovens, em busca dos seus direitos em vista à proteção dessa identidade juvenil.

Referências Bibliográficas

1. Guidelines for further planning and suitable development in the field of youth (1985) - Resolução 40/14 da Assembleia Geral.
2. Políticas Públicas de Juventude: Diretrizes e Perspectivas- 2006 CONJUVE

Cíntia Nascimento - estudante de Direito, representante do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua do Ceará - MNMMR-CE e membro do Conselho Nacional de Juventude pela RJNE.

“Iniciei a militância, em 2000, no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, do Ceará, trabalhando com adolescentes e jovens em conflito com a lei, em situação de exploração e abuso sexual e em situação de risco e rua. Entrei na RJNE, em 2003, a princípio para participar de uma atividade de formação, fui pescada por esta rede e a partir daí entrei na coordenação executiva regional da RJNE e me tornei representante regional. Hoje, represento a RJNE no Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE, também sou Vice-presidente da Casa Brasil de Juventude, trabalhando a educação, profissionalização e políticas públicas de juventude. Militante também da Rede Jovens Brasil: direitos sexuais e reprodutivos. Minha alegria é saber que outro mundo é sim possível, minha inquietação é que temos muito ainda o que trilhar, para que esse futuro não fique somente em um horizonte distante.”

Juventude Protagonista combate a corrupção

Tatiana Ferreira¹

Introdução

No percurso de nossas histórias, a mudança, a organização, mobilização, a vontade de ver acontecer estão inseridos no agir por que para a edificação de compromissos permeia-se a superação de limitações. Tendo como foco o contexto político que nos envolve, e dos olhares em volta, pra assim possibilitar a idealização dos nossos desejos a partir das potencialidades conscientes. A nossa militância cotidiana no movimento social tem grande influência das inquietações contra os maus fazejos com a coisa pública por isso, tenho acordado para algumas questões que são intrínsecas pra nossa vida juvenil. Pois quando se fala de juventude existem muitas interpretações. Na nossa experiência nos percebermos como parte importante da sociedade, germina um estímulo de mudança da realidade. Por se conseguir fazer-se uma interpretação da ação e da crítica a participação em espaços reflexivos.

Este texto é um registro e uma reflexão em torno da nossa experiência iniciada em torno da campanha de participação política da juventude, organizada pela Rede de Jovens do Nordeste e pela Escola de Formação Quilombo dos Palmares, em parceria com várias entidades regionais e locais. Após a primeira fase da campanha, que era para o estímulo ao alistamento eleitoral para os jovens entre 16 e 18 anos (que a lei permite, mas não obriga o exercício do voto).

Consideramos esta fase da campanha importante porque possibilita estes jovens a assumirem uma das mais importantes formas de exercício da cidadania, no modelo da democracia representativa, abrindo possibilidades de ampliação das lutas juvenis em defesa dos seus direitos.

Terminada esta fase da campanha (início do mês de maio — cinco meses antes do dia das eleições), sabemos

que precisamos continuar mobilizados, pois não basta votar, é necessário votar consciente, na perspectiva das mudanças sociais. Para isso, o Núcleo da Rede de Jovens do Maranhão se incorporou ao Movimento de Combate a Corrupção Eleitoral e Administrativa, pois esta experiência tornou-se referencial para de criar estratégias de intervenção na realidade da política atual, por que o seu espaço é se concretiza como um a rede de combate as praticas de abuso eleitoral e administrativo.

No nosso Estado, esta experiência tem tido um significado extraordinário, porque a realidade política local é marcada pelo controle absoluto (até o último processo eleitoral) de uma oligarquia, que controla a política e os diversos mecanismos de poder no Estado, já durante meio século. Mas esta não é só realidade Maranhense, pois já não se sabe mais o limite entre o público e o privado, além do mais as cadeias de dominação são fortemente articuladas em quase todo Brasil.

Os males da Corrupção

O Brasil vive momento, de crise ética e moral na política administrativa, econômica e social, há quase todo dia nos deparamos com escândalos que sempre vem à tona, como graves problemas de corrupção. A tal ponto que se tornou normal aos olhares do povo as praticas abusiva do usufrágio da consciência de muitos cidadãos.

Em um dos seminários do MCCEA, um companheiro, comparando a grande paixão dos brasileiros pelo futebol, e a pouca indignação frente os desmandos e corrupção no trato da coisa pública, afirmou: “cada político

1. O texto foi escrito em colaboração com Raimunda Ferreira, educadora popular, militante dos movimentos populares de Coroadinho/ São Luiz, Agente Comunitária de Saúde, sócia da Associação de Saúde da Periferia - ASP, militante da Rádio Comunitária Conquista FM e do Movimento de Combate a Corrupção Eleitoral e Administrativa - MA.

corrupto equivale a um gol contra, a uma vaga na escola pública que se sonega a uma criança, um tratamento de saúde a que um idoso doente não terá acesso. Se os políticos brasileiros contribuírem para resolver a atual crise de corrupção de forma digna, vão inscrever seus nomes na história. Os efeitos disso serão muito mais benéficos obviamente do que a conquista de uma Copa do Mundo”.

Um outro complemento: “A corrupção gera consequências a todos os pontos da vida das pessoas, pois corrói a dignidade, destrói o convívio social, alimenta a miséria, destrói gerações, ela é tão mal que estimula a ganância, formação de quadrilhas, o tráfico de drogas e armas, o crime, a fome, a desnutrição, o desemprego, as Gangues (a ociosidade dos jovens) etc.”.

Estas afirmações são reveladoras do montante de males que são provocados a partir de práticas corruptas e corruptoras, problema que se agrava quando não há punição frente aos agentes de tais práticas. Embora seja necessário reconhecer que nos últimos anos, algumas iniciativas têm sido assumidas para coibir tais práticas, estas ainda são fortes características assumidas pelos diversos agentes públicos responsáveis pelos destinos da coisa pública, principalmente do orçamento público.

Esta “cultura da corrupção”, que tem marcado a história do Estado e da Política brasileira, deixa consequências fortes na nossa realidade:

- a) Na reprodução das dificuldades nas condições de vida de nosso povo: a fome, a desnutrição, o desemprego, as doenças e diversas epidemias que têm maltratado fortemente o povo, o analfabetismo ou a pouca permanência das pessoas na escola, as precárias condições habitacionais, a falta de equipamentos de uso e consumo coletivo, os transportes coletivos... uma série de dificuldades para garantir as mínimas condições de existência digna da população, ou que apontem possibilidade para melhoria na sua qualidade de vida.
- b) Reprodução nas relações de dominação e de concentração de poder — o fato de que há meio século, uma única família domina a política e os aparelhos de Estado no Maranhão, é um forte indicador desse tipo de reprodução (que foi quebrado inicialmente na capital do Estado e em algumas poucas cidades do interior, criando as condições para as mudanças estaduais na última eleição).
- c) Ameaças para a democracia — Um sistema não pode se considerar democrático se permanece dominado pelas oligarquias, em que não há transparência no trato da

coisa pública, uma vez que as informações ficam concentradas nestes pequenos grupos familiares de poder. Sendo assim, a corrupção permanecerá indefinidamente inalterada e reproduzindo o próprio sistema corrupto e corruptor das instituições, grupos, pessoas.

O Movimento Contra a Corrupção Eleitoral e Administrativa (MCCEA) – suas principais ações e conquistas



O MCCEA nasceu após a aprovação da Lei 9840, em setembro de 1999, que prevê a punição para políticos e candidatos a cargos públicos que se utilizem das diversas formas culturalmente impregnadas nas práticas políticas brasileiras.

Assim expressa um dos artigos da referida Lei: "Art.41-A - Ressalvado o disposto no art. 26 e seus incisos, constitui captação de sufrágio, vedada por esta lei, o candidato doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição, inclusive, sob pena de multa de 1.000 a 50.000 UFIRs, e cassação do registro ou do diploma, observado o



procedimento previsto no art. 22 da Lei Complementar no 64/90."

A aprovação desta lei ocorreu após mais de uma década de luta dos movimentos sociais que se mobilizam pela ética na política. Desde a constituição de 1988, que foi apresentada à Constituinte uma emenda popular de projeto de lei defendendo tais princípios, que não foi incorporada à nossa Carta Magna. Na Campanha da Fraternidade de 1996, a questão foi retomada, possibilitando um amplo processo de sensibilização e mobilização social em torno da questão. No ano seguinte, a Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP)

sistematizou o conjunto das reflexões realizadas, consubstanciando-as em um Projeto de Lei de Iniciativa Popular (previsto na Constituição Federal).

Para que a proposta se transformasse realmente em Projeto de Lei de Iniciativa Popular, necessitava ser apresentada ao Congresso Nacional acompanhado de um milhão de assinaturas. Após um ano de mobilização social contava-se apenas com 500.000 assinaturas, quando a coordenação nacional da campanha pelo recolhimento de assinaturas e pela aprovação da Lei, decidiu por uma estratégia mais agressiva, ampliando o número de entidades e movimentos (envolvendo as duas centrais sindicais do país — CUT e Força Sindical, o MST, a rede de dioceses e pastorais sociais vinculadas à CNBB; entre os movimentos de juventude, destacou-se a Pastoral Universitária do Brasil, que compôs a comissão das 30 entidades que levou o pacote de documentos para o Congresso Nacional), e se relacionando com os grandes meios de comunicação social.

Fruto da intensidade da campanha, que inclusive chegou a ser ameaçada pelos prazos, em três meses atingiu-se mais de meio milhão de assinaturas, totalizando 1.039.175 assinaturas, que foi entregue ao Congresso Nacional, através de uma Comissão com trinta entidades representando o conjunto de organizações e movimentos sociais envolvidos

em todo o processo. Para esta entrega do material no congresso (dezenas de carrinhos cheios de papéis com as assinaturas), foi montada uma estratégia de comunicação e informação, de forma a forçar tanto a Câmara DOS Deputados quanto o Senado, a incorporar a proposta em suas agendas.

Em seguida, foi realizado um grande esforço para acompanhamento e monitoria do processo no Congresso, com atividades de negociação e pressão pública, até a aprovação da Lei após cerca de 22 meses de mobilizações, negociações e debates.

O Movimento de Combate a Corrupção Eleitoral e administrativa tem como meta continuidade do pensar social que vai além do votar, por que visto que a transparência sem controle da sociedade não existe. O combate a corrupção não pode ser uma bandeira isolada, mas antes de tudo um compromisso de todos e todas de forma a consolidar a democracia em todas as faces do viver. As instituições sociais, as ONG's, movimentos, fóruns deverão ser placentas que gestarão uma nova realidade.

Dentre as principais ações e conquistas, no Maranhão, destacamos:

- Sensibilização de vários órgãos, entidades e movimentos para a luta contra a corrupção.
- Show missão de combate a corrupção 09 de setembro de 2002 na grande São Luís na Praça Maria Aragão com mais de 5 mil pessoas.
- Visitas às prefeituras e câmaras de vereadores para ver o cumprimento da lei da disponibilidade das contas a população.
 - Capacitação dos membros dos comitês de combate a corrupção.
 - Participação no IV Fórum global de combate a corrupção.
- Diversos parlamentares, governantes, gestores públicos, já tiveram seus direitos políticos cassados ou suspensos, outros tantos ainda estão respondendo a processos na justiça, por terem sido pegos em práticas corruptas e/ou corruptoras;
 - Há uma boa relação entre o MCCEA e vários Conselhos de Gestão de políticas públicas, através dos representantes dos movimentos e entidades populares, comprometidos com a ética na política, com a luta contra a corrupção, de forma a fortalecer estes espaços como forma de controle social e de transparência no trato dos recursos públicos.

- Curso de formação para fiscalização de contas públicas.

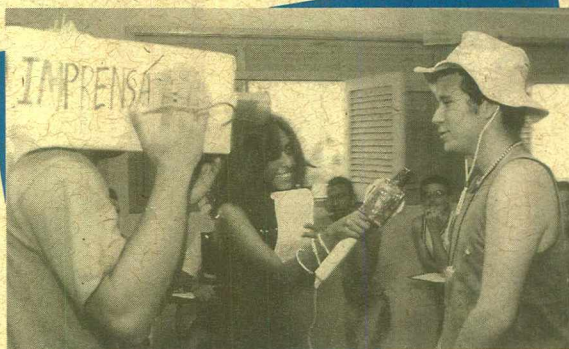
Para o cumprimento da lei, e a punição dos corruptos, o ideal é que as informações sobre atos corruptos e/ou corruptores, sejam transmitidas às autoridades por escrito, desde que isso seja possível ou não implique em ameaça ao informante. O melhor é que em cada município haja pelo menos um COMITÊ 9840 (nome da lei) e que esse comitê leve ao promotor eleitoral os casos de corrupção nas eleições. Assim a denúncia é apresentada com o respaldo de toda a comunidade, não apenas de um ou alguns indivíduos. É bom lembrar ainda, que o promotor eleitoral é obrigado a agir diante da ocorrência da corrupção eleitoral. Embora não se espera que isso ocorra, pode haver alguma omissão por parte da promotoria. Neste caso, é importante comunicar o fato à Procuradoria Regional Eleitoral do seu Estado.

Aprendizagens e perspectivas para a Rede de Jovens do Nordeste

Ao resgatarmos a trajetória da ação social dos movimentos nos entrelaçamos com pontos significativos para construção do poder social que deu respostas a vários questionamentos que se fizeram há anos, hoje séc.XXI temos a necessidade de redefinir nossas agendas e pensamentos, por que só o fato de irmos as ruas não dá!!! Precisamos estar participando e cobrando por um estado publico que transpareça a coisa publica e nos anime por sermos parte proponente do estado. Compreendendo que a participação constitui um elemento forte para a democracia, por provocar não só para um melhor fluxo da comunicação faz também com que haja melhor envolvimento dos atores sociais na realização das decisões eficazes.

Estar claro que para conquistar uma democracia participativa não é tarefa fácil, mas existem argumentos que nos levam aos extremos da participação além da simples fiscalização. Para nos achegarmos no entendedor da sociedade e da relação com o estado encontramos uma disputa de poder, e poderemos fazer valer também o nosso poder.

Desde o início da Rede de Jovens, que a prática de realização de campanhas, faz parte de sua estratégia de



ação. Esta experiência, desde a aprovação da Lei 9840 até a prisão e/ou cassação de políticos e gestores públicos corruptos, demonstram a eficácia o trabalho das campanhas, principalmente àquelas que tocam em questões centrais da vida do povo, da cultura, da política, de forma a provocar mudanças na política tradicional, mas também nos valores e expressões culturais opressoras, que estão marcados na história de nosso país. Portanto, deveremos avançar e aprimorar nossas metodologias e estratégias de ação através das campanhas.

A luta contra a corrupção política, eleitoral e administrativa, e a experiência concreta que estamos refletindo, demonstra que deveremos tomar o máximo de cuidados para que práticas desse tipo, não se reproduzam no interior de nossas organizações, nem que seja aquele tipo de “corrupçãozinha” para garantir eleições de “chapas combativas” em nossas entidades, ou qualquer tipo de atitude não transparente, ou eticamente reprovável. Ou seja, não podemos reproduzir em nossas organizações, nada que consideramos nefasto na sociedade e na política.

A vontade de participação da Rede de Jovens tem sido maior do que a intervenção real no interior do MCCEA, pois, ao mesmo tempo em que existe um contexto favorável (entre os jovens há uma fácil adesão à luta contra a corrupção, há fácil convocação para as ruas e às mobilizações). Contudo, a Rede não conseguiu ainda construir uma programação nova, que seduzisse especificamente a juventude para a causa; tendo se incorporado às ações mais gerais do MCCEA.

Apesar disso, a presença de membros da Rede de Jovens do Nordeste nas atividades, tem sido relevante para suas realizações. Principalmente tem sido importante, para interiorizar a campanha naqueles municípios do Maranhão em que a Rede tem sub-núcleos ou contatos, ou mesmo, para estimular o conjunto da Rede em todo o Nordeste, para que assuma iniciativas semelhantes, bem como divulgando a problemática nos diversos espaços onde a Rede se articula ou intervém.



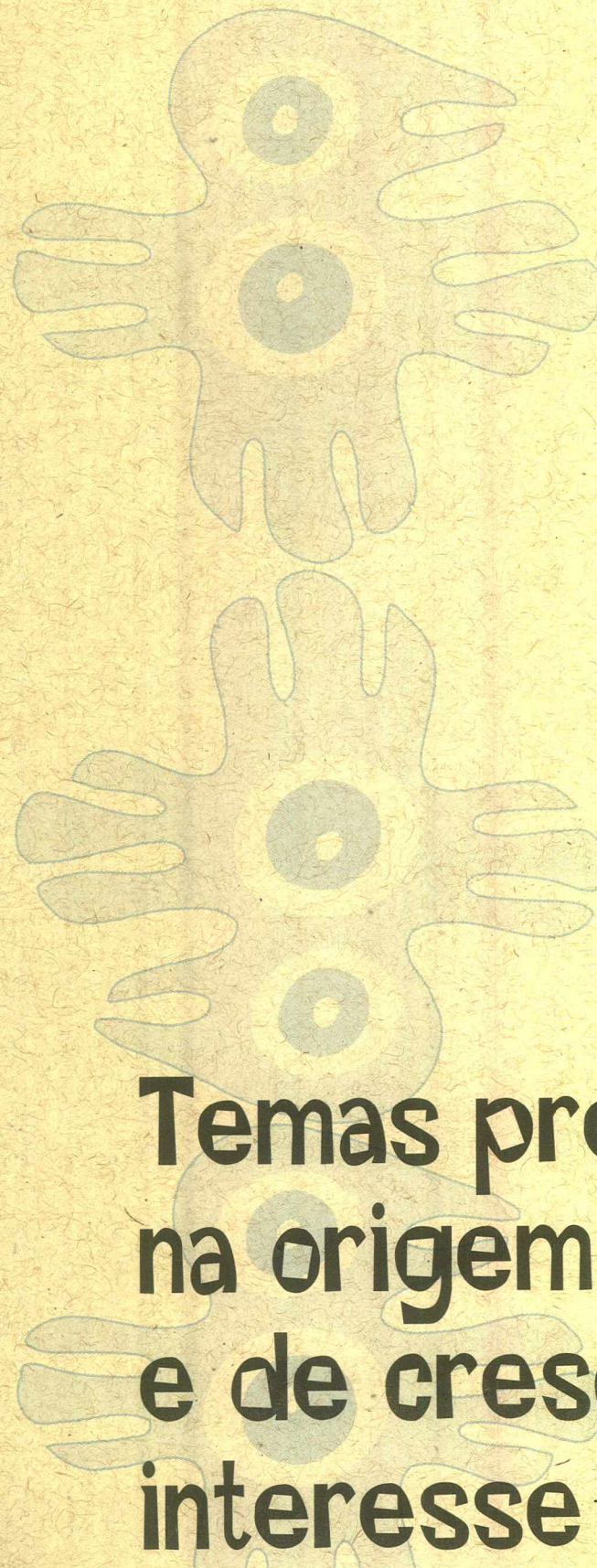
Iniciativas que podem dar certo na luta contra a corrupção

Sabemos que não existe uma receita pré-definida pois só a prática resolve:

- Melhorar os meios de controle social do Estado, porém proporcionando a responsabilização dos representantes do povo.
- Animar a incorporação de valores éticos em todos os campos da sociedade.
 - Ver a publicidade dos atos governamentais é importante instrumento de controle e exercício da cidadania.
- Que os gestores públicos sejam administradores e não donos do bem público.

Tatiana de Jesus Ferreira Pereira - estudante de Engenharia de Pesca. “Sou uma jovem que aspira vários horizontes, porém com uma perspectiva de analisar e pontuar avanços cabíveis a sociedade, pois está exige não só pensar no hoje, mas no amanhã. Gosto muito de escrever, pensar e agir. Acho que uma das maiores inquietações é a desigualdade social. Meu maior sonho é ver o direito da gente ser respeitado como ser humano que somos, governos éticos que tenham compromisso de fazer desenvolver o lado social da sociedade.

“De início fui do grupo de jovens da minha comunidade JUCBJ (Jovens Unidos em Cristo da Comunidade do Bom Jesus), depois a ASP, grupo de estudos do curso por correspondência da EQUIP e a REDE DE JOVENS DO NORDESTE. Em 2002, a primeira vez que tive contato foi em Natal, de cara recebi a responsabilidade de organizar a RJNE no Maranhão. De início deu um certo receio, mas a vontade de fazer acontecer nos garantiu a efetivação da responsabilidade. E hoje está aí a Rede no Maranhão balançando com seus desafios desafiadores, porém cheia de vida. Estou nela há 5 anos aprendendo e tecendo histórias.”



**Temas presentes
na origem da rede
e de crescente
interesse nos
últimos anos**

GÊNERO E JUVENTUDE: CONCEITOS E VIVÊNCIAS NA REDE DE JOVENS DO NORDESTE

Alexsandra Bezerra

“Descreve do jeito que bem entender
Descreve seu moço! Porém não esqueça
De acrescentar, que eu também sei pensar
Que eu também sei lutar
Que meu nome é mulher...”
(Mulher da América Latina)



Aproximando Conceitos: gênero e relações juvenis

Falar sobre as relações de gênero com a juventude, vai além do que discutir/compreender a divisão de sexo (homem e mulher), nos permite se oportunizar e conter as imensas desigualdades econômicas, políticas e sociais existentes a muitas décadas entre homens e mulheres, é importante esclarecer que não são diferenças biológicas (naturais), são diferenças construídas pela sociedade a partir do meio em que vivemos.

As desigualdades sociais e humanas (relações de gênero), se diferencia a partir de cada “sociedade” ou geração, fundamentalmente elas são herança antiga da nossa civilização, elas traduzem uma imagem discriminada entre o comportamento/postura da mulher e do homem, considerando a divisão de sexo e os papéis sociais.

Podemos então explicitar que a discussão sobre “relações de gênero! É muito nova, ela surge diretamente a partir das reflexões dos movimentos sociais (movimento de mulheres e movimento feminista em especial) e dos veículos de comunicação, acreditamos que este termo surgiu justamente

para entender e questionar o comportamento humano dos homens e das mulheres dentro do meio onde vivemos (sociedade), o interessante é perceber que essas reflexões além de identificar as desigualdades de gênero aponta estratégias de modificação das posturas e comportamento praticados cotidianamente no meio social.

A mudança é essencial para a contribuição de uma nova história/ novos tempos, se modificarmos o quadro social no qual estamos inseridos, através da mudança de comportamento e valores adquiridos, conseguiremos desmistificar os valores impostos, que não valoriza a dignidade e os direitos humanos iguais para os homens e mulheres, como garanti a nossa constituição federal (1988). A mudança não é um processo fácil, mais é necessário, não podemos apenas querer que o/a outro mude, precisamos no alto avaliar como individuo e mudamos para sermos exemplo.

A discussão sobre as relações de gênero dentro do movimento juvenil é muito recente, além de nova é um desafio, justamente porque não tínhamos o costume de discutir sobre a equidade de direitos entre homem e mulher dentro dos espaços onde atuamos, como militante, liderança, educador e até mesmo simpatizante, a participação era medida ou valorizada a partir do seu sexo (homem ou mulher) não a partir da sua formação cidadã. Percebe-se então que atualmente os movimentos e articulações juvenil tendem a pautar as relações de gênero como um bandeira, porque sentiram então a necessidade de acompanhar a discussão que outros movimentos já vinham realizando, se modernizando, se

atualizando e mais que isso, propiciando que os/as jovens de diferentes organizações e meio social pudessem discutir a partir de uma linguagem única, a importância e os fundamentos dos direitos iguais para todos e todas.

Vivências dentro da Rede de Jovens do Nordeste

A RJNE — Rede de Jovens do Nordeste, a partir dos diversos movimentos que atuavam em alguns estados começaram a colocar em Pauta essa discussão (gênero e juventude), pensando então, discutir sobre a importância das relações de gênero para o fortalecimento do movimento juvenil, a partir da formação das lideranças, com isso, os movimentos de mulheres, movimento feministas e as jovens que se identificavam como feministas que atuavam da RJNE foram as grandes impulsionadoras da discussão, tinham uma bagagem forte sobre a temática (domínio sobre o tema), a militância na sua base (metodologia de trabalho) e facilidade de dialogar em espaços públicos de discussão, e isso facilitou a formação dos/as jovens.

A grande discussão inicialmente era “precisamos pautar a discussão de gênero como aspecto fundamental de valorização da diversidade juvenil e em respeito aos direitos humanos das mulheres”, afirmava isso eu (Alexsandra B. da Silva) e Eliane Maria Nascimento da Silva - feministas e atuante no movimento de mulheres em Pernambuco. Sentíamos/observávamos que em alguns estados se tinha um número massivo de homens participando das atividades de RJNE dentro e fora do estado, pela questão cultural (preconceitos), as mulheres tinham dificuldades de participar, porque não podiam viajar, e muitas delas não podia sair para reuniões (independente horário em alguns casos), o fato de ter homens na reunião significava que as mulheres não podiam participar. Dentro dessa realidade contextualizada, desde a organização da RJNE, sentimos a necessidade de avançar em alguns aspectos, quebrar alguns parâmetros e se organizar de forma diferenciada (de outros movimentos juvenis que já atuam no estado e no nordeste) e fortalecer a inserção das mulheres dentro da RJNE e dentro dos movimentos sociais e populares existentes no Nordeste.

Em uma oficina sobre “Gestão e Elaboração de Projetos”, que aconteceu no ano de 2004 em Rio Grande do Norte — Natal, realizada pela RJNE com o apoio da Fundação Kellogg e a parceria da EQUIP — Escola de Formação Quilombo dos Palmares, avaliávamos o modelo de gestão da RJNE e apontávamos perspectivas de melhorar as ações desenvolvidas pela RJNE, nesta atividade pensávamos ações que pudessem fortalecer e ampliar a RJNE e essas atividades virariam propostas projetos elaborado pelos/as jovens. Neste momento apontava-se a discussão sobre as relações de gênero como uma ação prioritária para o fortalecimento das ações que estávamos desenvolvendo e que prevíamos desenvolver, e aí, surge a proposta a partir de um dos jovens participante de se formar uma comissão de trabalho específica para se trabalhar a questão de gênero, neste momento as mulheres jovens presentes na atividade, que eram militantes do movimento de mulher e feminista, apontaram-se totalmente conta a proposta, porque não podia-se se pensar a discussão de gênero isoladamente, ela tinha que começar a ser pautada a partir das comissões de trabalho, da representação do coletivo regional, nos coletivos estadual e principalmente na base, nos movimentos e articulações juvenil que aglomeram essa rede, não podia ser algo de cima para baixo e sim de baixo para cima em uma construção coletiva. Neste momento se encaminhou como demanda para os estados pensar na inclusão da temática “gênero” nas ações desenvolvidas nos estados (planejamento estadual), um outro resultado muito satisfatório foi a elaboração de um projeto para se trabalhar sobre “Gênero e diversidade na RJNE” (o projeto foi apenas um exercício e não foi enviado como proposta de um projeto a ser executado).

EXPERIÊNCIA LOCAL: problemática e conquistas

Destacamos o estado de Pernambuco como grande impulsionador dessa discussão (gênero dentro da Rede de Jovens do Nordeste), porque foi um dos primeiros estados que iniciou realizando ações estadual para se trabalhar a discussão da relação de gênero e juventude, nossa estratégia de

trabalho foi pensar a realização de atividades sobre a temática, porem discutimos que seria importante se pensar ações dentro das regiões com os/as jovens que vinham participar da atividade estadual, todas as regiões prepararam suas previas estudando textos e materiais formativo, e na atividade estadual (coletivo) os/as jovens já vinham com uma bagagem sobre a temática, e depois do encontro estadual recomenda-se a multiplicação das informações adquiridas, todos/as repassam as informações para seus grupos, e a multiplicação de conhecimento acontece naturalmente. Essa atualmente é a metodologia de trabalho executada pelo estado de PE.

Com a forte atuação do movimento de mulheres e feminista no estado de Pernambuco, logo sentia-se a necessidade de ampliar a discussão sobre as relações de gênero para outras temáticas, e aí começamos a trabalhar sobre: a Violência contra a mulher, a discussão sobre os direitos sexual e direitos reprodutivo, aborto e outros, foram pautas do estado em atividades formativas, temáticas essas ainda não trabalhadas diretamente em outros estados. Damos destaque neste momento a discussão sobre a violência contra a mulher, porque o estado de PE apontava início de 2006 altos índices de mulheres assassinadas (foram mais de 30 mulheres assassinadas apenas em janeiro 2006), entre as vitimas se tinha um alto índice de mulheres jovens, negras, pobres e lésbica (não tenho esse dado em numero ou porcentagem), observávamos que tinha-se todo um fator social que necessitava ser trabalhado dentro do estado com o movimento juvenil, que também já vinham sendo pautado por outros movimentos no estado. A realização dessas ações ampliou indiretamente as ações que já vinham sendo desenvolvidas pelo movimento de mulheres, porque estávamos trabalhando a discussão sobre violência contra a mulher com mais de 80 jovens (homens e mulheres) que representavam vários segmentos juvenis do estado.

A aprovação da Lei Maria da Penha Lei 11.340/06 faz com que possamos pensar a necessidade de ampliar a discussão e a formação dos/as jovens, precisamos fazer com a lei seja de conhecimento de todas as mulheres, mulheres jovens da área rural e urbana, jovem negra e branca, mulher pobre e rica, deficiente ou não, e também precisamos que ela seja conhecida pelos homens. Infelizmente os fatores sociais influenciam diretamente as desigualdades de gênero e essas desigualdades já é uma forma de violação, precisamos lutar para garantir que políticas publicas sejam pensadas e executadas a nível municipal, estadual e nacional, e nosso papel como militantes é trazer essa bandeira para nossa discussão, agora não adianta apenas discutir, precisamos identificar estratégias de controle social, ocupando conselhos,

câmara de vereadores, orçamento participativo - OPs e PPA - Plano Pluri e Anual, para conhecermos onde e como as verbas públicas estão sendo empregadas e propor como pode ser melhor investida, se agente não faz isso, não estamos cidadãos ativos/as.

Permitir protagonizar a juventude nordestina é possibilitar que as mulheres e os homens jovens possam começar a construir sua própria história, a partir de outras formas de relações humanas, onde o machismo e o patriarcado será apenas uma lembrança e não fator permanente de convivência social. Sendo assim respeitados não por suas diferenças biológicas (homem ou mulher), mais porque o respeito a vida e a humanidade é um direito de todos e todas.

É importante esclarecer que quando falamos em sexo estamos nos referindo aos aspectos físicos e biológicos do homem e da mulher, são aquelas diferenças naturais que não muda a partir de nossa criação.

Vivemos momento de descobertas e desafios, sócias, políticos e econômicos para a juventude, e fica o desejo e a esperança da renovação dos movimentos e as articulações juvenis, para que possamos ter a discussão sobre as relações de gênero e juventude como um espaço de auto formação, individual e coletiva, precisamos nos permitir a mudar, a viver o diferente e ser respeitado e respeitar, a ousar e experimentar quando desejado, não podemos esquecer que: o nosso direito começa quando o do/a outro/a começa também porque temos



que andar juntos/as.

É bom recordar que a família é o centro da formação machista, agora isso acontece porque? Porque fomos educadas/os dentro de um ciclo desigual e assim reproduzimos para as nossas famílias acredita ser certo. A educação excludente a mulher é vista como uma forma de preservação, porem precisamos fazer com que isso seja desconstruido, as mulheres são sujeito de mudança e precisam ser valorizadas, quando impedimos o crescimento igualitário as/os mulheres e homens jovens dentro de nossa casa, estamos incentivando a educação machista e desigual. É importante esclarecer que a educação não deve e não é uma responsabilidade da mulher, mais o sistema social no qual vivemos, da família.

Juventude cidadã e como sujeito de direito

Para a juventude as desigualdades de gênero deve ser encarada como a estratégia para a construção de uma nova realidade social, por isso, a partir dos espaços que ocupamos, movimentos de representação e bandeiras que abraçamos, devemos começar a pautar a discussão sobre a relações de gênero dentro e fora deste espaço, para que no futuro possamos



saborear de uma conquista em comum. Não adianta fechar os olhos e acreditar que vivemos em um país e numa região justa, porque não vivemos, mudar a realidade na qual vivemos não será fácil, mais torna-se muito mais difícil ter que conviver com quanta injustiça. A mudança só será possível quando acreditarmos nela, eu acredito! E você?

Novas relações podem ser construídas desde que acreditemos nelas, façamos a nossa parte como liderança, como jovem e principalmente como sujeito de mudança. A RJNE hoje tem a discussão sobre as relações de gênero como pauta da formação juvenil, através da metodologia da Educação Popular pautamos nossos agir: no carinho, na criatividade, explicitando nossas expectativas, nas questões que reivindicamos e nos motivamos e como afirmamos o respeitando as diferenças, combatendo tais discriminações de gênero, geração raça e etnia, estamos contribuindo com uma nova realidade a partir dos movimentos juvenis.

Alexsandra Bezerra da Silva, Historiadora e Especialista em Gestão de Projetos Sociais (cursando), Educadora do CEAS Rural e da RJNE.

“Eu sou uma jovem feminista, que me desenvolvi como jovem, militante e protagonista dentro da RJNE. Identifico-me com os princípios desta Rede, que balança uma diversidade enorme de jovens em todo o Nordeste... A primeira atividade que participei da RJNE tinha 15 anos, hoje tenho 23 anos e continuo na Rede, trabalho como educadora social e sou feliz, em ajudar jovens a se organizarem... É muito boa a emoção do novo, do diferente, do fazer, do ajudar a construir, do superar desafios pessoais e limitações coletivas. Milito da RJNE-PE, sou a atual representante do Coletivo Regional”.

Juventude, Etnia e Participação

Edilene da Silva Santos

“... A estrela mais linda
E o sol mais brilhante
A beleza do mundo
E a mão da doçura...”
(Dorival Caymmi)

Juventude Nordestina e Juventude Negra

São vários desafios enfrentados por nós, juventude brasileira. Desde o ensino, que não prepara para enfrentarmos os desafios da vida adulta; a falta de espaços onde possamos praticar esportes, frequentar e participar de atividades culturais e de lazer; a grande dificuldade que temos de conseguir o primeiro emprego, como também de ser considerados e respeitados em nossas idéias e opiniões.

É bom destacar que me refiro aos jovens das camadas populares da nossa sociedade (da qual também sou parte) e, entre eles, os que estão inseridos nos grupos historicamente marginalizados, que sofrem ainda mais com os efeitos da desigualdade, da injustiça. Se para a juventude das classes populares registram-se problemas mais graves do que aqueles enfrentados pela juventude em geral, para a juventude negra a situação é ainda mais difícil, pois enfrenta um inimigo camuflado que é o racismo e suas seqüelas, além da ausência de políticas públicas que diminuam os efeitos do passado de exploração, a que nossos antepassados foram submetidos e que permanecem nos tempos atuais.

A RJNE e a questão étnico-racial

A Rede de Jovens do Nordeste — RJNE tem tido uma atuação voltada para os direitos da juventude, para políticas que trabalhem com temas sobre o recorte de gênero, de raça, de etnia e engajamento na luta pelo fim de qualquer tipo de discriminação. Embora não tenhamos uma estatística exata sobre a presença de jovens negros e negras, ou mestiços e pardos como alguns preferem se identificar, os eventos, as fotografias são reveladoras de como estes jovens são maioria numérica na Rede. Apesar disso, ainda não existe uma política ou uma proposta específica da Rede para este forte segmento juvenil, presente tanto na própria Rede quanto na realidade nordestina, embora seja necessário reconhecer que, desde a realização do primeiro Festival da Juventude (2001), a peculiaridade da problemática da juventude negra vem sendo explicitada no interior da Rede.

Nossa experiência afirma a necessidade de serem construídas e implementadas propostas de políticas para a juventude negra, porém resgatando e valorizando os diversos segmentos juvenis; buscando promover a juventude como sujeito de direito e participante da construção das políticas de inclusão social.

Desse modo, afirmamos a importância da participação desses jovens: respeitando a raça/etnia, que para muitos é um processo em construção; a escolaridade, já que muitos não tiveram meios ou acesso às instituições de ensino; a regionalidade, pois as “diferenças” em um país de extensão continental devem ser respeitadas, embora não possam ser toleradas as enormes taxas de desigualdades existentes, para o monitoramento e avaliação das políticas públicas e dos programas voltados para juventude.

Nesta sistematização, evidenciaremos a realidade da juventude negra, porque acreditamos que a mudança só é possível quando formos vistos e incluídos como sujeitos atuantes no processo de transformação social e de mudança histórica.

No que se refere aos números brasileiros, o Brasil apresentou no ano 2006, segundo dados preliminares da pesquisa feita por Abramovay e Castro, uma população de 67,9% pessoas com idades entre 18 a 24 anos, ou seja, de jovens negros. Diante desses dados a média de anos de estudo e rendimento médio mensal em salário mínimo, da população ocupada por cor no Brasil

de jovens negros, é de 6,1 (média de anos de estudo) e 9,3 (rendimento médio mensal em salário mínimo).

Com esses dados podemos verificar que a maioria dos jovens tem baixo poder aquisitivo, que se não tiverem atenção ou intervenção familiar e pública, ficam vulneráveis para serem envolvidos no mundo das drogas ou da criminalidade, que vitimam muitos jovens. Também percebemos que os jovens negros/as têm baixa escolarização, indicando as dificuldades para entrar no mercado de trabalho pela falta de qualificação, que tem diminuído as possibilidades para enfrentar e superar a dura realidade dessa parcela da população.

Dores e alegrias da juventude negra

A RJNE tem se dedicado à reflexão sobre as surpresas, as alegrias e as dificuldades que vão se descobrindo na experiência de ser jovem, desde as mudanças no corpo e na sexualidade, nas emoções e sentimentos, na percepção da realidade. Tem sido reconhecido que, apesar de haver descobertas que toda juventude sente, sofre, vibra, se entusiasma, há também diferenças e desigualdades que necessariamente precisam ser evidenciadas.

A juventude negra sabe que pode viver todas as alegrias das descobertas juvenis que se relacionam com o corpo e os sentimentos, mas precisa encarar que sofre dores a mais do que os outros jovens, pelo preconceito e outras mazelas que existem contra a nossa identidade étnico-racial. O preconceito racial acompanha nossa vida desde a infância e continua se multiplicando na juventude. São centenas de exemplos que verificamos nas ruas, nas escolas, nas igrejas, de ações veladas ou explícitas do preconceito contra negros, nas escolhas da formação para grupos de estudos e seminários, nas brincadeiras dos colegas, nas piadas.

Há um preconceito estrutural, definido historicamente na sociedade brasileira, que muitas vezes quer ser escondido ou disfarçado, tanto pelas pessoas comuns, quanto pelos analistas sociais e políticos. Vários indicadores sociais refletem isso. A título de ilustração, podemos nos deter em um destes: o mapa da violência 2006¹. Sabemos que a violência entre e contra os jovens é uma questão internacional, mas que o Brasil ocupa um lugar de destaque, abaixo apenas da Colômbia, Rússia e Venezuela. No caso concreto da Paraíba, Estado onde vivo e atuo, a referida pesquisa registra que cerca de 52% das mortes entre os jovens é causada por homicídios (31,3% por assassinatos; 17,3% por acidentes de trânsito; 2,7% por suicídio). Mas, a pesquisa registra que é entre os jovens negros que estes dados são mais alarmantes, pois os jovens negros são as vítimas mais frequentes da violência e, especificamente, de homicídios. A diferença de violência sofrida por jovens, entre brancos e negros, é de 78,4% em desvantagem para os jovens negros, se tomarmos em separado os homicídios, esta diferença fica em 90,7%, ou seja, para cada jovem branco assassinado, mata-se dez jovens negros.

É claro que a nossa luta deve ser contra todo tipo de violência, mas estamos apresentando estes dados oficiais, pois eles são reveladores de como as desigualdades sociais estão associadas também às desigualdades raciais, e com outras desigualdades presentes na realidade brasileira, o que deve ser assumido como eixo das lutas sociais e políticas de todas as forças que lutam por justiça social.

Triste é escutar nos noticiários, quando jovens negros/as estão em destaque por terem sido mortos ou presos, por praticarem algum crime. Muitas vezes, iniciados devido ao consumo de drogas, porque não tiveram acesso ou frequentaram espaços para compartilharem e construir sonhos, projetos de vida, junto com outros jovens de mesma realidade cultural, social e econômica, como nós da RJNE.

Quando um jovem negro/a é vítima ou comete crime - assassinato, roubo, agressão física, exploração sexual, no



1. O mapa da violência é o relatório de pesquisa realizada pela Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura.

trabalho, estupro, entre tantos outros, a última palavra da população é: “olha mesmo, só podia ser negro!”, ou “que nego safado!”.

Ou ainda quando vemos meninos ou meninas pedindo, cheirando cola, tinner, com fome, mal vestidos, sendo repudiados pelas pessoas nas ruas, nas paradas de ônibus, fica impossível não relacioná-los a origem étnica. Então, escutamos as pessoas dizendo: “porque esses jovens não procuram um trabalho, uma ocupação para sair dessa vida”, mas a sociedade não vê ou finge que não vê a ausência da intervenção do Estado, através de ações que realmente possibilitem uma vida com dignidade, e não apenas atender dados estatísticos.

Hoje, em inúmeras cidades as favelas são o único lugar que a população desfavorecida encontra para morar ou buscar a sobrevivência. E é dali que saem muitos dos profissionais que cuidam da manutenção da nossa sociedade como os agentes de limpeza, domésticas, diaristas, pedreiros, motoristas, até policiais, professores, entre outros profissionais que não dispõem de recursos para adquirirem habitações em lugares com infra-estrutura.

Não somos só vítimas, mas também protagonistas



É importante falar, denunciar o que falta, para os governantes assumirem as responsabilidades, mas também evidenciar o que poderia ser feito ou o que já está sendo realizado pelos próprios jovens, através de exemplos de inclusão envolvendo a própria população, os jovens, a escola, associações, pequenos comerciantes, igrejas, etc. Podemos citar como exemplo as atividades desenvolvidas com adolescentes, no intuito de orientar quanto à saúde, sexualidade, trabalho. Outro exemplo, momentos educativos onde eles/as têm o espaço de mostrar o seu talento.

Mas, apesar das muitas ações que poderiam ser feitas para atender a juventude, a sociedade fecha os olhos. Só percebe e coloca a população jovem no centro das discussões, quando busca incessantemente alterar a

idade penal, incitada por jornalistas, cuja maioria não tem nenhum compromisso com as pessoas, mas apenas com a audiência e o lucro comercial das emissoras em que atuam.

De um espaço privilegiado que é a mídia, esses “indivíduos” esbravejam, apontam a prisão como solução para resolver o problema da violência, da criminalidade, mas quase nunca da marginalização que atinge a maior parcela da nossa sociedade. Onde foi que já se viu cadeia resolver falta de perspectiva para o futuro? Ou de oportunidade para se garantir uma vida decente, com alimentação decente, educação decente, saúde decente, trabalho decente, sem a exploração que atinge muitos dos pais e das mães desses jovens, impedindo-os de suprir as necessidades de seus filhos e filhas?

É visível que a sociedade procura fechar os olhos quando vê um ato de violência, de racismo que na maioria dos casos quem sofre são os jovens negros. É visível também a falta de respeito, pelos valores locais na música, na religião, na dança, na elaboração de propostas de mudança, na valorização da capoeira, dos movimentos como o Hip Hop.



Formação pessoal e perspectivas coletivas para RJNE

A minha experiência de formação adquirida na RJNE está contribuindo bastante na formação enquanto jovem negra, exemplo como este poderá algum dia conseguir meios que a sociedade possa ver a juventude de um jeito igualitário, principalmente os jovens negros. Tenho como objetivo me empenhar nas conquistas de nossos direitos reivindicando as nossas bandeiras de luta, como também, nas questões raciais de nosso país.

Embora a questão étnico-racial esteja presente na história da Rede, há algum tempo (pelo menos a partir dos festivais da juventude em 2001), reconhecemos que é necessário avançar. O recente empenho de jovens da Rede em vários estados, na preparação do Encontro Nacional da Juventude Negra (ENJUNE), revela tanto da realidade quanto da possibilidade de avanço.

Dentro da RJNE pudemos discutir as ações que tomamos nos espaços de intervenção, temos pela frente os desafios de prosseguir a implementação de políticas públicas. Vejo que a situação relativa aos jovens negros e outros grupos discriminados da sociedade aumenta e, quanto à possibilidade de acesso a empregos, não são capazes de garantir uma vida digna para si próprios e seus familiares.

A RJNE procura através de uma reflexão crítica e contínua, a afirmação dos valores a partir dos quais resgatamos aquilo que é próprio do ser social, não só construir o futuro para a juventude, mas sim construir a juventude para o presente na perspectiva de futuro.

“...O consolo da gente
E a Oxum mais bonita
Olorum quem mandou
Essa filha de Oxum
Tomar conta da gente
E de tudo cuidar.”
(Dorival Caymmi)



Edilene da Silva Santos - Membro da RJNE - Representante da BAMIDELE e representante do Sub-núcleo Litoral/RJNE-PB
“Sou uma jovem negra, milito na Rede de Jovens do Nordeste e na BAMIDELE - Organização de Mulheres Negras, na Paraíba, tinha 19 anos quando comecei a atuar na RJNE, atualmente tenho 22 anos, meu objetivo é trabalhar com a juventude na luta de conquistar os direitos reivindicando a exclusão que existe em nosso país e mostrar que somos a estrela mais linda”.

JUVENTUDE E DIVERSIDADE SEXUAL

Rildo Vêras Martins

Ser jovem continua sendo uma das fases mais desafiadoras da vida, repletas de descobertas, desafios e inúmeras possibilidades. Assim sendo, a garra, a curiosidade e a vontade de vencer são características marcantes. O jovem se depara com o mundo a sua frente diferente daquele a que está habituado que na infância resumia-se à família e a escola. Outros horizontes começam a serem trilhados e surge uma oportunidade de participar de um grêmio da escola, ou de um grupo de jovens no bairro. O fato é que o jovem trás em si essa energia transformadora com um misto de rebeldia, de inconformismo com a realidade e vontade de transformá-la.

A sociedade brasileira passa então a contar com uma gama de movimentos juvenis organizados nos mais variados grupos: de hip hop, de pastorais, de associações, de teatro, dança, capoeira... E particularmente no Nordeste brasileiro esses movimentos vêm tendo cada vez mais visibilidade devido às ações realizadas e das parcerias conquistadas. Porque pra que essas organizações surgissem existiu o apoio de outras entidades, de ongs, igrejas... que incentivaram e investiram tempo, recursos, esperanças pra que a gestação de fato fosse acontecesse.

O sinal não está fechado pra nós, que somos jovens

À medida que as organizações juvenis vão se fortalecendo, cumprindo metas, superando desafios muitos são os frutos ou avanços que podemos identificar nessa trajetória. E podemos destacar: a auto-estima constante que faz com que o jovem acredite que pode transformar essa realidade; maior consciência de seus direitos enquanto cidadão/ã, bem como de suas responsabilidades; participação direta em intervenções sociais (passeatas, manifestos, lutas populares...); maior participação nas eleições (pesquisas recentes dão conta dessa afirmativa).

De certa forma em seus agrupamentos os jovens conseguem — com a cara pintada ou não — articular, mobilizar, transformar. Ponto forte nesse processo é o INTERCÂMBIO que acontece com certa frequência entre os grupos numa tentativa de enriquecimento de aquisição de novos conhecimentos e de novas realidades vivenciadas por outros grupos.

O contexto histórico contemporâneo é propício a uma maior abertura e confiabilidade não só por parte da família, mas também da sociedade em geral. Nesse sentido, as organizações juvenis têm grande liberdade de expressão, de discutirem as temáticas de interesse coletivo (e não as determinadas por outrem).

Desafiar a si mesmo

Com todo crescimento e fortalecimento verificados, os movimentos juvenis também têm pela frente vários desafios a superar. Há que se superar algumas debilidades. As relações de gênero constituem alvo de muita carência e urgente necessidade de aprimoramento, pois percebe-se uma reprodução de sistemas patriarcalistas, machistas, sexistas. Então fica difícil conciliar aberta para o novo mantendo velhos sistemas que, muitas vezes, devem constar em nossas



bandeiras de lutas. Essa contradição confunde as lideranças atrapalhando em seus processos formativos.

Outra questão que ainda preocupa é a financeira, a sustentabilidade. Muitos movimentos dependem de projetos financeiros de outras entidades e outros já se antenaram pra possibilidade de elaboração de seus próprios projetos. O mais interessante é observar que alguns grupos já conseguem dar passos concretos rumo à sua auto-sustentação através do artesanato, de atrações culturais, como Circo, Teatro... O artesanato é o que mais se destaca, trabalhado com a argila, com material reciclável (jornais, garrafas plásticas...) entre tantas outras criatividade.

As ações isoladas, que por muitos eram consideradas como ponto crítico porque não dava visibilidade ao movimento, fazendo com que muitas vezes velhos chavões de que “a juventude não quer nada com a vida” fossem se perpetuando dão indícios de estarem sendo superadas, tendo em vista que é cada vez maior as articulações em torno de redes, como é o caso da Rede de Jovens do Nordeste que aglutina uma gama de entidades juvenis em todo o Nordeste brasileiro.

Os desafios são muitos e se renovam constantemente revigorando a caminhada, que, como bem disse o poeta “é bonita, é bonita e é bonita”... E a juventude segue sua trajetória mostrando que quer sim, muita coisa com a vida, que tem compromisso com essa sociedade que está aí, não somente por ser jovem, mas por dispor dessa capacidade, dessa força transformadora, de um potencial que, sempre que explorado produz inúmeros frutos.

No universo da Diversidade Sexual

Falar em diversidade sexual é, primeiramente repensar novos paradigmas sócio-culturais, uma vez que temos impregnado em nosso ser valores arcaicos que nossos pais receberam de seus antepassados e, por sua vez nos repassaram. Nestes, **o diferente**, o que foge aos padrões socialmente estabelecidos sempre foi visto com maus olhos, como errado, pecaminoso e passível de penas e castigos. A cada dia vivenciamos experiências que nos ensinam que alguns conceitos estão obsoletos, precisando ser revistos. Hoje as transformações acontecem com tal velocidade que acabamos por absorvê-las sem questioná-las.

No mundo moderno não se prioriza tempo para refletir acerca da necessidade de mudança de atitudes porque é bem mais cômodo repetir conceitos, pré-conceitos, ações. Mudar é difícil porque exige abrir mão do que já se sabe, do que está acomodado dentro de nós.

Pensar a sexualidade é algo antigo, tão antigo quanto a natureza humana. A vivência dessa sexualidade em diversas formas é que é nova. É necessário, nesse momento da história, compreender suas manifestações dentro do quadro da sua diversidade, pois todas podem viver harmoniosamente numa mesma cultura. Os estudiosos da sexualidade humana garantem que todos nascemos machos e fêmeas: a sociedade é que nos faz homens e mulheres. Assim sendo, a sexualidade humana não é fruto do instinto, mas uma construção sócio-cultural. Isso significa dizer que o fato de se nascer com um pênis não determina necessariamente uma atração irresistível e incontrolável por uma vagina e vice-versa. Enquanto entre os mamíferos a atração sexual é determinada pela química, ou seja, o cheiro inebriante da fêmea na época do cio, entre nós, humanos, conforme ensina Freud, o desejo sexual é perverso e poliformo, fruto de uma paixão estética, pois nossa libido pode encontrar satisfação não apenas na conjunção de dois aparelhos genitais diferentes, mas também em aparelhos genitais iguais e numa gama infinita de jogos eróticos-sensuais, a exemplo de bonecas infláveis, cópula vaginal e anal, homoerotismo, masturbação masculina e feminina, voyeurismo e a moda do momento: o sexo virtual.

Portanto, na construção da identidade sexual devem ser levadas em conta três questões de fundamental importância:

1. A sexualidade humana não é instintiva, mas fruto de uma construção sócio-cultural;
2. A cultura sexual humana varia de povo para povo, de cultura para cultura e vem ao longo do tempo se modificando inclusive dentro de uma mesma sociedade;
3. Não existe uma verdade absoluta da moral sexual natural e universal, portanto a sexualidade humana é amoral, no sentido em que cada cultura determina, por razões subjetivas e nem sempre salutares, quais comportamentos sexuais serão aceitos e quais serão condenados. Foi assim que aconteceu na história da humanidade. Nas sociedades greco-romanas a homossexualidade era tida como absolutamente normal.

E para entendermos quais são os valores morais que fundamentam a rejeição às diversas formas de expressão da sexualidade é preciso centrar o olhar sobre a mais comum de suas origens: **a religião**. Todas as grandes religiões monoteístas (Islamismo, Judaísmo, Cristianismo) rejeitam a prática homossexual, ou seja, condenam o pecado e não o pecador. O que não conseguem deixar claro é como dissociar um do outro.

“Por quatro milênios nossos antepassados conviveram com leis que determinavam a pena de morte aos amantes do mesmo sexo. Variando apenas a forma do extermínio: a pedradas nos tempos bíblicos, nas fogueiras na era da Inquisição, nos campos de concentração à época do nazismo.”

No universo dos DILEMAS...

Atualmente está na moda ser politicamente correto, ou seja, não agredir o meio ambiente, não ser racista, preconceituoso e muito menos homofóbico/lesbofóbico. Não obstante nos deparamos com uma triste realidade que coloca Pernambuco no segundo lugar no ranking dos estados mais violentos contra gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros, ficando atrás somente de São Paulo. A média de homicídios por ano tem se mantido em torno de 27. Assim, em pleno século XXI a homofobia e a lesbofobia ainda imperam em algumas situações de forma explícita, mas em outras mascaradamente. Assim sendo, a luta para que os direitos humanos sejam assegurados tem sido uma constante para o Movimento Homossexual, de modo que necessário se faz trabalhar temáticas relativas à sexualidade e, em particular à orientação do desejo sexual dentro das famílias e, principalmente nas escolas (vistas como instituições formadoras de opinião), porque muitas vezes, ainda pelo tabu



imperante as famílias se omitem de tratar tais questões e relegam à escola tal responsabilidade e, muitas vezes, esta também não se sente preparada para tal missão. Prova disso é a recente pesquisa da Unesco, com números assustadores. Segundo ela, 39.6% dos meninos e 22.1% das meninas de escolas do Recife **NÃO** gostariam de ter um colega homossexual em sua turma. No tocante à família, 60% dos pais e 42.7% das mães não gostariam que homossexuais fossem colegas de seus filhos. Quanto aos membros do corpo técnico das escolas 5,8% dos homens e 3,1% das mulheres não gostaria de ter um/a homossexual como aluno/a nas escolas em que trabalham. Para 18.7% dos alunos e 12.3% das alunas, a homossexualidade ainda é vista como uma

doença. Todos estes dados estarrecedores nos fazem refletir acerca de para onde caminha a humanidade. Transgredir os padrões socialmente impostos por séculos a fio é, muitas vezes, pagar um preço muito alto, pagar com a própria vida. Um agravante nesta situação é que a grande maioria das vítimas da homofobia não tem coragem de denunciar o agressor e quando o fazem são “aconselhados” a “deixar isso pra lá”.

País de contrastes este nosso: ao passo em que a Parada Gay de São Paulo é a maior do mundo, também vigora uma grande incidência de violência contra GLBT's. A homofobia, a desconfiança, a desinformação predominam e são mais fortes do que a tolerância, o respeito e a aceitação da diversidade. A livre orientação/expressão sexual é uma conquista que precisa ser garantida e que para tal depende principalmente da ação cotidiana do movimento homossexual brasileiro.

É fato que nos dias atuais novos conceitos familiares começam a surgir e serem considerados, a exemplo das uniões entre pessoas do mesmo sexo. Uma das bandeiras de luta do Movimento Homossexual hoje é para que o Estado reconheça a união homossexual assim como reconhece a heterossexual, garantido todos os direitos porque na hora de cumprir com os deveres, pagar os impostos todos são iguais, não há distinção alguma. Mesmo sem amparo legal é cada vez maior o número de homossexuais que vêm conseguindo na justiça a equiparação de seus direitos aos dos héteros. Mas as vitórias na justiça não podem ser confundidas com direitos iguais porque essas conquistas foram a duras penas, não foram dadas automaticamente (como os héteros têm) mas foram frutos de batalhas constantes: na justiça, nas escolas, nos bairros, na família.

Em tese os homossexuais que constituem uma família pagam mais impostos, porque, por exemplo, não podem fazer a declaração do imposto de renda em conjunto nem deduzir dela os gastos com dependentes e recebem menos benefícios, pois também não podem incluir o/a parceiro/a no plano de saúde.

Com esta realidade, onde o Estado faz distinção das pessoas por conta da orientação sexual, fica difícil entender o princípio expresso na Declaração Universal dos Direitos Humanos de que todos somos iguais perante a lei. O que constatamos na

prática é que existem inúmeras exceções ao princípio da igualdade e o reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo é apenas um exemplo. Assim sendo, o debate sobre o pleno exercício dos direitos civis para a comunidade GLBT é um confronto entre cidadania e valores morais. De um lado pessoas que pagam impostos e, portanto, exigem os mesmos direitos do restante da população. De outro, pessoas que em nome de uma moral arcaica, de costumes religiosos repassados ao longo dos tempos, sentem-se afrontadas, amedrontadas, pois a falta de informação contribui para que o diferente seja visto sempre com maus olhos. Parafraseando Maurice Godilier: “Não é a sexualidade que assusta a sociedade, mas a sociedade que assusta a sexualidade do corpo”.

E, pra não dizer que não falei das flores...

Não há como negar que a sociedade contemporânea é inúmeras vezes mais aberta à aceitação da diversidade do que outras sociedades. Frutos da luta do Movimento Homossexual (que teve seu início no Brasil lá pelos anos 70) já podem ser colhidos. As paradas da diversidade que a cada nova edição aglutinam mais adeptos que vão às ruas não só ousar dizer o nome de seus aiores, mas também mostrar a cara são provas disso. A realidade social tem mudado de modo que o Movimento Homossexual veio nesses anos todos conquistando espaço, mostrando a cara e dizendo: “nós temos direito de ser diferentes e de expressar essa diferença. Nós merecemos ser respeitados porque ninguém é obrigado a aceitar o jeito de ser do outro, mas temos que ter um mínimo de respeito pelo/a outro/a”.

Algumas políticas públicas para o segmento homossexual começam a ser implementadas. Alguns exemplos:

- Leis do município de Recife, 16.780/2002 e 17.025/2004 que punem a discriminação por orientação sexual;
- Pensão para servidores da Prefeitura da Cidade do Recife;
- Lei Estadual 798/2004, que já foi aprovada na assembléia e falta apenas ser sancionada pelo governador, que obriga o poder executivo a elaborar estatísticas sobre a violência que atinge os homossexuais;
- Uma travesti foi eleita vice-prefeita da cidade de Colônia, no Piauí;

Outros exemplos podem ser citados, personalidades que assumiram sua orientação sexual publicamente: Renato Russo, Cazuza, Cássia Eller. De homossexuais que foram eleitos para prefeitos em ParatyRJ, Berlim-Alemanha. Vale destaque para uma simpatizante altamente atuante no Movimento Homossexual, a Marta Suplicy que se referindo aos prefeitos gays eleitos, sabiamente afirmou: “Nenhum desses homens foi eleito por sua orientação sexual, mas também nenhum deixou de ser eleito por isso”.

A Diversidade Sexual na Rede de Jovens do Nordeste

A fase da adolescência e juventude configura-se como momento de grandes descobertas no universo das sexualidades. Os primeiros contatos com o corpo, o descobrir o sexo e as identidades de gênero, enfim são momentos que para algumas pessoas podem deixar marcas fortes e não agradáveis, a exemplo dos/as jovens homossexuais.

Neste sentido, a Rede de Jovens do Nordeste desde seu início criou climas favoráveis à livre expressão sexual. Isto pôde ser verificado facilmente no cotidiano da ação da Rede: nos variados espaços de lideranças, nas coordenações lá sempre se fizeram presentes alguns homossexuais assumidos expressando sua orientação sexual sem pudores. A ousadia de tais homossexuais foi responsável por provocar a discussão do respeito às mais diversas expressões sexuais bem como por propiciar momentos de reflexão acerca das sexualidades entre os/as jovens.

Assim sendo, a Rede de Jovens teve sua parcela de contribuição no processo de aceitação da sexualidade de alguns jovens e do reconhecimento destes, enquanto sujeitos políticos. E ainda, ela (a rede) serviu de ponte para que nos diversos processos educativos, também as sexualidades pudessem ser trabalhadas, problematizadas, estudadas. As lembranças de alguns/as jovens que conseguiram na sua caminhada juvenil enquanto rede aceitarem sua expressão sexual diferente corroboram que trabalhar identidades de gênero no universo juvenil só contribui pra formar pessoas bem resolvidas com sua sexualidade, jovens desencanados de preconceitos que contribuem no seu cotidiano (em casa, na escola, nas rodas de amigos) para que as pessoas possam ser respeitadas independentemente de sua orientação sexual.

É interessante poder observar a saudável relação de jovens gays, lésbicas e bissexuais com os demais em clima de respeito, fruto da ação política e educativa da Rede de Jovens do Nordeste que em sua missão não se furtou de trabalhar temas ainda para muitos considerado tabu, mas que quando bem trabalhado produz frutos que vigoram na construção de cultura não-sexista, não homofóbica e lesbofóbica e anti-racista.



Para finalizar evoco um depoimento do decano do movimento homossexual brasileiro, Luiz Mott quando emocionadamente declarou:

**“Permita-me citar minha própria história de vida pois faço parte dos 10% da população infanto-juvenil que foi vítima de violência sexual: fui estuprado psicologicamente. Não sofri violência sexual física, mas durante toda minha infância e adolescência, fui emocionalmente torturado dia após dia. Várias vezes por dia. E o pior de tudo, pessoa alguma jamais manifestou o menor apoio, solidariedade ou compaixão com aquele menininho que desde que chegou à idade da razão, se deu conta que era diferente de seus irmãos, primos e coleguinhas.
EU ERA MARIQUINHA!!! (Luiz Mott).**

Rildo Véras Martins - Sociólogo, militante do Movimento Gay Leões do Norte, atualmente assume a Gerência de Livre Orientação Sexual (GLOS), da Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Cidadã, da Prefeitura do Recife.

Mundo do trabalho: expectativas e ações da Juventude Nordestina

David Barros

Introdução

Sem sombra de dúvida, a Juventude Brasileira foi a grande vítima da consolidação da política do capitalismo neoliberal em nosso país que começou com a ditadura, se evidenciou com o governo Collor e se consolidou nos oito anos de governo FHC. Nós, jovens do nordeste brasileiro, oriundos das classes

populares e de diversas especificidades, sentimos na pele e no cotidiano as mazelas do capitalismo.

Principalmente quando vimos o estado brasileiro se descompromissando com políticas essenciais como educação e saúde, quando

percebemos a falta de oportunidade no mundo do trabalho e quando por falta de condições essenciais para a vida em família, não conseguimos viabilizar nosso projeto de vida.

Dentro dessa realidade, sociedade civil e governos se debruçaram nos últimos anos sobre o debate das políticas públicas para inclusão da juventude no mundo do trabalho.

A sociedade civil construiu alternativas a partir das políticas de desenvolvimento local que serviram de acúmulo para o poder público

apresentar suas iniciativas de geração de trabalho e renda.

Pretendo transcorrer como essas políticas chegaram até os

jovens e quais suas limitações e potencialidades na superação do desemprego juvenil e como a Rede de Jovens do Nordeste acompanhou esse processo.

Primeiro gostaria de evidenciar o que chamo de mundo do trabalho. Para mim a expressão “mundo do Trabalho” diz respeito a todo o ciclo vivido pela pessoa humana até se tornar economicamente ativa, sua escolarização, sua profissionalização, sua entrada no mercado e seu momento de lazer e descanso.

Tudo o que está em volta à vivência do trabalho faz parte do mundo do trabalho.

Segundo gostaria de identificar o público da Rede de Jovens

do Nordeste; somos jovens vindos das classes populares e do movimento popular com várias especificidades; Pastorais da Juventude, meio ambiente, movimento de mulheres, movimento GLBT, movimento negro, sindicatos, movimento indígena, movimentos culturais,

Ong's, movimento estudantil e associações comunitárias que participam de lutas gerais pela dignidade humana bem como nas lutas específicas das juventudes por políticas públicas de juventude,

pela meia estudantil e melhorias da escola e da universidade pública, pelo passe livre nos transportes públicos pela descriminação do aborto, pelo respeito a diversidade e pela oportunidade de desenvolvimento integral da juventude.

Feito este esclarecimento, quero me ater ao impacto à relação Rede e mundo do trabalho na vida dos jovens militantes.

Na minha militância, conheci várias jovens lideranças que abandonaram sua atuação política por causa da necessidade de trabalhar para sobreviver ou para melhorar o orçamento familiar.

Jovens com potencial enorme de mobilização, articulação que qualquer partido político gostaria de ter em seus quadros. Uma das grandes questões que afastavam as jovens lideranças da militância política e social era a pressão exercida pela família que muitas vezes não compreende o fato deste jovem não está em casa e não está procurando emprego. Achando uma perda de tempo esses “movimentos” que não lhe dão dinheiro.

Por isso muitos jovens diminuíram substantivamente ou até abandonavam a militância e acabavam em empregos precários, com baixos salários com horários que inviabilizavam seus estudos e sua militância e sem nenhuma garantia de direitos. É triste ver todo um potencial político, formativo e mobilizador servindo oito

horas diárias de exploração da força de trabalho.

Outros companheiros e companheiras com mais sorte, conseguiam terminar os estudos e desenvolver estágios como universitários ou conseguiram trabalhos na sua área a partir da sua organização, ong's, associações, ou até mesmo em assessorias parlamentares ficando liberados para a militância política.

Essa realidade que afeta a condução das organizações juvenis também prejudica outros jovens não organizados na realização do seu projeto de vida.

Diante desta realidade, a Rede de Jovens do Nordeste, desde o início de sua articulação regional vem pautando a Geração de trabalho e renda para jovens bem como política públicas que garantam o acesso ao primeiro emprego e a permanência no mercado de trabalho como uma de suas bandeiras de luta, sendo pioneira na reivindicação de trabalho decente para a juventude nordestina, no entanto o debate em torno desta bandeira ficou localizado em alguns estados, não tendo o mesmo sucesso mobilizador de outras ações coletivas da Rede.



O Mundo do trabalho da Juventude

O Mundo do trabalho tem papel importante na construção da identidade e do projeto de vida dos jovens, isso por que o trabalho é responsável pela sensação de autonomia, aumenta a auto-estima e traz perspectivas de futuro, mesmo muitas vezes, sendo em condições precárias de garantia de direitos. Um sentimento constante dos jovens no ingresso no mundo do trabalho é a certeza de ser uma ponte para iniciar o processo de satisfação profissional.

Os jovens, quando não precisam contribuir

significativamente no orçamento familiar, costumam investir seu dinheiro no fortalecimento de suas potencialidades, na realização dos sonhos e a execução do seu projeto de vida.

Não é raro ver jovens das classes populares investindo em sua qualificação profissional, seja num curso técnico, seja em um cursinho ou até mesmo numa universidade particular. Essa postura de muitos jovens se contrapõe ao estereotipo construído pela sociedade que pauta a juventude como geração do imediatismo. De fato para outra parcela de jovens que precisam contribuir fundamentalmente com o orçamento familiar, não existem condições objetivas de investir no seu projeto de vida, tendo que além de colaborar com a família, adquirir seus pertences como forma de satisfação pessoal a curto prazo. Existe outro grupo de jovens que mesmo tendo condições de investir no projeto de vida ou mesmo precisando dar grande contribuição no orçamento familiar, investem todo o seu salário com a satisfação de desejos de consumo, tais com vestuário, equipamentos, festas e atividades lúdicas. Não é a toa que os jovens entram na lista dos grandes devedores segundo as estatísticas do serviço de proteção ao credito.

Estas três constatações apresentadas, retratam as formas de como jovens vislumbram a independência financeira como principal questão do mundo do trabalho que precisa ser acompanhada de uma reflexão sobre o valor do dinheiro e principalmente sobre o projeto de vida. Projetar a vida é um dos grandes desafios da juventude contemporânea que dentro da crise do sistema capitalista se vê com dificuldades na geração de expectativas em relação ao futuro. Com a escassez do pleno emprego, a juventude enfrenta o desafio de entrar no mercado de trabalho cada vez mais restritivo e sem estabilidade o que causa receio na hora de planejar o futuro breve. Essa realidade inibi o potencial criativo dos jovens, que preferem muitas vezes não correr riscos do ponto de vista das escolhas que intervirão no seu futuro e vivem o presente de forma linear buscando segurar o que já conquistou sem partir para novas conquistas.

Não quero dizer que o trabalho é uma mazela para a juventude, onde pode atrapalhar seus estudos, seu lazer e sua militância. Quero atentar para o tipo de trabalho que a juventude vem ocupando em nossa sociedade.

Os jovens entram no mercado de trabalho cheio de expectativas positivas em relação ao futuro, no entanto, a precarização que é precedida pela falta de uma educação profissional, o mostra uma realidade totalmente diferente da imaginada que para muitos, influenciam na tomada de escolhas que afetam a sua escolarização.

Políticas Governamentais

A partir de 2003, o governo Lula trouxe programas e projetos no intuito de minimizar os efeitos do desemprego juvenil na vida dos jovens, o Programa Nacional de Estimulo ao Primeiro Emprego, o Escola de Fábrica e o Projovem foram iniciativas que nos últimos quatro anos serviram de parâmetro para as organizações juvenis avaliarem as políticas do poder público e proporem alternativas as limitações dos programas e novas metodologias para o trabalho de qualificação e inserção dos jovens.

Os programas e projetos apresentados pelo poder público atuaram em seis linhas: qualificação profissional através de arcos ocupacionais, empreendedorismo juvenil e micro crédito, inserção formal no mercado de trabalho, estágios e processo de aprendizagem como o adolescente aprendiz, iniciativas de responsabilidade social de empresas e na economia solidária.

A qualificação profissional através de arcos ocupacionais se deu no intuito de oferecer uma qualificação abrangente aos jovens dentro de uma determinada área. Levando em conta o dinamismo do mercado de trabalho e as ofertas limitadas de vagas para empregos específicos os arcos ocupacionais colaboraram com a inserção dos jovens principalmente no mercado de serviços onde a ampla oferta atrai cliente com pressa em resolver suas demandas e colabora com a redução de custos das empresas evitando a contratação de mais funcionários.

No entanto, os arcos ocupacionais tem a limitação de não aprofundamento da qualificação em área específica e seu sucesso depende da qualidade do processo de formação profissional dos jovens para que não atrapalhe o assimilação dos jovens das diversas técnicas a serem aprendidas.

O Empreendedorismo juvenil atuou na linha da encubação de grupos produtivos juvenis, na criação de cooperativas e do trabalho autônomo que tinham os jovens como grandes responsáveis pelo sucesso do empreendimento. Os jovens aprendiam noções de mercado, leis trabalhistas, gestão de negócios, noções de contabilidade, relações inter pessoais e capacitação técnica do ramo de negócio onde pretendiam empreender.

No entanto, o perfil dos jovens é algo que deve ser levado em consideração na hora da seleção para tal projeto, pois os jovens que não tem perfil empreendedor sentem

dificuldades no processo formativo e não conseguem seguir em frente com o empreendimento. O empreendedorismo requer disciplina, organização e postura profissional para o desenvolvimento do projeto além de assistência técnica, crédito e apoio logístico para a efetivação do empreendimento.

A inserção no mercado formal se constitui no grande desafio da empregabilidade juvenil, pois a falta de experiência dos jovens e de qualificação profissional ainda é colocada como empecilho a sua inserção. Neste sentido as modalidades de inserção como o adolescente aprendiz, o estágio social de ensino médio, programa de portadores de deficiência, além da subvenção econômica que subsidiava o salário dos jovens empregados pelo PNPE - Programa Nacional de Estimulo ao Primeiro Emprego, aliados a campanhas de responsabilidade social de empresas são alternativas para a inserção formal dos jovens. No entanto todo esse processo vem desencadeando em baixos salários o que desestimula os jovens.

A inserção formal dos jovens no mercado de trabalho é um desafio que está efetivamente ligado ao problema estrutural do sistema capitalista na geração de postos de trabalho. Todos ouvimos falar que o problema do desemprego está ligado ao crescimento do produto interno bruto, a redução das taxas de juros e aos investimentos do setor privado com incentivos públicos em setores estratégicos, no entanto, mesmo em países de economia forte com a França, o desemprego juvenil preocupa as autoridades e leva milhares de jovens as ruas reivindicando seu direito ao trabalho. O desemprego é uma característica eminente do sistema capitalista que a cada nova fase, aumenta o contingente do exercito de reserva que chega a dois terços da população do mundo.

As alternativas para garantir a inserção de jovens no mercado de trabalho vem sendo construídas através de leis como a do PNPE, do estágio social de ensino médio, do programa de portadores de deficiência e do adolescente aprendiz, estas leis criam programas de educação profissional, estimulando processos de aprendizagem com bolsas e estabelecem cotas de empregados com determinada especificidade.

No PNPE, o destaque é do Consorcio Social da Juventude que atuou nas regiões metropolitanas do País em parceria com a sociedade civil e alavancou o programa fadado ao fracasso pela imprensa brasileira por não conseguir através do sistema de subvenção econômica alcançar suas metas. O consórcio atuou na linha da qualificação profissional com foco na inserção no mercado

de trabalho privilegiando a criação de novas metodologias para geração de renda dos jovens estimulando também o engajamento social através das ações comunitárias.

O público do PNPE eram jovens de 16 a 24 anos oriundos de escolas públicas, de baixa renda e com especificidades em vulnerabilidade social, tais como, jovens mulheres, negros, pessoas com deficiência e jovens em medidas sócio educativas ou em unidades prisionais.

Outro grande destaque do Consórcio Social da Juventude foi o seu papel de guarda chuva das estratégias governamentais de inserção de jovens. O consórcio utilizou as leis de inserção de jovens como forma de garantir o cumprimento de suas metas estabelecidas pelo ministério do trabalho e emprego que variavam de 30 a 40% de inserção.

O Estágio social de ensino médio, uma das modalidades de inserção, foi a que mais inseriu jovens no mercado, para que pudesse ser utilizada, os jovens precisavam estar matriculados no ensino médio do início ao fim do contrato, além da autorização do diretor da Escola.

Com carga horária de até seis horas no estágio social de ensino médio os jovens tinham como remuneração bolsas que variavam de 250 a 400 reais durante um ano com possibilidade de renovação por mais um. Sua finalidade era fazer o jovem adquirir experiência profissional.

O Programa para Portadores de Deficiência — PPD, obrigava a todas as empresas a ter em seus quadros 10% de funcionários com algum tipo de deficiência, neste sentido o consórcio teve êxito na inserção de jovens, com deficiência auditiva, Visual e motora sendo contratados por empresas de telemarketing, de transportes, de educação e de serviços.

O Adolescente aprendiz atendia jovens de 15 a 18 anos onde os jovens deveriam estar matriculados em Escolas públicas, sendo qualificado por uma organização cadastrada no programa e em processo de aprendizagem em empresas.

Os jovens tem sua carteira assinada como aprendiz e recebem até um salário mínimo.

O Consórcio Social da Juventude construiu um verdadeiro pacto social entre as organizações da sociedade civil, as empresas, os sindicatos e entidades patronais e governos no intuito de qualificar e inserir jovens no mercado de trabalho. A linha de responsabilidade social foi bastante utilizada no intuito de sensibilizar o empresariado a favorecer a empregabilidade juvenil. Os prêmios de responsabilidade social e a publicidade das empresas como parceiras da juventude contribuíram para a adesão dos empresários a essas políticas.

No entanto as políticas dos governos pecam pela falta de efetividade e pela abrangência reduzida.



O próprio Consórcio Social da Juventude atua durante seis meses numa região e passa mais seis meses parado inclusive sem dar acompanhamento aos jovens inseridos. Os programas governamentais priorizam apenas a primeira oportunidade de trabalho sem muitas vezes se preocupar com a efetividade da inserção.

Os programas atuam principalmente nas regiões metropolitanas onde estão os maiores contingentes populacionais, no interior os programas de agricultura familiar chegam para atender a demanda da juventude rural, mas com pouco alcance.

As políticas de qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho não podem esconder dos jovens a dura realidade do mercado e da escassez de emprego na sociedade capitalista, pois as frustrações de expectativas prejudicam o potencial dos jovens, afetam sua auto estima e levam à descrença de um futuro melhor. Tais políticas precisam trabalhar a educação profissional numa perspectiva de construção de projeto de vida, pois estamos falando de empregabilidade e geração de renda para uma faixa etária que está em desenvolvimento social e fazendo escolhas que norteiam sua vida, por isso, além de garantir uma formação específica o processo de formação profissional tem que atuar na perspectiva do jovem perceber e potencializar suas habilidades, conjugando seus sonhos com seu trabalho, construindo metas e caminhos a serem seguidos para a efetivação de seu projeto de vida.





A partir de 2003, o governo Lula trouxe programas e projetos no intuito de minimizar os efeitos do desemprego juvenil na vida dos jovens, o Programa Nacional de Estimulo ao Primeiro Emprego, o Escola de Fábrica e o Projovem foram iniciativas que nos últimos quatro anos serviram de parâmetro para as organizações juvenis avaliarem as políticas do poder público e proporem alternativas às limitações dos programas e novas metodologias para o trabalho de qualificação e inserção dos jovens.

Os programas e projetos apresentados pelo poder público atuaram em seis linhas: qualificação profissional através de arcos ocupacionais, empreendedorismo juvenil e micro crédito, inserção formal no mercado de trabalho, estágios e processo de aprendizagem como o adolescente aprendiz, iniciativas de responsabilidade social de empresas e na economia solidária.

A qualificação profissional através de arcos ocupacionais se deu no intuito de oferecer uma qualificação abrangente aos jovens dentro de uma determinada área. Levando em conta o dinamismo do mercado de trabalho e as ofertas limitadas de vagas para empregos específicos os arcos ocupacionais colaboraram com a inserção dos jovens principalmente no mercado de serviços onde a ampla oferta atrai cliente com pressa em resolver suas demandas e colabora com a redução de custos das empresas evitando a contratação de mais funcionários.

No entanto, os arcos ocupacionais tem a limitação do não aprofundamento da qualificação em área específica e seu sucesso depende da qualidade do processo de formação profissional dos jovens para que não atrapalhe o assimilação dos jovens das diversas técnicas a serem aprendidas.

O Empreendedorismo juvenil atuou na linha da encubação de grupos produtivos juvenis, na criação de cooperativas e do trabalho autônomo que tinham os jovens como grandes responsáveis pelo sucesso do empreendimento. Os jovens aprendiam noções de

mercado, leis trabalhistas, gestão de negócios, noções de contabilidade, relações inter pessoais e capacitação técnica do ramo de negócio onde pretendiam empreender.

No entanto, o perfil dos jovens é algo que deve ser levado em consideração na hora da seleção para tal projeto, pois os jovens que não tem perfil empreendedor sentem dificuldades no processo formativo e não conseguem seguir em frente com o empreendimento. O empreendedorismo requer disciplina, organização e postura profissional para o desenvolvimento do projeto além de assistência técnica, crédito e apoio logístico para a efetivação do empreendimento.

A inserção no mercado formal se constitui no grande desafio da empregabilidade juvenil, pois a falta de experiência dos jovens e de qualificação profissional ainda é colocada como empecilho a sua inserção. Neste sentido as modalidades de inserção como o adolescente aprendiz, o estágio social de ensino médio, programa de portadores de deficiência, além da subvenção econômica que subsidiava o salário dos jovens empregados pelo PNPE - Programa Nacional de Estimulo ao Primeiro Emprego, aliados à campanhas de responsabilidade social de empresas são alternativas para a inserção formal dos jovens. No entanto todo esse processo vem desencadeando em baixos salários o que desestimula os jovens.

A inserção formal dos jovens no mercado de trabalho é um desafio que está efetivamente ligado ao problema estrutural do sistema capitalista na geração de postos de trabalho. Todos ouvimos falar que o problema do desemprego está ligado ao crescimento do produto interno bruto, a redução das taxas de juros e aos investimentos do setor privado com incentivos públicos em setores estratégicos, no entanto, mesmo em países de economia forte com a França, o desemprego juvenil preocupa as autoridades e leva milhares de jovens as ruas reivindicando seu direito ao trabalho. O desemprego é uma



característica eminente do sistema capitalista que a cada nova fase, aumenta o contingente do exercito de reserva que chega a dois terços da população do mundo.

As alternativas para garantir a inserção de jovens no mercado de trabalho vem sendo construídas através de leis como a do PNPE, do estágio social de ensino médio, do programa de portadores de deficiência e do adolescente aprendiz, estas leis criam programas de educação profissional, estimulando processos de aprendizagem com bolsas e estabelecem cotas de empregados com determinada especificidade.

No PNPE, o destaque é do Consorcio Social da Juventude que atuou nas regiões metropolitanas do País em parceria com a sociedade civil e alavancou o programa fadado ao fracasso pela imprensa brasileira por não conseguir através do sistema de subvenção econômica alcançar suas metas. O consórcio atuou na linha da qualificação profissional com foco na inserção no mercado de trabalho privilegiando a criação de novas metodologias para geração de renda dos jovens estimulando também o engajamento social através das ações comunitárias.

O público do PNPE eram jovens de 16 a 24 anos oriundos de escolas públicas, de baixa renda e com especificidades em vulnerabilidade social, tais como, jovens mulheres, negros, pessoas com deficiência e jovens em medidas sócio educativas ou em unidades prisionais.

Outro grande destaque do Consórcio Social da Juventude foi o seu papel de guarda chuva das estratégias governamentais de inserção de jovens. O consórcio utilizou as leis de inserção de jovens como forma de garantir o cumprimento de suas metas estabelecidas pelo ministério do trabalho e emprego que variavam de 30 a 40% de inserção.

O Estágio social de ensino médio, uma das modalidades de inserção, foi a que mais inseriu jovens no mercado, para que pudesse ser utilizada, os jovens precisavam estar matriculados no ensino médio do início ao fim do contrato, além da autorização do diretor da Escola.

Com carga horária de até seis horas no estágio social de ensino médio os jovens tinham como remuneração bolsas que variavam de 250 a 400 reais durante um ano com possibilidade de renovação por mais um. Sua finalidade era fazer o jovem adquirir experiência profissional.

O Programa para Portadores de Deficiência – PPD, obrigava a todas as empresas a ter em seus quadros 10% de funcionários com algum tipo de deficiência, neste sentido o consórcio teve êxito na inserção de jovens, com deficiência auditiva, Visual e motora sendo contratados por empresas de telemarketing,



de transportes, de educação e de serviços.

O Adolescente aprendiz atendia jovens de 15 a 18 anos onde os jovens deveriam estar matriculados em Escolas públicas, sendo qualificado por uma organização cadastrada no programa e em processo de aprendizagem em empresas.

Os jovens tem sua carteira assinada como aprendiz e recebem até um salário mínimo.

O Consórcio Social da Juventude construiu um verdadeiro pacto social entre as organizações da sociedade civil, as empresas, os sindicatos e entidades patronais e governos no intuito de qualificar e inserir jovens no mercado de trabalho. A linha de responsabilidade social foi bastante utilizada no intuito de sensibilizar o empresariado a favorecer a empregabilidade juvenil. Os prêmios de responsabilidade social e a publicidade das empresas como parceiras da juventude contribuíram para a adesão dos empresários a essas políticas.

No entanto as políticas dos governos pecam pela falta de efetividade e pela abrangência reduzida.

O próprio Consorcio Social da Juventude atua durante seis meses numa região e passa mais seis meses

parado inclusive sem dá acompanhamento aos jovens inseridos. Os programas governamentais priorizam apenas a primeira oportunidade de trabalho sem muitas vezes se preocupar com a efetividade da inserção.

Os programas atuam principalmente nas regiões metropolitanas onde estão os maiores contingentes populacionais; no interior os programas de agricultura familiar chegam para atender a demanda da juventude rural, mas com pouco alcance.

As políticas de qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho Não podem esconder dos jovens a dura realidade do mercado e da escassez de emprego na sociedade capitalista,

pois as frustrações de expectativas prejudicam o potencial dos jovens, afetam sua auto estima e levam há descrença de um futuro melhor.

Tais políticas precisam trabalhar a educação profissional numa perspectiva de construção de projeto de vida, pois estamos falando de empregabilidade e geração de renda para uma faixa etária que está em desenvolvimento social e fazendo escolhas que nortearão sua vida, por isso, além de garantir uma formação específica o processo de formação profissional tem que atuar na perspectiva do jovem perceber e potencializar suas habilidades, conjugando seus sonhos com seu trabalho, construindo metas e caminhos a serem seguindo pra a efetivação de seu projeto de vida.



David Barros - tenho 24 anos de vida, quase 10 anos de militância a serem completados em 2008, tempo em que construí meu projeto de vida baseado num novo projeto de sociedade onde todas as pessoas possam viver dignamente com acesso a direitos e oportunidades. Estou na Rede de Jovens do Nordeste desde 2001, quando tinha 18 anos, momento em que afluía o debate sobre as políticas públicas de juventude em meu estado. Hoje estou Diretor Presidente do Instituto de Juventude Contemporânea, ONG que trabalha com jovens há oito anos no Ceará, espaço onde atuo e trabalho minhas inquietações referentes à construção de um projeto popular de desenvolvimento que nos leve a uma sociedade socialista, que estabeleça um pacto geracional, que dê continuidade e força à luta por um mundo mais justo, solidário e igualitário. Nas horas vagas sou estudante de Direito.

“Sou um guardador de rebanhos, e os rebanhos são os meus pensamentos.” (F. Pessoa)

INSTIGAR UM DESEJO RESGATAR A INOVAÇÃO

Graça Elenice

O sujeito da ação: Juventude nordestina

Inicialmente, uma referência aos jovens participantes da experiência neste processo que é o cerne do desenvolver da ação, pois encomendar para terceiros a realização de tal produto é negar que as/os protagonistas desta história possam conquistar o fenômeno de sistematizar suas experiências, revelar o mundo na busca de transformação. “Somos sujeitos e objetos da sistematização, não precisamos de pessoas para escrever por a gente”. (Mara-RN, Thyago-CE, Jackson-BA, 2006).

Esse empoderamento dos/as jovens vem se dando a partir dos processos de autonomia, nos quais têm se constituído enquanto cidadãos(ãs) inseridos nos diversos movimentos sociais juvenis, como os movimentos culturais (poesia, hip hop), jovens mulheres, pastorais juvenis, jovens trabalhadores rurais, jovens educadores, enfim, das periferias urbanas ao meio rural, que vêm tecendo as diversas formas de participação, desde os mais tradicionais aos mais alternativos, revelando um novo tecido social.

Baseando-se em Oscar Jara (1995, p.57) em que afirma “A partir da perspectiva dialética, ao contrário, aproximamo-nos da compreensão dos fenômenos sociais desde o interior de sua dinâmica, como sujeitos participantes na construção da história, totalmente implicados de forma ativa em seu processo. Nossa prática particular, como indivíduos ou grupos sociais... faz parte dessa prática social e histórica da humanidade. Somos protagonistas ou vítimas de suas mudanças e movimentos; somos, em última instância, responsáveis pelo seu devir”.

Caberia então a essa teia humana emaranhada,



denominada “Rede de Jovens do Nordeste”, em seu arranjo expressado nos nove estados nordestinos, nas diversas peculiaridades, nas expressões, nos papéis dos integrantes, conectados com a realidade a qual vivem, incidir na resignificação dos novos sujeitos políticos, com novos estilos de lideranças, nas relações entre os indivíduos, grupos, classes, etnias, gêneros e no meio ambiente.

Ainda assim, há um ponto que une os fios da maioria dos/as jovens. A inquietação com a discriminação, a exploração e a hierarquia, elementos decorrentes do sistema capitalista, que marca o Brasil como o Nordeste, num cenário de contraditórias situações que se ampliam pelo aumento da concentração de riqueza, a marginalização e ausência de políticas públicas adequadas.

O desejo de realizar leituras teóricas das práticas, que buscassem perceber a realidade nas mais diversas

dimensões e dinâmicas, constituiu a instigação desses/as jovens a uma postura dialética intencionada no saber, ao alcance da coerência, configurando-se no pensar e no agir, numa aversão ao positivismo que se isola dos fatos sociais.

A metodologia...

A sistematização passou a ser desenvolvida como metodologia da educação popular a partir das experiências realizadas como respostas aos problemas sociais, econômicos e culturais, no final da década de 70, pelos setores populares em vários países latino-americanos.

“A sistematização, enquanto atividade de produção de saberes que permite aos sujeitos se apropriarem de sua experiência começou entre os intelectuais da educação popular na América Latina, na década de 70. Ela tem origem na capacidade sistematizadora do ser humano, que também lhe permite realizar pesquisas, avaliações, ordenar idéias e fatos, bem como escrever poesias, contos e romances, e ainda, construir viadutos e instrumentos de telecomunicações”.

Então, o processo de sistematização perpassa a reconstrução dos saberes educativos, não só das práticas escolares, mas nas possíveis práticas pedagógicas da vida que configuram os grupos, organizações populares, destacando as organizações juvenis. Estes começaram a praticar a sistematização de experiências a partir de 2000.

Assim, historicamente, no âmbito da educação popular, vem se constituindo numa inovação da relação teórico-prática, no encontro do sujeito com o objeto da experiência. Tal percurso acompanha confortos e desconfortos pedagógicos, em se tratando de haver uma carência de produção de conhecimentos sobre a temática da juventude, como também fazer com que os próprios jovens instigadores provoquem suas organizações e outras entidades juvenis, assim como educadores que trabalham com temas que interessam à juventude, tem sido um grande desafio.

Ao longo desses anos, a contribuição da EQUIP tem se dado no fazer pedagógico na austeridade, no amor e na criatividade, com os integrantes da RJNE, “andarilhos/as das estradas nordestinas¹”. Relacionar-se com este coletivo heterogêneo, cujas práticas envolvem um amplo raio de conteúdos teóricos e desenhos metodológicos, é bastante

apaixonante à nossa competência pedagógica e de uma sublimar importância aos valores humanos como a sensibilidade, a imaginação e o respeito à heterogeneidade de sujeitos que, de acordo com suas trajetórias, experimentam uma explosão de práticas.

Desse modo, o exercício do protagonismo juvenil tem sido demonstrado nas ações materializadas em vários cantos do Nordeste, desde o sentido de facilitar os/as jovens a explicitarem suas expectativas, as questões que reivindicam, que os motivam, como também os valores que pautam o seu agir, combatendo as discriminações de gênero, geração, raça e etnia, destacando-se o mundo do trabalho e o mundo rural (questão nova no âmbito da Rede de Jovens do Nordeste e que merece atenção e mais acúmulo nas próximas sistematizações).

Nosso trabalho partiu do processo formativo da sistematização, resgatando a metodologia da educação popular, combinando os diversos momentos: desde as ações individuais dos registros mensais a partir das oficinas, que ainda estabeleciam entre uma e outra oficina tarefas para o grupo, em uma dinâmica espetacular, embora não isenta de dilemas e algumas dificuldades, numa rica e possível experiência de humanização da política e do saber.

Entre os prazeres e os dilemas, o que contribuiu para romper com alguns conceitos foi o rigor em enfatizar os elementos da concepção metodológica dialética como:

- A coerência da teoria com a prática, o que nesse confronto levou aos diversos níveis de compreensão na veracidade, favorecendo a socialização das experiências e o cuidado em expressar a realidade em sua complexidade. Outros olhares de diferentes jovens, subsídios dados para enriquecer a experiência, ajudaram na superação de um dos entraves nos onze sujeitos que apresentam experiências, o ativismo dos movimentos diante das agendas sobrecarregadas;
- Outro elemento foi a articulação do projeto político da RJNE e o processo de sistematização fazendo a ligação coerente entre os propósitos da justiça social e os princípios da democracia, ou seja, a horizontalidade da Rede. Assim, os recursos, estilo dos participantes e facilitadores do processo, provocavam as diversas formas de participação com momentos de crítica, autocrítica e tomadas de decisões. Foi assim na construção coletiva da

1. Expressão utilizada nas II e III Oficinas de Sistematização da RJNE, em 2006 e 2007.

elaboração do projeto Kellogg, na afirmação e atualização dos motivos para a sistematização, na escolha dos temas a serem sistematizados, também na socialização da primeira versão das experiências, como na escolha da comissão editorial.

- E, ainda como um outro elemento, a coerência na proporção em que as ações e suas intencionalidades possam estar interligadas, ou seja, o que se espera atingir desde incidir metodologias organizativas, pedagógicas e de intervenção tanto dos/as jovens quanto das ações dos movimentos juvenis e da Rede de Jovens. Percebendo assim alguns dos resultados nos vários momentos de mudança do processo de sistematização.

Desse modo, da educação popular em sua concepção dialética, a metodologia se distingue por desenrolar da produção do conhecimento, partindo do encontro teórico-prático não no aspecto técnico, mas político-pedagógico, em que os sujeitos se transformam em protagonistas jovens. Homens e mulheres cumprem a função interrogando-se sobre suas ações nas dimensões objetivas das ações econômicas, sociais e culturais, na lógica da subjetivação em ofertar valores como autonomia, solidariedade e cooperação, permitindo como estratégia metodológica (re)encontrar os sujeitos nas relações sociais no processo de mudança.

Ao mesmo tempo em que se dá o resgate por fundamentar a educação popular como concepção metodológica, que implica em reconhecer a história como processo, partindo da prática dos movimentos sociais populares, também passa a ser inovadora em razão dos novos sujeitos, suas demandas e potencialidades nas ações coletivas juvenis da região Nordeste, abrindo novas possibilidades de diálogo a partir da experiência da Rede de Jovens, no sentido de abarcar a dimensão das relações humanas e também a dimensão pedagógica.

Nesse novo cenário, a sistematização permite a seus integrantes refletir e indagar sobre quais os planos e perspectivas da Rede de Jovens para o Nordeste? Esse exercício instigador leva a novos desejos, a resgatar sujeitos e a avançar na formação de novos sujeitos

políticos, reafirmando no ser Jovem o que se quer expressar nas diversas formas de fazer política, na melhoria da auto-estima, no fortalecimento das ações coletivas, no terreno das grandes políticas públicas, no projeto emancipador de sociedade fundado nos sujeitos e suas experiências vivido no Brasil, na região Nordeste e na América Latina.

PEDRA E O FIM DO CAMINHO É SÓ O COMEÇO



É MUITO SOM

ESSA GALERA VAI LONGE

Fontes Bibliográficas

1. Holliday, Oscar Jara. Para sistematizar experiências. João Pessoa. Editora Universitária, UFPB, 1995.
2. Silva, Joana d' Arc e Braga, Graça Elenice e - coordenação. Relatório da I Oficina de Sistematização, Recife. EQUIP, nov. 2005.
3. Braga, Graça Elenice - coordenação. Relatório da II Oficina de Sistematização Recife. EQUIP, dez. 2006.
4. Braga, Graça Elenice e Brito, Paulo Afonso - coordenação. Relatório da III Oficina de Sistematização, Recife. EQUIP, março, 2007.
5. Souza, João Francisco. Por que sistematizar? Centro Nordestino de Animação Popular. Almanaque de Metodologia Popular. Recife-PE: CEPE - Companhia Editora de Pernambuco, 1998

Graça Elenice Braga - educadora da EQUIP com licenciatura em História.

“Gente é muito bom, gente deve ser o bom, tem de se cuidar, de se respeitar o bom...” (Caetano Veloso)

“Eu sou mulher, negra, adulta, Nordestina e Pernambucana, teimosa por um país, num Nordeste mais justo e solidário. E ainda apaixonada pelo ofício de ser educadora, que desempenho há 18 anos de escola pública e que na delícia de vivenciar a relação educativa há 4 anos, tenho experimentado o-fazer educativo com a Rede de Jovens Nordeste num prazer lidar com gente, gente especial, a juventude”. “Gente é pra brilhar, não pra morrer de fome...” (Caetano Veloso)

VIVI E CONTEI:
EXPERIÊNCIAS DA REDE DE JOVENS DO NORDESTE
Série Sistematização e Metodologia do Trabalho Juvenil” - I

Esta publicação é produto de um processo de sistematização realizado pela Rede de Jovens do Nordeste no Projeto Juventude e Participação, com o apoio da Fundação Kellogg.

Comissão Editorial

Edilene da Silva - RJNE-PB e BAMIDELÊ
Pedro Soares - RJNE-PE e TABIRAH
Graça Elenice Braga - Educadora da EQUIP
Paulo Afonso Barbosa de Brito - Educador da EQUIP

Apoio

W. K. KELLOGG FOUNDATION

Diagramação e Arte

Karine Raquel

Fotografia

Acervo da EQUIP

Tiragem

1.000 exemplares

Impressão

L&M Gráfica
Recife Agosto 2007

Atendimento ao leitor

EQUIP

Rua Monte Castelo, 142 Boa Vista
CEP 50050-310 Recife/PE Brasil
Telefax: (xx81) 3423.2542 / 3423.2116
e-mail: equip@equip.org.br



**Escola de Formação
Quilombo dos Palmares**

Rua Monte Castelo, 142 - Boa Vista - Recife/PE

CEP:50050-310

Telefax:(0XX81) 3423.2116 - 3423.2542

www.equip.org.br

e-mail:equip@equip.org.br